



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II



ANO XL — Nº 014

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 1985

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 15ª SESSÃO, EM 18 DE MARÇO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

Nº 79/85 (nº 194/85, na origem), restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

1.2.2 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 20/85, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que declara a nulidade de despedidas de empregados, nos casos que especifica, e dá outras providências.

1.2.3 — Comunicações

Reassunção do mandato de Senador da República dos Srs. Murilo Badaró e César Cals.

1.2.4 — Requerimento

Nº 30/85, de autoria do Sr. Senador José Ignácio Ferreira, solicitando prorrogação, por 40 dias, do prazo para oferecimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 175/84. **Aprovado.**

1.2.5 — Comunicação

Da Bancada do Partido Democrático Social, referente a indicação do Sr. Senador Murilo Badaró para Líder do Partido, no Senado Federal.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

Presença na Casa, dos Srs. Nivaldo Rodrigues Machado, Alcides José Saldanha e do Sr. João Américo de Souza, suplentes convocados das representações dos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul e do Maranhão, em virtude do afastamento dos titulares, Senadores Marco Maciel, Pedro Simon e José Sarney, respectivamente.

1.2.7 — Prestação do compromisso regimental e posse dos Srs. Nivaldo Rodrigues, Alcides José Saldanha e João Américo de Souza

1.2.8 — Comunicações

Dos Srs. Nivaldo Machado, Alcides Saldanha e Américo de Souza, referente as suas filiações partidárias e nomes parlamentares.

1.2.9 — Discursos do Expediente

SENADOR JORGE KALUME — Falecimento do Sr. Roberval Pompílio Nogueira Cardoso e da Srª Maria Gurgel de Mesquita.

SENADOR ALFREDO CAMPOS, como Líder — Instalação da Nova República.

SENADOR ALOYSIO CHAVES — Agradecimento aos Srs. Senadores pelo apoio recebido durante o exercício, por S. Exª, da Liderança do PDS e do Governo nesta Casa.

SENADOR NELSON CARNEIRO, como Líder — Maturidade das instituições políticas do País no episódio da posse do Vice-Presidente José Sarney.

SENADOR JORGE KALUME, como Líder — Atuação do Senador Aloysio Chaves à frente da Liderança do PDS e do Governo nesta Casa.

SENADOR AMÉRICO DE SOUZA — Homenagem ao Vice-Presidente José Sarney.

SENADOR HUMBERTO LUCENA, como Líder do PMDB — Encaminhando à Mesa, requerimento solicitando a transcrição do discurso do Presidente eleito Tancredo Neves, lido ontem, na primeira reunião ministerial pelo Vice-Presidente José Sarney.

1.2.10 — Comunicação da Presidência

Presença na Casa, do Sr. Roberto Wypych, suplente convocado da representação do Estado do Paraná, em virtude do afastamento do titular, Senador Afonso Camargo.

1.2.11 — Prestação do compromisso regimental e posse do Sr. Roberto Wypych

1.2.12 — Comunicação

Do Sr. Roberto Wypych, referente a sua filiação partidária e nome parlamentar.

1.2.13 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 21/85, de autoria do Sr. Senador Carlos Chiarelli, que altera a redação do art. 10 da Lei nº 6.903, de 30 de abril de 1981, que dispõe sobre a aposentadoria dos Juízes temporários da União de que trata a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

1.2.14 — Requerimentos

— Nº 31/85, de autoria do Sr. Senador Humberto Lucena, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso do Presidente Tancredo Neves lido pelo Presidente da República, em exercício, perante a primeira reunião do Ministério, publicado, na íntegra, pelo jornal **Correio Braziliense**, edição desta data.

— Nº 32/85, de autoria do Sr. Senador Murilo Badaró e outros Srs. Senadores, solicitando que, em data a ser designada pela Presidência, seja realizada Sessão Especial do Senado para homenagear a memória do ex-Senador Gustavo Capanema.

1.3 — ORDEM DO DIA

Requerimento nº 15/85, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos que colocaram em risco o controle acionário, pela União, da Companhia Vale do Rio Doce. **Votação adiada por falta de quorum**, tendo usado da palavra os Srs. Jutahy Magalhães, José Ignácio Ferreira, Severo Gomes, Carlos Alberto, Carlos Chiarelli, Odacir Soares, César Cals, José Lins, Helvídio Nunes, Itamar Franco, Gastão Müller e Octávio Cardoso.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS
Diretor-Geral do Senado Federal
NÍSIO EDMUNDO TOSTES RIBEIRO
Diretor Executivo
JOÃO MORAES DA SILVA
Diretor Administrativo
MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA
Diretor Industrial
PEDRO ALVES RIBEIRO
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Requerimento nº 4/85, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 218/84-Complementar, que cria o Estado de Tocantins e determina outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Requerimento nº 10/85, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 281/83. — Complementar, que dispõe sobre a concessão do benefício auxílio-doença ao trabalhador rural. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Lei do Senado nº 22/81, que dispõe sobre enquadramento de professores colaboradores e auxiliares de ensino e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

projeto de Lei do Senado nº 26/79, que acrescenta parágrafos ao art. 517 da Consolidação das Leis do Trabalho. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Lei do Senado nº 45/79, que acrescenta e modifica a redação de dispositivo da Lei nº 5.107 de 13 de setembro de 1966 (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.) **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Lei do Senado nº 2/80, que dispõe sobre a escolha e a nomeação dos dirigentes das Fundações de Ensino Superior. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Lei do Senado nº 18/80, que dispõe sobre aposentadoria especial do músico. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Lei do Senado nº 320/80, que revoga a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências. (Apreciação preliminar da juridicidade). **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Lei do Senado nº 51/80, que revoga o Decreto-Lei nº 1.284, de 28 de agosto de 1973, que declarou o município de Anápolis de interesse da Segurança Nacional, e dá outras providências. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Discussão sobrestada por falta de quorum**, para votação do Requerimento nº 12/85.

1.3.1 — Comunicação da Presidência

Adiamento da votação do Requerimento nº 32/85, lido no Expediente.

1.3.2 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ALCIDES SALDANHA — Caminhos trilhados na vida pública por S. Ex^a e propósitos que o animam para o bom desempenho do mandato parlamentar de que ora se investe.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Apelo em favor da revisão dos proventos dos antigos servidores do Departamento dos Correios e Telégrafos.

SENADOR CARLOS ALBERTO — Atuação desenvolvida pelo Sr. Samuel Sales Saraiva, suplente de deputado federal pelo Estado de Rondônia.

SENADOR RAIMUNDO PARENTE — Lançamento do jornal *Diário do Amazonas*.

SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Discursos de posse dos Ministros Almir Pazianotto, do Trabalho, e João Sayad, da Secretaria de Planejamento.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Posse do escritor Jorge Amado na Academia de Letras da Bahia.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Senador Gabriel Hermes, proferido na sessão de 1-3-85.

— Do Sr. Senador Itamar Franco, proferidos na sessão de 13-3-85.

— Do Sr. Senador Milton Cabral, proferido na sessão de 13-3-85.

— Do Sr. Senador Aloysio Chaves, proferidos na sessão de 14-3-85.

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

Ata da 15ª Sessão, em 18 de março de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Fragelli, Passos Pôrto e João Lobo

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Jo-

sé Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Cid Sampaio — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Gastão Müller — José Fragelli — Jorge Bor-

nhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 36 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de Projeto de Lei sancionado: Nº 79/85 (nº 194/85, na origem), de 14 do corrente referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1985 (nº 4.239/84, na Casa de origem), que dispõe sobre a estruturação de Categorias Funcionais do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário do Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.299, de 14 de março de 1985.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 1985

Declara a nulidade de despedidas de empregados, nos casos que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São nulas de pleno direito as demissões de empregados ocorridas durante ou por motivo de participação em greve que resultar em acordo ou que venha posteriormente, a ser julgada legal pela Justiça do Trabalho.

Art. 2º Aos empregados alcançados pela disposição desta lei aplicam-se os arts. 495 e 496, CLT e, uma vez convertida a reintegração em indenização, essa será devida ainda que o beneficiário seja optante pelo regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Registram-se, amiúde, nos meios laborais do País, casos em que certos empregados, por causa de participação ostensiva em movimentos grevistas, são imediatamente afastados do emprego, ainda antes de se iniciarem as negociações visando a acordos ou sem que a Justiça do Trabalho se tenha pronunciado a respeito da legalidade ou ilegalidade da greve.

E, como tais despedidas geralmente são feitas sob o amparo da legislação do FGTS, mesmo com posterior acordo entre as partes envolvidas, ou então mesmo depois de a Justiça do Trabalho manifestar-se pela legalidade do movimento, os empregados anteriormente despedidos, verdadeiros "bodes expiatórios" da ira ou da idiosincrasia patronal, acabam não sendo readmitidos e vão engrossar os contingentes de desempregados, eis que nada existe na legislação a obrigar a sua volta ao trabalho.

Quer o nosso projeto, por isto, estabelecer tal obrigatoriedade, o que implicará em adotar medida da maior justiça social, eis que aqueles que participam ativamente das greves e são, por isto, visados pelos patrões, não podem ficar alheios aos benefícios alcançados em virtude da própria greve. Ademais, o procedimento de patrões que despedem empregados pela só participação ostensiva em greve é altamente negativo, injusto, odioso mesmo, não podendo prevalecer.

Sala das Sessões, 18 de março de 1985. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Art. 495. Reconhecida a inexistência de falta grave praticada pelo empregado, fica o empregador obrigado a

readmiti-lo no serviço e a pagar-lhe os salários a que teria direito no período da suspensão.

Art. 496. Quando a reintegração do empregado estável for desaconselhável, dado o grau de incompatibilidade resultante do dissídio, especialmente quando for o empregador pessoa física, o tribunal do trabalho poderá converter aquela obrigação em indenização devida nos termos do artigo seguinte.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, nesta data, reassumo o mandato de Senador pelo Estado de Minas Gerais do qual me afastei para exercer as funções de Ministro de Estado.

Sala das Sessões, 15 de março de 1985. — Murilo Badaró.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, nesta data, reassumo o mandato de Senador pelo Estado do Ceará, do qual me afastei para exercer as funções de Ministro de Estado.

Sala das Sessões, 15 de março de 1985. — César Cals.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As comunicações lidas vão à publicação e os nobres Srs. Senadores Murilo Badaró e César Cals passam a participar dos trabalhos da Casa.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 30, DE 1985

Requeiro, nos termos do art. 389, XVII, do Regimento Interno, a prorrogação, por 40 (quarenta) dias, do prazo para oferecimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 1984, que institui o Código de Processo Penal.

Sala das Sessões, 18 de março de 1985. — José Ignácio Ferreira, Presidente da Comissão Especial do Código de Processo Penal.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal Tendo em vista que o Senador Aloysio Chaves, por motivos de natureza estritamente pessoal, afastou-se, em caráter definitivo, da Liderança do PDS no Senado Federal, indicamos, na forma do artigo 64, § 1º, do Regimento Interno, o Senador Murilo Badaró para substituí-lo.

Brasília, 15 de março de 1985. — Amaral Peixoto — Luiz Viana — Moacyr Dalla — Lomanto Júnior — Alexandre Costa — Amaral Furlan — Jorge Kalume — Jutahy Magalhães — Cesar Cals — Passos Pôrto — João Castelo — Odacir Soares — Raimundo Parente — Roberto Campos — Moacyr Duarte — Aloysio Chaves — Galvão Modesto — Altevir Leal — Carlos Alberto — Gabriel Hermes — Virgílio Távora — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A comunicação lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Encontra-se na Casa o Sr. Nivaldo Rodrigues Machado, suplente convocado da representação do Estado de Pernambuco, em virtude do afastamento do titular, Senador Marco Maciel.

S. Exª encaminhou à Mesa o diploma, que será publicado na forma regimental.

É o seguinte o diploma encaminhado à Mesa

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
PERNAMBUCO

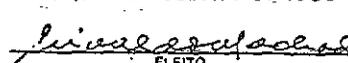
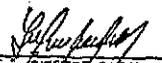
SENADOR DA REPÚBLICA
1º SUPLENTE

O Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco, nos termos da Legislação Eleitoral vigente e tendo em vista o resultado das eleições realizadas em 15 de Novembro de 1982, concede o presente Diploma ao Sr. Nivaldo Rodrigues Machado registrado pelo PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL para a representação de Pernambuco no Senado Federal, segundo a proclamação feita na sessão de 29 de Dezembro de 1982, baseada nos seguintes dados oficiais, extraídos da respectiva ata:

Votação geral apurada	1.953.218
Votação do diplomado	926.771

E para que o eleito possa provar sua qualidade perante quem de direito, mandei fazer o presente diploma, que assino com o diplomado.

Recife, 08 de Janeiro de 1983

 PRESIDENTE
  ELEITO
  DIRETOR GERAL

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Designo Comissão formada pelos Srs. Senadores Cid Sampaio, Aderbal Jurema e Jorge Kalume, para introduzir S. Ex^a em plenário, a fim de prestar o compromisso regimental. (Pausa.)

Acompanhado da Comissão designada, dá entrada em plenário o Sr. Nivaldo Rodrigues Machado, prestando junto à Mesa o seguinte compromisso regimental:

"PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO E AS LEIS DO PAÍS; DESEMPENHAR FIEL E LEALMENTE O MANDATO DE SENADOR QUE O POVO ME CONFERIU E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL." (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Declaro empossado, como Senador da República, o nobre Sr. Nivaldo Rodrigues Machado que, a partir deste momento, passará a participar dos trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Encontra-se na Casa o Sr. Alcides José Saldanha, suplente convocado da representação do Estado do Rio Grande do Sul, em virtude do afastamento do titular, Senador Pedro Simon.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o diploma, que será publicado na forma regimental. É o seguinte o diploma encaminhado à Mesa

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
Rio Grande do Sul

ELEIÇÕES REALIZADAS EM 15 DE NOVEMBRO DE 1978

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, em sessão realizada em 6/12/78, após conhecer e aprovar o relatório apresentado pela Comissão Apuradora, proclama o Sr. Alcides José Saldanha, 1^o SUPLENTE DE SENADOR DA REPÚBLICA, em substituição de Senador Pedro Simon, eleito pelo Município de São José do Sul, em 15 de Novembro de 1978, obtendo nominalmente 1.751.469 votos.

Total de votos apurados: 3.129.586 votos.

TVotação obtida pela Organização Partidária: 1.751.469 votos.

Extrato da ata geral da eleição para o Senado da República, restrito à parte do candidato acima nomeado, o qual servirá de Diploma de Suplente de Senador ao Senado Federal, expedido nos termos do art. 215, parágrafo único, da Lei nº 4.737, de 15 de Julho de 1965.

Passos Pôrto, 08 de Dezembro de 1978.

Pedro Simon - 195

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Designo Comissão formada pelos Srs. Senadores Octávio Cardoso, Fábio Lucena e Marcondes Gadelha para introduzir S. Ex^a em plenário, a fim de prestar o compromisso regimental. (Pausa.)

Acompanhado da Comissão designada dá entrada em plenário o Sr. Alcides José Saldanha, prestando junto à Mesa o seguinte compromisso regimental:

"PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO E AS LEIS DO PAÍS, DESEMPENHAR FIEL E LEALMENTE O MANDATO DE SENADOR QUE O POVO ME CONFERIU E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Declaro empossado, como Senador da República, o nobre Sr. Alcides José Saldanha que, a partir deste momento, passará a participar dos trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Encontra-se na Casa o Sr. João Américo de Souza, suplente convocado da representação do Estado do Maranhão, em virtude do afastamento do titular, Senador José Sarney.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o diploma, que será publicado na forma regimental.

É o seguinte o diploma encaminhado à Mesa



O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Designo Comissão formada pelos Srs. Senadores Nelson Carneiro, Marcondes Gadelha e Jorge Kalume para introduzir S. Ex^a em plenário, a fim de prestar o compromisso regimental. (Pausa.)

Acompanhado da Comissão designada dá entrada em plenário o Sr. João Américo de Souza, prestando junto à Mesa o seguinte compromisso regimental:

"PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO E AS LEIS DO PAÍS, DESEMPENHAR FIEL E LEALMENTE O MANDATO DE SENADOR QUE O POVO ME CONFERIU E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Declaro empossado, como Senador da República, o nobre Sr. João Américo de Souza que, a partir deste momento, passará a participar dos trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto no art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo o exercício da representação do Estado de Pernambuco, em substituição ao Senhor Senador Marco Maciel, adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido da Frente Liberal.

Atenciosas saudações, — **Nivaldo Rodrigues Machado**.
Nome Parlamentar: Nivaldo Machado.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto no art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo o exercício da representação do Estado do Rio Grande do Sul em substituição ao Senhor Senador Pedro Simon adotarei o nome parlamentar abaixo con-

signado e integrarei a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Atenciosas saudações, — **Alcides José Saldanha**.
Nome Parlamentar: Alcides Saldanha.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto no art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo o exercício da representação do Estado do Maranhão, em substituição ao Senhor Senador José Sarney, adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido da Frente Liberal.

Atenciosas saudações, — **Américo de Souza**.
Nome Parlamentar: Américo de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As comunicações lidas vão à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Somente agora, com o meu retorno às lides parlamentares, soube do falecimento de uma das eminentes figuras nas letras e no mundo científico brasileiro, o amazonense Roberval Pompílio Nogueira Cardoso, ocorrido no Rio de Janeiro na madrugada de 26 de fevereiro, aos 84 anos de idade.

Formado em agronomia, cedo foi para o Acre, radicando-se na capital, na década de trinta.

Aí, com a sua formação de vedadeiro apóstolo da ciência, ajudou o desenvolvimento acreano em todos os setores, quando, pela falta de conforto e salubridade, o viver naquelas terras representava perigos e dificuldades de toda a ordem.

Mas, acima de seus interesses, estava o seu ideal de bem servir a seus semelhantes.

Em virtude de admirável desempenho, seu nome ficou gravado para sempre, pois a morte para ele foi uma consagração. Nós, acreanos, que aprendemos a admirá-lo também através de sua obra, o temos perenizado em nosso reconhecimento.

Deixou viúva dona Jessy Gadelha Cardoso, a quem apresentamos as sentidas condolências nossas e do povo acreano.

Sr. Presidente, Srs. Senadores,

Paralelamente às minhas palavras de saudades e de homenagem especial à memória desse notável brasileiro, lerei o registro do diário acreano "O Rio Branco", de 27 do mês passado, que traça a minibiografia desse amazônida, para que o Congresso Nacional e o Brasil tomem conhecimento.

Ei-lo:

O professor Roberval Pompílio Nogueira Cardoso nasceu em Manaus, Amazonas, no dia 11 de maio de 1901. Morreu aos 84 anos. Uma vida inteira dedicada à Amazônia e ao Brasil, particularmente ao Acre — pedaço pátrio que jamais esqueceu. Roberval Cardoso guardava com orgulho a descendência índia. Seus pais foram o seringalista José Avelino Meneses Cardoso e a professora Mirandolina Nogueira Cardoso.

Sua existência sempre foi de estudos, trabalho, dedicação. De 1910 a 1917, trabalhou como ajudante herborizador do célebre botânico Adolpho Duck, em Manaus. Formou-se em 1919, engenheiro-agrônomo pela então Escola Agronômica de Manaus, da Universidade do Amazonas. Em 1921, era diretor de cena da Empresa "Amazônia Cine-Filmes", percorrendo o rio Amazonas, de sua foz ao Huallaga, quando conheceu grandes faixas orientais do Peru, Equador, Colômbia e sul da Venezuela e Guiana Francesa. Participou nessa mesma época da redescoberta do Forte do Príncipe da Beira, no rio Guaporé.

PROFESSOR PIONEIRO DE DESENHO NO COLÉGIO ACREANO

O ilustre amazônida, em 1922, era auxiliar técnico do Fomento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, a cujo serviço percorreu extensas áreas potomográficas do Amazonas e Pará e do norte de Mato Grosso. O ano de 1926 encontra-o como auxiliar agrônomo do Aprendizado Agrícola do Acre, em Rio Branco, onde dedicou-se durante anos seguidos a experiências de cultivo e de aclimação de novas espécies hortícolas e pomícolas da amoreira e criação do bicho-da-seda, do trigo adelai e juta. Iniciou e estimulou o escotismo, os desportos e o teatro na região acreana.

Foi co-fundador, em 1936, do ensino secundário no Acre, e primeiro professor de Desenho, de Educação Física e de Ciências Físicas e Naturais do Ginásio Acreano.

Fundou, com outros intelectuais, em 1937, a Academia Acreana de Letras, e representou nesse ano o Acre no Congresso Agronômico, em Piracicaba, São Paulo.

Durante dezoito anos (de 1944 a 1962), o Professor Roberval Cardoso foi engenheiro-agrônomo da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, no Rio de Janeiro, ocupando as chefias da Seção de Estudos e Pesquisas, de Administração Escolar, de Fiscalização do Ensino Agrícola e Veterinário. Como técnico de Educação Rural, em 1946, participou de cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão, na Universidade Rural do Ministério da Agricultura, aprovado, entre catorze cursistas, com o primeiro lugar.

De 1935 a 1940, no Acre, Roberval Cardoso pertenceu ao Conselho Florestal, representou o Ministério da Agricultura junto à Delegacia do Trabalho Marítimo, foi membro do Diretório Regional de Geografia e do Conselho Técnico de Educação.

Aposentou-se em 1974. Colaborou intensamente em revistas, jornais, escolas agrícolas, departamentos estaduais sobre pedagogia do ensino agrícola, problemas brasileiros, coleção iconográfica de arte.

Trabalhou na preparação de obras sobre "Fatos Amazônicos" (crônicas), "Topografia para o homem rural" (técnica simplificada), "Educação visual no meio rural" (pedagogia). Proferiu palestras sobre assuntos da Amazônia, em várias faculdades e escolas do Rio, Minas Gerais e São Paulo.

Escritor, várias obras de sua lavra foram publicadas, destacando-se "Centros Sociais Rurais" (1948), publicada pelo Ministério da Agricultura; "Museu Escola Agrícola" (1948), idem; "Grêmios para o Meio Rural", idem, com edições em 1952 e 1958; "Museu Rural", de 1960, editada pelo Ministério da Agricultura, foi preparada especialmente para as comemorações do centenário do Ministério da Agricultura. É autor ainda de "Falência do Determinismo Climático na Amazônia" (1946). Mimeografados existem: "Administração e Organização Escolar do Ensino Agrícola" (1947), "Custo dum quilo de borracha no Acre" (1944).

Sr. Presidente, Srs. Senadores, outra morte enlutou os acreanos. Trata-se da veneranda Senhora Maria Gurgel de Mesquita, nascida no Rio Grande do Norte no ano de 1890 e falecida em 7 de janeiro deste ano, quando completava 94 anos de idade.

Dona Maria, ainda na sua mocidade, logo após o seu casamento com José Henrique de Mesquita, deixou o torrão natal em companhia do marido e seguiu para o Acre, no princípio do século, radicando-se em Feijó.

Não obstante as vicissitudes enfrentadas, fruto do meio ainda insalubre da época, o casal, com a coragem que caracteriza a gente nordestina, enfrentou os problemas com estoicismo e venceu. Ali nasceram-lhe os filhos Geraldo, Maria e Raimunda.

O primeiro — Geraldo Gurgel de Mesquita — fez parte desta Casa na década de 70, e no Estado de seu nascimento exerceu os mais variados cargos.

Dona Maria, além de ter atuado na região gumífera, posteriormente, com a morte prematura do seu esposo dedicado, foi funcionária pública, a partir de 1945, na administração do saudoso José Guimard dos Santos.

O fato notável também de ter sido uma das desbravadoras da "Terra Imatura" é a principal razão deste meu registro, fruto do nosso reconhecimento.

A seu respeito podemos dizer como o pensador: "Os teus atos, não os teus conhecimentos, determinam o teu valor".

A respeitável senhora soube viver cercada da admiração e da estima de quantos a conheceram, e partiu com a consciência tranqüila pelo bem que espargiu no meio em que viveu.

Deixou numerosa família de 44 pessoas entre filhos, netos, bisnetos e tataranetos.

A seus familiares as nossas condolências.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alfredo Campos, como Líder do PMDB.

O SR. ALFREDO CAMPOS (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Finalmente, iniciamos, hoje, a nível de Senado Federal, a "Nova República", aspiração política do povo brasileiro e de todos os setores responsáveis que se envolveram na memorável luta e mobilização que resultou na eleição do Presidente Tancredo Neves, que, não podendo ser empossado por motivos que a Nação conhece, deu oportunidade de se comprovar a maturidade política do Brasil, com a posse do Vice-Presidente José Sarney. Este, empossado, cercado de seus ministros de Estado e auxiliares diretos, começa a demonstrar que, efetivamente, teremos o predomínio do político sobre o técnico, do verdadeiro representante do povo sobre os que decidem

em gabinetes fechados, alheios às aspirações e reivindicações maiores dos brasileiros que tudo suportaram nestes últimos 21 anos e que pagaram o mais alto preço de nossa história por governos que nada tiveram de compromisso com a Nação, com a nossa gente, e especialmente com a nossa classe política, que foi cassada, perseguida, injustiçada, amaldiçoada, desprezada. Mas, um grupo de bravos jamais permitiu que sucumbíssemos, mesmo nos momentos mais obscuros da massacrante, irascível e dura ditadura que já tivemos aqui.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é chegada a hora de dizermos, alto e bom som, que nós, parlamentares brasileiros, queremos participar, ativamente, da formação desta nossa esperada e esperançosa Nova República. Queremos sugerir, queremos discutir, participar, criticar, sermos ouvidos, sermos parte, enfim. A interdependência dos poderes — preceito constitucional que os últimos 21 anos buscaram esquecer, com o agigantamento do Poder Executivo e a centralização do poder — é princípio constitucional entre nós, e necessita ser estimulado e aprimorado. Então, a República não é só um governo novo no Poder Executivo, não é só ministros e dirigentes de órgãos federais recém-escolhidos e empossados.

A Nova República é um Poder Legislativo forte e autônomo, consciente dos seus deveres e das suas obrigações. É um Poder Judiciário independente, fortalecido, sem pressões, integrado aos outros dois poderes na luta pela verdadeira busca da justiça, da paz e dos princípios democráticos entre nós, em nossa Pátria.

Para mim, tenho que a Nova República, a nível de Senado Federal, nasceu com a eleição do Senador José Fragelli para presidir esta Casa. Sua firmeza, sua tranqüilidade e honradez foram pontos marcantes nos atribulados momentos vividos na madrugada do dia 15.

Está na hora, agora, de nos lembrarmos, de insistirmos na divulgação massiva e maciça do texto do parágrafo 1º do art. 1º de nossa Constituição, levando-o a todo o País, a todo o povo, a todas as escolas, inscrevendo-o em todos os muros, paredes, quadros, avisos, inundando este País com a expressão magna da base democrática:

"TODO PODER EMANA DO POVO E EM SEU NOME É EXERCIDO".

Então, Srs. Senadores da Nova República, se o poder que todos exercemos, e que exerce o Poder Executivo, e a Justiça que distribui o Poder Judiciário é efetivado em nome deste povo brasileiro, os 120 milhões de pessoas, de gente, é claro, é indiscutível, é inquestionável que todos devemos contas ao povo.

A cada quatro anos, ou a cada oito anos, no caso dos Membros desta Casa, os parlamentares brasileiros submetem-se ao julgamento popular das urnas, quando se exige de cada um de nós atitudes tomadas, omissões registradas, pronunciamentos em defesa do povo e das nossas instituições, críticas, mas também elogios ou enaltecimentos à nossa atividade parlamentar.

Ora, se, efetivamente, queremos participar do novo País que nasce hoje, da alvorada democrática da Nova República, se queremos consolidar a democracia que estamos buscando implantar, se acreditamos e vamos exigir o cumprimento do preceito constitucional que fixa a interdependência dos Poderes da República, se temos consciência de que o povo é o nosso objetivo maior e que a ele temos que prestar conta de tudo que fizemos ou deixamos de fazer, se, realmente, a Nova República será não um novo governo, mas um país em que a Nação e Estado caminham juntos, identificados, voltado para as grandes aspirações nacionais, queremos declarar que:

— vamos defender o Congresso Nacional e, particularmente, o Senado Federal como um dos três Poderes da República;

— vamos agir, aqui, como autênticos representantes do povo brasileiro, exigindo independência, respeito pelo mandato popular, autonomia para decisão e independência para a atuação parlamentar;

O Sr. Carlos Alberto — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ALFREDO CAMPOS — Com muita honra, nobre Senador Carlos Alberto.

O Sr. Carlos Alberto — Ouço V. Exª com muita atenção, até porque sou um profundo admirador do talento, da capacidade, da inteligência, da habilidade política que tem V. Exª haja visto que como articulador político V. Exª deu provas incontestes nesta Casa, de poder virar um resultado em 24 horas. Tenho, então respeito profundo pela sua maneira de articular politicamente.

O SR. ALFREDO CAMPOS — É bondade de V. Exª, mas não é verdade.

O Sr. Carlos Alberto — Faça justiça, só. E quando V. Exª fala, hoje à tarde, tenho a convicção de que V. Exª nos dá o perfil de como será traçado, neste Congresso, ou neste Senado, neste plenário, a política do Governo Federal. Embora discordo de algumas colocações de V. Exª, gostaria de fazer as seguintes observações: V. Exª fala do arbítrio, da ditadura que imperou neste País e eu comungo, em parte, acho que nós tivemos um período arbitrário, ditatorial; acho que tivemos a repressão, tivemos uma ditadura muito forte em dado período do Movimento de 64. Mas, temos que fazer justiça a aquele que deu todas as condições para que Tancredo Neves pudesse ser o Presidente da República eleito. Dizer-se que vamos implantar a democracia no país é fazer uma injustiça a João Figueiredo, que deu toda a tranqüilidade, todas as condições para que pudessemos caminhar seguramente, para que as decisões fossem respeitadas. Veja V. Exª que quinta-feira, à noite, eu telefonava para o Presidente Figueiredo acerca da situação no País, quando o Presidente eleito, Tancredo Neves, era hospitalizado e eu via o Vice-Presidente José Sarney sair às pressas do bloco onde residimos, telefonava eu para o Presidente afim de saber qual a posição de S. Exª e a resposta do Presidente João Baptista Figueiredo foi aquela que eu esperava: "Carlos Alberto, a Constituição será respeitada. Nós vivemos em uma democracia, pois eu jurei fazer deste país uma nação democrática, no dia que assumi a Presidência da República." Então vamos fazer justiça àquele que foi o condutor da abertura política; àquele que anistiou os que foram cassados na repressão, àquele que deu abertura plena para que a imprensa tivesse liberdade, àquele que eliminou o decreto 477, que algemava a classe estudantil; àquele que deu todas as condições para que a eleição de Tancredo Neves fosse fruto dessa abertura política e pudessem todos dela participar sem patulhamento ideológico, sem nenhum revanchismo, verdade Tancredo Neves foi eleito com os votos de políticos que foram eleitos pela legenda do Governo, e não houve repressão a nenhum deles. Dai fazer um adendo dentro do pronunciamento de V. Exª, para fazer justiça ao ex-presidente João Figueiredo. E dizer, também, daqueles que participaram do arbítrio, que não foi o meu caso; daqueles que enfrentaram a ditadura, mas não enfrentaram a ditadura para combatê-la e, sim, participando dela, e estão hoje usufruindo do novo Poder, da Nova República V. Exª sabe disto, que muitos dos que participaram do poder de força, do poder que algemava, do poder bania, do poder que deportava, do poder que muitos dos que baniram, cassaram e fizeram tantas coisas com tantos brasileiros, vão usufruir da Nova República, nobre Senador.

O SR. ALFREDO CAMPOS — Quero agradecer o aparte de V. Exª que, para mim, foi honroso e importante, e dizer que concordo em parte com V. Exª Mas, eu

gostaria inclusive de inseri-lo no bojo deste meu modesto pronunciamento. Gostaria também de lembrar a V. Ex^a que nós não queremos, jamais, fazer uma caça às bruxas; queremos, sim esquecer o passado e pensar muito na reconstrução deste País, porque o que importa agora — e no bojo do meu modesto discurso V. Ex^a pode notar, nós, em passant só falamos alguma coisa do período discricionário que tanto enlutou este País — o que nos importa é daqui para frente, o que nos importa neste instante — e é o ideal da Nova República — é pensar como tirar este Brasil do atraso social e econômico a que chegou e pensar nos dias futuros, que estão por vir.

O Sr. Jorge Kalume — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALFREDO CAMPOS — Com muito prazer.

O Sr. Jorge Kalume — Esta Liderança vai dar a primeira prova da pregação que V. Ex^a está fazendo neste momento de paz, de concórdia; e queremos, nesta oportunidade, deplorar o estado de saúde do Sr. Presidente Tancredo Neves. Gostaríamos que V. Ex^a fosse portador dos nossos votos de pronto restabelecimento para que assuma as rédeas do Governo da República. Eram estas as minhas palavras a V. Ex^a, nesta oportunidade.

O SR. ALFREDO CAMPOS — Senador Jorge Kalume, penhoradamente, agradecemos esses votos e iremos transmiti-los à família que, neste instante, está apreensiva e triste, juntamente com todos os segmentos da sociedade brasileira.

E continuo, Sr. Presidente:

— vamos exigir a mais ampla e irrestrita discussão de todos os temas que forem submetidos a esta Casa, repudiando pressões de grupos, urgências descabidas, interesses menores e decisões de cúpulas;

— queremos debater, livre e abertamente, todos os temas submetidos ao Senado Federal, sem subterfúgios ou meias palavras, criticando construtivamente quando necessário ou assumindo, junto com os poderes Executivo e Judiciário, quando for o caso, os ônus de decisões rigorosas mas que sejam, comprovadamente, do interesse da maioria do povo brasileiro;

— temos certeza de que não somos infalíveis, que também erramos, ou erraremos, mas é também necessário destacar que é mais difícil errarem 69 Senadores e 479 Deputados Federais — ou seja, 548 parlamentares — do que somente um que queira decidir e impor vontade, ou pequenos grupos.

Conscientes de tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos apresentando a esta Casa, e à Nação, este documento, certos de que, juntos, o país inteiro, haveremos de concretizar esta Nova República, para a busca incessante e incansável de melhores dias para o povo brasileiro, para cada um de nós, porque todos somos povo; para nossas famílias, para este Brasil que é nosso e será recuperado por nós. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aloysio Chaves, para uma breve comunicação.

O SR. ALOYSIO CHAVES (PDS—PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sirvo-me da faculdade regimental para trazer ao conhecimento da Casa que, no dia 15 passado me afastei da Liderança do PDS no Senado da República. E o fiz com muito pesar, porque fui honrado, nos primeiros dias deste mês, com a recondução por unanimidade da minha Bancada. Mas, razões de ordem pessoal, sobretudo compromissos políticos inadiáveis no meu Estado, impediram-me a esta decisão, depois de quatro anos como Vice-Líder e dois como Líder no Senado, pude não só estreitar os laços de amizade, de compreensão e colaboração, com todos os ilustres colegas do Senado da Re-

pública, como também levar a termo o compromisso espontaneamente assumido de colaborar, na medida de minhas possibilidades, no exercício da Liderança do PDS e do Governo, para complementação da obra da redemocratização do Brasil encetada e conduzida, com lucidez e determinação, pelo ex-Presidente João Figueiredo.

Servi a esta causa com dedicação e com lealdade, fiel aos meus ideais democráticos e tudo fiz no sentido de consolidar esta diretriz, dando autonomia à Liderança do PDS, colaborando para que o Senado da República pudesse aprovar algumas das leis mais importantes, criando sobretudo, com os meus ilustres colegas da Oposição, através dos seus eminentes líderes, um clima de perfeito entendimento e colaboração que nos permitiu aprovar, no último ano, todos os projetos de peculiar interesse dos Municípios, dos Estados e do Governo Federal: as suas mensagens principais; a indicação de nomes para os tribunais superiores do País, a começar do Supremo Tribunal Federal; a aprovação de nomes indicados para representar o Brasil como embaixadores no exterior; leis da maior importância como a da informática; o estatuto da microempresa; a lei que regulamenta o Art. 45 da Constituição, entre tantas outras, foram aqui aprovadas em ambiente de perfeita compreensão mediante acordo e entendimento entre todos os partidos políticos, de maneira a dotar o País de instrumentos legais que ele reclamava naquela ocasião.

Servi numa fase extremamente delicada e difícil da vida política nacional, agitada pela sucessão presidencial que só se encerrou há 15 de janeiro último. Não obstante todos os percalços, todas as dificuldades, a Bancada do meu Partido pôde cumprir, com altivez, com correção, com dignidade, com dedicação à causa pública o seu dever, em toda a sua extensão, para com o seu partido, para com o Senado e para com o País.

Desejo agradecer aos eminentes colegas o apoio, a colaboração recebida. Já o fiz, em particular, à minha Bancada em reunião que promovemos à tarde do dia 15. Estendo agora esses agradecimentos em especial a V. Ex^a, como Presidente do Senado e ao seu ilustre e eminente antecessor, o Senador Moacyr Dalla, aos meus eminentes colegas de lideranças: do PMDB, Senador Humberto Lucena; do PTB, Senador Nelson Carneiro; e do PDT, Senador Roberto Saturnino.

A todos os colegas, à Mesa do Senado e aos seus dedicados e competentes servidores, a todos os companheiros desta Casa, funcionários públicos, servidores do Senado, à imprensa que acompanhou e deu toda atenção aos nossos trabalhos, numa cobertura cotidiana, a todos consigno o meu mais profundo agradecimento pelo apoio e pela solidariedade recebida. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra, ao nobre Senador Nelson Carneiro, como Líder.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Creio que não há na história política do País vigília tão longa, desde as primeiras horas da tarde do dia 14 de março, vigília que se prolonga até hoje, vigília emocional de que participa toda a Nação, por todos os setores de sua atividade, do povo inteiro acompanhando, rezando genuflexo pelo restabelecimento pronto da saúde do eminente Presidente da República, Dr. Tancredo de Almeida Neves.

Neste momento, Sr. Presidente, em que a Nação em preces roga por este restabelecimento, justo será incluir nos Anais alguns episódios que dizem respeito à maturidade política deste País.

Por ordem cronológica, seria de destacar a posição do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães; quando alguma "mosca azul" passou perto com o seu zumbido sedutor, Ulysses Guimarães sustentou, de logo, o império da Constituição. E no gabinete de V. Ex^a, Senador José Fragelli, estiveram reunidos os Líderes Partidários e de pronto assentaram, sem divergência, porque não haveria como deixar de cumprir, rigorosamente, a Constituição, assegurando a posse do Vice-Presidente, o nosso antigo companheiro José Sarney. Essa unanimidade que acima das divergências políticas, das dissensões partidárias, há um interesse generalizado do mundo político, de assegurar dias tranquilos ao País, dando ao povo uma resposta à sua ansia de normalidade e de progresso. Foi, aí, Sr. Presidente, que entre as muitas vozes que, naquela reunião, presidida por V. Ex^a e pelo Deputado Ulysses Guimarães, uma se elevou, e quero destacar, por dever de justiça, exatamente a do Líder que hoje se despede, a do nobre Senador Aloysio Chaves. Sendo Líder da Bancada oposicionista, o PDS, foi S. Ex^a um dos elaboradores, um dos defensores extremos da regularidade constitucional e expôs, com os argumentos de seu cabedal jurídico, as razões que estavam na consciência de todos os homens públicos ali reunidos, a da posse do Vice-Presidente da República até que o Presidente pudesse assumir o cargo. Também é de justiça ressaltar que do dia 14 até hoje, em meio a esta vigília emocional em que o País vive, o Vice-Presidente José Sarney tem mantido atitude exemplar, sem transpor as lindes de sua atividade, com uma compostura e dignidade que honram esta Casa, de onde Sua Excelência saiu para o exercício de tão alta magistratura.

Sr. Presidente, devo fazer, ainda, duas considerações: nesse numeroso Ministério, o maior da República, de 27 titulares, não figura um Ministro, um representante do Estado do Rio de Janeiro no primeiro escalão. Quero fazer justiça ao Presidente Tancredo Neves, não lhe cabe culpa; a culpa cabe aos políticos do Estado do Rio de Janeiro, que não tiveram a capacidade de se reunir em torno de um só nome dentro ou fora de qualquer corrente política, que pudesse representar aquele Estado na constelação ministerial. Foi essa falta de unidade, essa falta de compreensão de que a antiga Capital brasileira deve participar desse primeiro escalão, que excluiu o glorioso Estado da composição inicial do Governo Tancredo Neves. E não tivemos sequer, não podendo indicar um só nome do Rio de Janeiro, a sensibilidade de outros Estados, de perfilar alguém integrado em nosso Estado, ali tendo vivido os dias longos de uma tormentosa casação, e que se fez não só um defensor de seus direitos, mas, principalmente, um defensor de todos os direitos humanos neste País, o do ilustre Presidente da Ordem dos Advogados, José Bernardo Cabral, cidadão honorário do Rio de Janeiro, e indicado pela representação amazonense. Neste instante, a Bancada do Rio de Janeiro não teve sequer a inspiração de perfilar uma candidatura de um ilustre homem público que vive integrado no Rio de Janeiro, e podia ser, portanto, o intérprete dos sentimentos da gente que ali reside.

O Sr. Carlos Alberto — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra, nobre Senador Carlos Alberto.

O Sr. Carlos Alberto — Nobre Senador Nelson Carneiro, entendo a sua preocupação para com o seu Estado, que é o Rio de Janeiro, e V. Ex^a chega mesmo a fazer alusão à classe política, que não teve competência para conseguir um ministério para aquele Estado tão importante da Federação brasileira. Mas, se não me falha a memória, eu não sei se eu li, se ouvi ou se vi na televisão, em resposta ao Governador Leonel de Moura Brizola,

que governa o Rio de Janeiro, o Presidente eleito Tancredo Neves disse que havia dado dois ministérios para o Rio de Janeiro; me parece que o Rio de Janeiro merece o SNI e o Ministério da Aeronáutica — somente para fazer um adendo ao seu discurso e mostrar a V. Ex^a que o Rio de Janeiro ganhou dois ministérios: o Ministério da Aeronáutica, que é um carioca que está à frente, bem como o SNI. Foi a resposta, salvo melhor juízo, não sei se li, ouvi ou se vi em televisão. Mas me parece também que o SNI hoje é do Rio de Janeiro.

O SR. NELSON CARNEIRO — V. Ex^a há de permitir ao Presidente Tancredo Neves o direito de conservar o humor que foi sempre a característica da sua vida pública. Em meio aos entevos que sempre atravessou, em que sempre se envolveu, Sua Excelência nunca deixou de cultivar o bom humor, e certamente foi assim que Sua Excelência respondeu à acusação que lhe foi feita. Entendo que os Ministros militares não representam a nenhum Estado. Eles são chefes de armas que pertencem à Nação e, por isso mesmo, não irei aqui discutir onde nasceram e onde viveram.

Mas, Sr. Presidente, é do meu dever, e sou um inveterado em fazer restrições; tendo lutado em 1930 pela vitória da Revolução de outubro, logo dela dissenti e vivi os longos anos da ditadura nas agruras da planície política. Em 1964 era dos mais cáusticos críticos do regime que então havia abruptamente se suicidado ao excluir da ordem constitucional o parlamentarismo, única forma em que poderia sobreviver o Governo João Goulart.

Mas, Sr. Presidente, por isso mesmo, no dia da eleição do Presidente Castello Branco, eu me opus a que o Congresso se rendesse à primeira decisão do comando revolucionário, impondo a votação a descoberto. E está nos Anais meu protesto com a declaração de que me recusava a votar por uma decisão que contrariava a Constituição e o Regimento da Casa, hoje, quero fazer um reparo, ou talvez um elogio; o nobre Ministro da Justiça, nosso prezado colega Fernando Lyra, já reuniu duas vezes o Conselho Político, pela manhã e à noite de ontem. Esperava que ali estivessem apenas os Líderes da Maioria, o nobre Líder Fernando Henrique Cardoso, Líder do Congresso, o nobre Líder Humberto Lucena, Líder do Senado, e o nobre Deputado Pimenta da Veiga, Líder da Câmara. Seria então a presença do mundo político. Mas também ali estiveram os líderes da Frente Liberal, o nobre Senador Carlos Chiarelli e o ilustre Deputado José Lourenço.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli. Fazendo soar a campanha.) — Lembro ao nobre orador que já se esgotou o tempo de que dispunha.

O SR. NELSON CARNEIRO — Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo que o Senador Saturnino Braga, infelizmente ausente, e este modesto orador não tiveram disso nenhuma ciência, nem de segunda mão. Certamente somos duas andorinhas no meio dessa multidão; já uma andorinha não faz verão, também duas não farão.

Mas, eu queria lembrar ao ilustre Ministro e Deputado Fernando Lyra que se somos dois Senadores, somam, 31 os Deputados do PDT e 10 os Deputados do PTB, para que ao menos em segunda mão, S. Ex^a, transmita àqueles que apoiaram Tancredo Neves o que decidiu o comando político.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Jorge Kalume — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente e Srs. Senadores.

Estimado Senador Aloysio Chaves, eu me pergunto, por que responder à despedida de V. Ex^a? Também silenciar poderia trazer implicações diante da história deste Senado. O trabalho de V. Ex^a feito nesta Casa, não só em favor da Bancada que representou, mas da Casa no seu todo, já representou um galardão. V. Ex^a soube se conduzir com sabedoria, com prudência. Mesmo nas horas mais difíceis, V. Ex^a soube corresponder aos anseios nossos, seus liderados, como também do inclito Presidente João Figueiredo, que confiou a sua representação à pessoa de V. Ex^a.

Podemos dizer que também, já no final, quando V. Ex^a se despedia, prestou relevantes serviços — e esse depoimento foi dado pelo próprio Presidente da Casa, segundo algumas pessoas ouviram — na hora crucial, na hora mais difícil para a nacionalidade, já na madrugada do dia 15, a opinião jurídica de V. Ex^a teve a acolhida de seus pares.

Esta é a oportunidade de, em nome do PDS, agradecer o grande trabalho que prestou não só ao Partido, como aos políticos e à Nação de um modo geral. E podemos acrescentar estas minhas palavras: a conduta de V. Ex^a está enquadrada no sinal mais seguro da sabedoria que é a constante serenidade, e V. Ex^a soube, com serenidade, com sabedoria, com inteligência invulgar, conduzir-se como Líder da Maioria.

Aproveito o ensejo, também, para congratular-me com o nobre Senador Murilo Badaró, que irá substituir V. Ex^a. Estou certo de que S. Ex^a, com a experiência haurida ao longo dos anos de sua vida política, saberá também, como V. Ex^a, corresponder aos nossos anseios. E quero também saudar, entre nós, o retorno do nosso ex-Ministro César Cals, que prestou magnífico serviço à frente do Ministério das Minas e Energia. O seu retorno, como dizia José Américo: "É como o renascer, ninguém se perde na volta", Felicidades!

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Américo de Souza.

O SR. AMÉRICO DE SOUZA (PFL — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Nos estados de direito, em plena floração democrática, ou mesmo naqueles que reencontram seu caminho na vocação das liberdades, do direito e das garantias constitucionais — e não seria ousio demasiado afirmar que, até nos estados em que as Casas legislativas resultam do consentimento e do beneplácito do poder autocrático — em qualquer época, em qualquer ano, em qualquer momento, nenhum destaque mereceria a substituição de um Senador pelo seu suplente. Nessas ocasiões, relatar acontecimentos, comentar fatos, analisar personalidades, tudo seria mera tagarelice, daquela mais chocha, quando não desabrida e inoportuna, apenas para confirmar a filosofia do povo de que "sempre há homens que dizem muito mais do que menos do que deviam". Se desprezada a regra da sobriedade, contudo é mister ser raso como os riachos para deles ter a clareza e a limpidez, e não empanar o brilho daquele a quem pretendemos homenagear neste momento, o inclito vice-Presidente José Sarney, hoje no exercício da Presidência da República. Brilho nele tanto maior porque há largos anos entrou na vida pública, como soube ele dizer com muita propriedade, pela única porta de entrada da política: a porta do sacrifício. Essas substituições merecem marcadas pela rotina e pelo despercebido, ainda que a grandeza do substituído ofusque o substituto. A elas lhes bastaria, sem dúvida, o juramento de praxe. Nada mais! Afinal somos todos políticos, em contato permanente com o povo e sob a vigilância dos meios de informação. Conhecem-nos os propósitos, os programas, os ideais, as realizações, os so-

nhos, as frustrações, as esperanças que não morrem jamais.

Que dizer ou fazer, então, neste importantíssimo e honroso instante de nossa vida, quando vimos integrar a Câmara Alta do País? Deveria o substituto falar de si próprio, exhibir o elenco, sequer o esboço, do que espera concretizar no breve tempo de sua permanência nesta Casa? Se o fizesse, estaria, sem dúvida, proclamando o ardor de seus propósitos, ratificando, com Petrarca, que "arde bem pouco, quem pode dizer o quanto arde", muitas vezes frustrando-se ao xame do que é, para distrair-se com o que será, sempre improvável, duvidoso e aleatório. Ao que substituí, ao que chega, por mais experimentado e sofrido na vida pública, que se lhe faça a justiça, se o merecer, ao término do seu mandato.

Deveria o novo Senador falar do velho congressista — o eminente Senador Sarney — que em muitos anos nesta Casa encantou os seus pares com seu talento, com a inter-penetração do político e do intelectual — ligação entre Roma e Atenas — como o mostrou em escorreita análise o Mestre Afonso Arinos? Do jornalista que, moço ainda, muito moço, fundava jornais? Do tribuna que sempre rivalizou nos comícios populares e nas cátedras mais exigentes, com os melhores do nosso passado? Do acadêmico consciente do papel relevante das agremiações literárias, a elas juntando-se mais para colaborar no fomento à cultura e na descoberta de talentos, que para coroamento dos próprios méritos? Do administrador que deu início a uma nova era em nosso Estado — o Maranhão — criando estilos, formulando métodos, conceitos e princípios antes não concebidos? Do líder que, investindo à frente de fervorosos e aguerridos seguidores, à frente, ontem como hoje, do bravo povo maranhense, derrubou situações inabaláveis? Do poeta terno e sensível de "Canção para Roseana", vigoroso e fiante de "Marimbondos de Fogo? Do liberal moderado que só entende a política quando "ela se compromete com a democracia e com a justiça social"?

Não! Não deveria. Os grandes desta República já o fizeram. Políticos, jornalistas, escritores, mestres em todos os setores e de todos os matizes. A pobreza da nossa linguagem não usaria suplantar o que sobre Sarney já escreveram Afonso Arinos, Carlos Castello Branco, Josué Montello, Ferreira Gullar, Lago Burnet, Jorge Amado, Bandeira Tribuzi, para citar só alguns dos grandes nomes deste País.

Falar, então, de sua postura de estadista no exercício da Presidência da República, no impedimento do Presidente Tancredo Neves, também não. Esta página da História do Brasil, de tão importante que é no presente e o será, mais ainda, no futuro, pela visão que se terá dos fatos, através da perspectiva que só o tempo propicia, não pode e não deve subordinar-se a estas poucas palavras de homenagem.

Srs. Senadores, se nada houvera, então, para dizer sobre o estadista de hoje, ou se tudo já não fora dito sobre político e o homem a quem temos a honra de substituir, acreditamos que o historiador do futuro, com sua observação percuciente, não deixará de consagrar aquele momento de inexcelsível grandeza, quando o Senador José Sarney renunciou à Presidência do Partido Democrático Social como um dos mais significativos de todos os instantes políticos, causa preponderante para a grande mudança do autoritarismo obscuro para o brilho da democracia.

Ao renunciar, Sarney criou as condições para a organização da Frente Liberal e a formação da Aliança Democrática e, com elas, solidificar a candidatura que o povo já apoiava nos comícios de todo o País. Renúncia que fortaleceu nossas instituições políticas ainda claudicantes e mudou o rumo da História do Brasil, renúncia que foi a semente da vitória. Com ela, José Sarney plantou o fortalecimento do processo eleitoral e da democracia em nossa Pátria.

O Sr. Carlos Chiarelli — Concede-me um aparte, nobre Senador Américo de Souza.?

O SR. AMÉRICO DE SOUZA — Com muito prazer.

O Sr. Carlos Chiarelli — Ouço com muito prazer e sobretudo com muito interesse a manifestação que V. Ex^a faz nesta tarde na tribuna, a hora e o ponto que reingressa na vida parlamentar. V. Ex^a que já teve uma atuação marcante e, por isso lembrada na memória de todos nós na Câmara dos Deputados, V. Ex^a que já soube com invulgar brilho, com probidade e eficiência representar o Nordeste e o Maranhão, volta hoje em circunstâncias históricas e volta hoje no momento de especial significação para a vida nacional, depois da madrugada de sexta-feira em que este País mostrou realmente a fortaleza das suas instituições, a seriedade da sua classe política, o respeito aos mandamentos legais e constitucionais e onde um homem da valia intelectual e da condição de estadista de Tancredo Neves, vitimado por uma anomalia circunstancial, se viu adequada, transitória e competentemente substituído, como manda a Constituição, pelo ilustre compatriota e conterrâneo de V. Ex^a, o nosso sempre Senador José Sarney. Por isso, em nome da Frente Liberal, o seu partido e o nosso partido, sinto-me muito à vontade de, ao apartear-lo, solidarizar-me com os conceitos que emite e, sobretudo, aproveitar essa sintonia partidária e essa identidade de manifestação para saudar a oportunidade tão expressiva com que V. Ex^a estreia nesta Casa, apesar de um veterano jovem do parlamento, podendo trabalhar sobre um tema tão importante quanto é a figura de José Sarney, hoje Presidente da República e, sobretudo, o homem que, assumindo a Presidência, assegurou a tranqüilidade da transição transitória e guarda adequada e constitucionalmente o lugar para o seu verdadeiro titular, que é Tancredo Neves, com discrição, com probidade, competência, admiração e respeito.

O SR. AMÉRICO DE SOUZA — Agradeço ao nobre Senador Carlos Chiarelli, Líder do Partido da Frente Liberal, a sua intervenção no meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, deste cenáculo, em que ora nos iniciamos, com reverência e humildade, prestamos ao velho camarada e amigo fraterno as homenagens que ele merece, na pouquidade das nossas forças, mas com a melhor, a mais sincera e a maior admiração, esperando que nosso desempenho nesta Casa possa seguir-lhe os passos, sempre com os olhos voltados para o Maranhão, para o seu povo e para o Brasil.

O Sr. Humberto Lucena — Permite um aparte, nobre colega?

O SR. AMÉRICO DE SOUZA — Ouço V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Humberto Lucena — Antes que V. Ex^a deixe a tribuna eu, também, em nome da Bancada do PMDB, desejo levar-lhe as nossas felicitações pela sua posse e dizer da nossa alegria em vê-lo retornar ao Congresso Nacional. Eu que fui seu companheiro durante anos na Câmara dos Deputados posso dar o testemunho ao Senado e à Nação do espírito público com que sempre se houve no exercício dos seus mandatos parlamentares. Meus parabéns.

O SR. AMÉRICO DE SOUZA — Senador Humberto Lucena, relembra V. Ex^a momentos dos mais auspiciosos que passamos na Câmara dos Deputados e me saúda ao chegar nesta Casa. Agradeço de coração a homenagem que me presta.

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AMÉRICO DE SOUZA — Pois não!

O Sr. Gastão Müller — Desejo saudá-lo no mesmo direcionamento do eminente Líder Senador Humberto Lucena, rememorando que o conheci quando, na campanha do Presidente Costa e Silva, V. Ex^a foi designado como um dos coordenadores da campanha e eu recebi um recado de uma pessoa querida, que tinha uma liderança muito grande neste Senado, o Senador Filinto Müller, para que o recebesse em Cuiabá. Tive o prazer de recebê-lo lá. Jantamos juntos, enfim, dei toda a assistência que V. Ex^a necessitava lá na minha terra natal, Cuiabá. Depois dessa oportunidade, convivemos muitos anos na Câmara Federal. V. Ex^a, então, se afastou diretamente do parlamento e volta agora em função da Presidência de José Sarney na República Federativa do Brasil. De modo que, como velho colega, conhecedor de V. Ex^a e da sua capacidade política, saúdo-o dou os meus votos de boas-vindas ao Senado e ao seu retorno à vida pública parlamentar neste País.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Comunico a V. Ex^a que o seu tempo está preste a se esgotar. Solicitaria que não recebesse mais apartes.

O SR. AMÉRICO DE SOUZA — Pois não, Sr. Presidente.

Sr. Senador Gastão Müller, se mais apartes tivéssemos de antigos companheiros nossos, da Câmara dos Deputados, terminaríamos por transformar esta tarde, em tarde de reminiscência. Muito obrigado a V. Ex^a por ter lembrado momentos tão agradáveis da minha vida àquela época.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao Presidente José Sarney, honra e glória do Maranhão, as homenagens do nosso Estado. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Líder Senador Humberto Lucena.

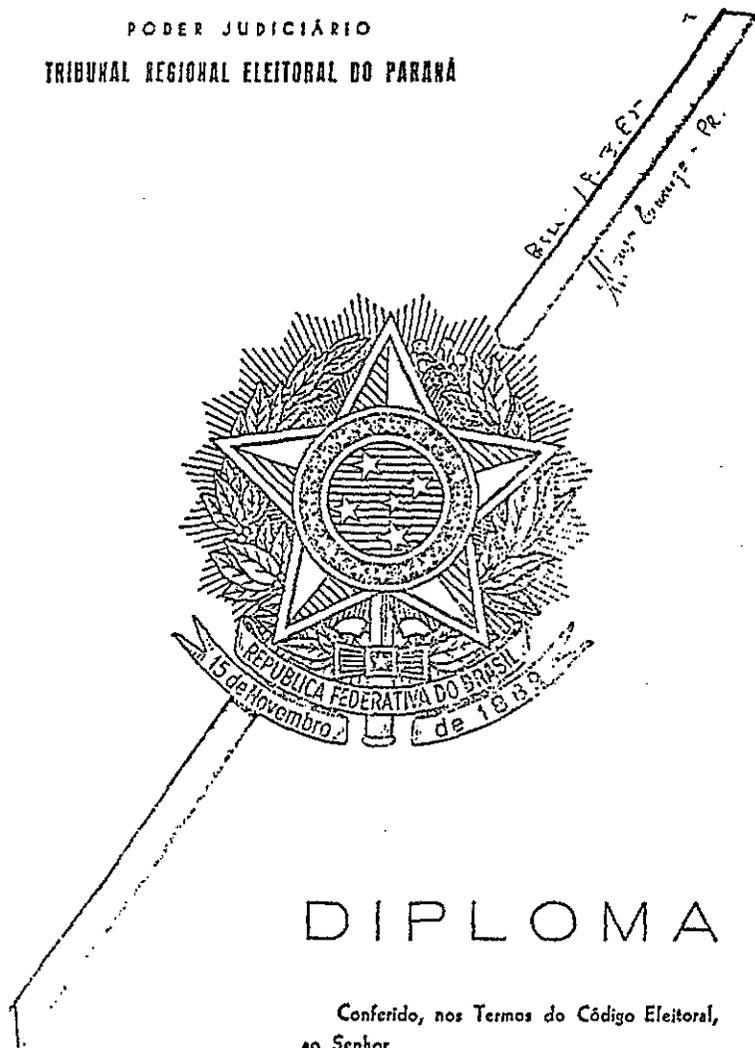
O SR. HUMBERTO LUCENA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Encontra-se na Casa o Sr. Roberto Wypych, suplente convocado da representação do Estado do Paraná, em virtude do afastamento do titular, Senador Affonso Camargo.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o diploma, que será publicado na forma regimental.

É o seguinte o diploma encaminhado à Mesa.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ



DIPLOMA

Conferido, nos Termos do Código Eleitoral,
ao Senhor
Roberto Wypych

eleito em 1º de setembro de 1978
Suplente de Senador da República

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Designo Comissão formada pelos Srs. Senadores Jorge Kalume, Álvaro Dias e Carlos Chiarelli, para introduzir S. Ex^a em plenário, a fim de prestar o compromisso regimental. (Pausa.)

Acompanhado da comissão Designada, dá entrada o Sr. Roberto Wypych, prestando junto à Mesa o seguinte compromisso regimental:

"PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO E AS LEIS DO PAÍS. DESEMPENHAR FIEL E LEALMENTE O MANDATO DE SENADOR QUE O POVO ME CONFERIU E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL". (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Declaro empossado, como Senador da República, o nobre Sr. Roberto Wypych que, a partir deste momento, passará a participar dos trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1^o Secretário.

É lida a seguinte

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto no art. 7^o do Regimento Interno, que, assumindo o exercício da representação do Estado do Paraná em substituição ao Senhor Senador Dr. Affonso Alves de Camargo Netto adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do PMDB.

Atenciosas saudações, — Roberto Wypych.

Nome Parlamentar: Roberto Wypych.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A comunicação lida vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1^o Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 1985

Altera a redação do art. 10 da Lei nº 6.903, de 30 de abril de 1981, que dispõe sobre a aposentadoria dos Juizes temporários da União de que trata a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1^o O art. 10 da Lei nº 6.903, de 30 de abril de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. O Juiz temporário, enquanto no exercício do cargo ou aposentado, equipara-se ao Funcionário Público Civil da União, para os efeitos da legislação de Previdência e Assistência Social".

Art. 2^o Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3^o Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Lei nº 6.903, de 30 de abril de 1981, teve por objetivo assegurar aposentadoria aos chamados Juizes temporários, isto é, representantes classistas da Justiça do Trabalho em todos os níveis e Magistrados representantes dos advogados na Justiça Eleitoral. Por força do art. 10, o Juiz temporário, enquanto no exercício do cargo, equipara-se ao Funcionário Público Civil da União, para os efeitos da Previdência e Assistência Social.

Verifica-se, desta forma, que a equiparação para efeitos previdenciários, somente alcançou os Juizes temporários, "enquanto no exercício do cargo", deixando in albis toda a complexa situação correspondente à situação de aposentado.

Assim, com o implemento da condição de tempo de serviço público, por idade, por vontade própria, ou por

infortúnio, o Juiz temporário tem direito somente à aposentadoria, com proventos integrais ou proporcionais.

Ora, como a aposentadoria lhe retira a condição de exercente do cargo, perde, portanto, a equiparação de que trata a Lei, ficando, na condição de aposentado, ao desamparo dos benefícios e serviços previdenciários.

Acrescente-se a esse fato a constatação de que o Decreto-Lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, ao tratar da contribuição previdenciária dos aposentados, excluiu dessa obrigação os Juizes temporários da União. Decorre disso que, não estando mais no exercício da magistratura e não contribuindo para a previdência social e, ainda, consoante o art. 10 que ora propomos seja alterado, não mantendo a equiparação depois de aposentado, fica totalmente a descoberto de qualquer assistência previdenciária, fato que não é possível ser tido como justo nem plausível.

Por não se justificar a distinção entre o Juiz temporário da União em exercício e aposentado, torna-se imprescindível a alteração ora proposta, a fim de que o art. 10 da Lei nº 6.903, de 30 de abril de 1981, passe a amparar esses magistrados, seja na aposentadoria, seja quando no efetivo exercício da magistratura.

Por todo o exposto, acreditamos ser mais do que justo e lógico que o art. 10 da referida Lei nº 6.903 seja alterado para agasalhar a situação dos Juizes temporários, seja na condição de efetivo exercício, seja na condição de aposentados.

Sala das Sessões, 18 de março de 1985. — Carlos Chiarelli.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.903, DE 30 DE ABRIL DE 1981

Art. 10. O Juiz temporário, enquanto no exercício do cargo, equipara-se ao funcionário público civil da União, para os efeitos da legislação de previdência e assistência social.

(As Comissões de Constituições e Justiça, Serviço Público Civil e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — o Projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1^o Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 31, DE 1985

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requerio a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso do Presidente Tancredo Neves lido pelo Presidente da República, em exercício, perante a primeira reunião do Ministério, publicado, na íntegra, pelo jornal "Correio Brasiliense", edição desta data.

Sala das Sessões, 18 de março de 1985. — Humberto Lucena, Líder do PMDB

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — o requerimento que vem de ser lido será submetido ao exame da Comissão Diretora, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1^o Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 32, DE 1985

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, requeremos que, em data a ser designada pela Presidência, seja realizada Sessão Especial do Senado Federal para homenagear a memória do ex-Senador Gustavo Capanema.

Sala das Sessões, 18 de março de 1985. — Murilo Badaró — Aloysio Chaves — Virgílio Távora — César Cals — Carlos Alberto — Moacyr Dalla.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O requerimento que vem de ser lido será submetido à deliberação do Plenário após a Ordem do Dia nos termos regimentais.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Eunice Michiles — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Américo de Souza — César Cals — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Albano Franco — Moacyr Dalla — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Alcides Saldanha.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1^o Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 33, DE 1985

Nos termos do art. 198, alínea d, do Regimento Interno, requerio inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 3 seja submetida ao Plenário em primeiro lugar.

Sala das Sessões, 18 de março de 1985. — Senador Severo Gomes

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Aprovado o requerimento.

Passa-se ao

Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 15, de 1985, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos que colocaram em risco o controle acionário, pela União, da Companhia Vale do Rio Doce.

Nos termos do art. 30, parágrafo único, alínea d, da Constituição Federal, a matéria depende para a sua aprovação do voto favorável da maioria da composição da Casa. A votação deverá se efetuar pelo sistema eletrônico.

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco (PMDB — MG. Pela ordem, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quer me parecer que V. Ex^a, salvo melhor interpretação do Regimento, poderia solicitar os votos dos Líderes com respectivo assento na Casa.

O Sr. Jorge Kalume (PDS — AC) — Sr. Presidente, a nossa Bancada concorda com a votação tradicional.

O Sr. Gastão Müller (PMDB — MS) — Sr. Presidente, a Bancada do PMDB, concorda, desde que haja acordo das Lideranças, que a votação seja simbólica.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Indago ao Sr. Líder da Frente Liberal se está de acordo.

O Sr. Carlos Chiarelli (PFL — RS) — A nossa posição individual é favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Solicito a manifestação do nobre Líder do PTB.

O Sr. Nelson Carneiro (PTB — RJ) — Sr. Presidente, a nossa Bancada é pela forma simbólica ou pelo voto secreto. De modo que a questão está aberta dentro do Partido.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Tendo havido acordo entre as Lideranças, a matéria será submetida ao Plenário, simbolicamente.

Em votação o requerimento em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. José Ignácio — Sr. Presidente, peço verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O requerimento de V. Ex^a é regimental, e será procedida a verificação.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Peço aos Srs. Senadores que, por favor, ocupem seus lugares.

A Mesa comunica aos Srs. Senadores suplentes que tomaram posse hoje que deverão votar no lugar dos Srs. Senadores titulares. Os nomes dos Senadores titulares já foram retirados da placa, mas não aparecerão ainda os nomes dos Srs. Senadores suplentes, agora empossados, o que será feito oportunamente.

Uma vez que os Srs. Líderes já se manifestaram favoráveis à proposição, os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(PROCEDE-SE À VOTAÇÃO.)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Roberto Wypych — Murilo Badaró — Alcides Saldanha — Alexandre Costa — Aloysio Chaves — Álvaro Dias — Carlos Alberto — Carlos Chiarelli — Claudionor Roriz — Fernando Cardoso — Galvão Modesto — Gastão Müller — Henrique Santillo — Itamar Franco — João Lobo — Jutahy Magalhães — Luiz Cavalcante — Marcondes Gadelha — Mauro Borges — Octávio Cardoso — Odacir Soares — Severo Gomes.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

João Calmon — José Ignácio Ferreira — Virgílio Távora.

ABSTÊM-SE DE VOTAR OS SRS. SENADORES:

Alberto Silva — Alfredo Campos — César Cals.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Se todos os Srs. Senadores já votaram vai-se proceder à apuração. (Pausa)

Votaram SIM 22 Senadores e NÃO 03

Houve 3 abstenções.

Total de votos: 28

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — É evidente a falta de quorum.

A Presidência vai suspender a sessão por 10 minutos, acionando as campanhas para chamada dos Srs. Senadores a Plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas e 40 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está reaberta a sessão.

Solicito aos Srs. Senadores que retomem seus lugares para procedermos à nova verificação da votação. (Pausa.)

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Roberto Wypych — Nivaldo Machado — Murilo Badaró — Alcides Saldanha — Alexandre Costa — Aloysio Chaves — Álvaro Dias — Carlos Alberto — Claudionor Roriz — Fernando Cardoso — Galvão Modesto — Hel-

vidio Nunes — Henrique Santillo — Itamar Franco — João Lobo — Jutahy Magalhães — Luiz Cavalcante — Marcondes Gadelha — Mauro Borges — Octávio Cardoso — Odacir Soares — Severo Gomes.

VOTA "NÃO" O SR. SENADOR:

José Ignácio Ferreira.

ABSTÊM-SE DE VOTAR OS SRS. SENADORES:

Gastão Müller — Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Se todos os Srs. Senadores já votaram vou proceder à apuração.

Votaram SIM 22.

Votou NÃO 1

Houve 2 abstenções.

Persiste a falta de quorum.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Tem a palavra, V. Ex^a, para uma declaração de voto.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, declaro que votei a favor da solicitação do Senador Severo Gomes porque acredito que todas as denúncias deveram ser apuradas, principalmente quando essas denúncias são feitas por um Senador da República que tem responsabilidade nas suas afirmações.

Sou daqueles que acreditam, Sr. Presidente, que ao denunciante cabe o ônus da prova. Mas numa situação em que o denunciado é um homem público, nós temos que dar todas as condições para serem apuradas as denúncias. Agora, sou daqueles, também, que defendem a tese de que nós deveríamos ter em nossas leis algo que permitisse que aqueles que denunciavam infundadamente também fossem responsabilizados quando essa denúncia é considerada inexistente.

Mas, como já disse, aqui, o Senador Severo Gomes apresentou fatos que, se verídicos, se apurados como realmente corretas as suas informações, teremos que responsabilizar a administração de uma das empresas públicas.

Eu lamento, Sr. Presidente, lamento que nesta hora, a antiga Oposição, hoje maioria, dê uma demonstração de que não quer apurar os fatos que são, exatamente, os companheiros do Sr. Senador Severo Gomes, que se retiraram para não dar número. Veja V. Ex^a como mudam as situações: aqueles que até ontem defendiam a necessidade de apurarmos todos os fatos, e falo aqui com autoridade de quem sempre exigiu apurações, infelizmente, são aqueles mesmos que, hoje, se retiraram, para não dar número para apurar essas denúncias feitas por um colega de Partido. Por isso, Sr. Presidente, lamento que a Maioria de hoje não queira mais apurar os fatos.

O Sr. José Ignácio Ferreira — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Ignácio Ferreira, para uma declaração de voto.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB — ES. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Como fui um daqueles que respeitosamente se insurgiram contra a pretensão que se alinha no requerimento do nobre Senador Severo Gomes, vejo-me na necessidade de usar da palavra agora.

Inicialmente, Sr. Presidente, eu rememoro minhas palavras quando da primeira oportunidade em que essa matéria foi submetida ao Plenário. Disse e trespálio que a pretensão que tenho e, por certo, os Srs. Senadores que aqui não compareceram para dar número para a aprovação do presente requerimento também têm, é a de que os fatos cogitados nesse requerimento sejam apurados à

saciedade. A pretensão, entretanto, que me animou — e, certamente, aos demais que procederam também como eu, no sentido de não ver aprovado esse requerimento — é a de permitir que S. Ex^a, o atual Presidente da Vale do Rio Doce que é homem do atual Governo, venha, como deseja, a esta Casa, pois é homem do atual Governo — repito — perante a Comissão competente e ofereça os esclarecimentos que forem solicitados. Seja sebatinado o suficiente para que a Casa se julgue satisfeita ou não com os seus esclarecimentos.

O Sr. Severo Gomes — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Não é possível conceder apartes, Senador, Eu até que gostaria muito de recebê-lo.

Mas para que a Casa se veja satisfeita ou não com os esclarecimentos que S. Ex^a prestar. O que pretendemos é ver o assunto suficientemente esclarecido perante o Senado da República.

Outro aspecto que deve ser enfocado aqui é o de que há muita diferença entre a denúncia que se faz nos autos de uma ação criminal e a referência feita no atual requerimento em que se pede a aprovação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Aqui não se faz denúncia que se pretenda provar ou que obrigue o denunciante a fazer prova. Aqui não há exatamente denunciante, aqui há um requerente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que objetiva ver esclarecidos os fatos perante o Congresso Nacional, perante o Senado da República. Portanto, não há denúncia e não há sequer ônus para o denunciante. E também não há porque se pretender punir o denunciante, se suas denúncias forem carentes de fundamento, porque não há nenhuma imputação contida em peça inaugural, a exemplo do que ocorre nos autos de um inquérito, ou nos autos de um processo criminal que se inaugura com a denúncia. O que se cogita aqui é de se buscar esclarecimentos. E, por essa razão, me parece necessário que se faça aqui a acústica necessária às informações que ele próprio, o Sr. Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, deseja prestar ao Congresso Nacional e ao Senado Federal.

Venha S. Ex^a aqui, convidado pelo Senado da República, para a comissão competente, preste os esclarecimentos e aí sim, Sr. Presidente, após esses esclarecimentos prestados, se remanescer em qualquer Senador desta Casa a mínima réstia de dúvida, serei o primeiro a votar favoravelmente à aprovação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O que não posso é ver, ao longo de meses, uma empresa do porte da Companhia Vale do Rio Doce ter o seu conceito internacionalmente abalado ou arrepjado no curso de investigações que podem resultar em nada e que podem perfeitamente ser abortadas pelo simples fato do comparecimento do Sr. Presidente perante esta Casa, satisfazendo à saciedade cada um dos Srs. Senadores.

Eram esses os esclarecimentos que desejava prestar, Sr. Presidente, em homenagem sobretudo a esse homem que respeito, que admiro e por quem, hoje tenho um companheirismo estreitado. Sempre achei que a etimologia do termo companheiro, lá no passado, perdido na poeira dos tempos, companheiro era aquele que dividia o pão. Com o passar do tempo, a palavra companheiro deixou de ser significativa só daquele que dividia o pão, mas daquele que passou a dividir com aqueles que andam junto a ele, mais do que o pão: as suas emoções de alegrias e tristezas, as preocupações idênticas. Isso une, a mim, o Senador Severo Gomes, o Senhor e demais Senadores, inclusive independente de siglas partidárias. Nós somos companheiros decidimos o bem comum, partilhámos das mesmas emoções e temos os mesmos objetivos. Não vejo por que, Sr. Presidente no início de um Governo da Nova República nós lançarmos sobre uma companhia do porte da Vale do Rio Doce as suspeições que, certamente, de forma objetiva, recairão sobre ela. Podemos perfeitamente abortar tudo isso ouvindo aqui o Sr.

Presidente que é um brasileiro que, até prova em contrário, merece de nós todas as reverências e todas as homenagens, para mim até hoje o Sr. Presidente da Vale do Rio Doce que serviu ao Governo anterior é um grande brasileiro, é um patriota. Se amanhã, entretanto, isso não remanescer provado na minha consciência eu serei o primeiro a admitir esse fato em contrário, publicamente.

Quero agradecer aos Srs. Senadores, sobretudo pedir até ao eminente Senador Severo Gomes, que eu respeito profundamente como colega e já a essa altura até formando laços de admiração muito fortes, que ele compreenda a postura que eu tenho que é de independência absoluta arrostando as conseqüências, quaisquer que sejam, das distorções do comportamento que eu tenho.

Era o que eu tinha a dizer, muito obrigado.

O Sr. Severo Gomes — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES (PMDB—SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em primeiro lugar, quero lembrar que fiz um discurso, nesta Casa, em dezembro do ano passado, quando tomei conhecimento de alguns documentos que mostravam que a administração da Vale do Rio Doce procedia determinados atos que, no meu entender, eram lesivos ao interesse do patrimônio nacional.

Não foi anteontem; já há alguns meses venho colocando essa questão.

O requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito foi assinado por mim e por mais 36 Senadores. E as questões estão muito claras neste requerimento. Primeiro, o risco de perda de controle acionário por parte do Tesouro, com relação à Vale do Rio Doce.

Surgiram depois mil explicações, para dizer que o risco era pequeno, que não tinha ocorrido. Mas quais são os documentos? Um aviso do Ministro Galvês ao Ministro Delfim, para que determine à SEST que impeça a continuidade do lançamento das debêntures conversíveis. Então, foram lançadas só o equivalente a 180 milhões de dólares, quando o que tinha sido aprovado eram 250 milhões de dólares. Quer dizer, se aquele projeto da Vale do Rio Doce de lançar a 250 milhões de dólares tivesse curso, se não tivesse sido paralisado pela ação do Ministro Galvês e Ministro Delfim, teríamos, realmente, a perda do controle acionário.

Pode-se argüir de que o Governo sempre teria capacidade de recuperar, mas recuperar como? Não pelo valor da ação de Bolsa, mas pelo patrimônio da empresa, como é, na prática, e já nas decisões dos tribunais, como foi o caso da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, em São Paulo, em que as últimas decisões colocam hoje o patrimônio do Estado em risco, porque as ações têm que ser avaliadas pelo seu valor patrimonial. Ora, qual é o valor patrimonial da Vale do Rio Doce? Todas as suas jazidas estão contabilizadas pelo valor zero. A Estrada de Ferro Vale do Rio Doce, também, pelo valor zero. Então, o grande patrimônio da Vale do Rio Doce não está contabilizado. O que está contabilizado são os investimentos que foram feitos. Então, ela tem um patrimônio líquido equivalente a 4 bilhões de dólares, quando só a jazida de ferro de Carajás, não falo das outras, do manganês, do titânio, do cobre, com 18 bilhões de toneladas, com um teor acima de 66%, se nós atribuirmos um valor de 2 dólares, por tonelada, estaríamos atingindo a 30 e tantos bilhões de dólares.

É muito possível que uma avaliação do patrimônio da Vale do Rio Doce pudesse alcançar uma cifra semelhante à da nossa dívida externa. E, no entanto, uma parcela fundamental desse patrimônio é transferida para mãos privadas, por um valor inferior a que fosse uma fração de uma comissão de venda.

Não conheço, na História desse País, nenhum processo de transferência dos bens públicos para o bolso priva-

do nessa dimensão, como ocorreu com esse processo de lançamento de debêntures.

Então, acho que eu, tanto quanto os Senadores que subscreveram esse requerimento, têm, hoje, sólidas razões para defender, nesta Casa, sua aprovação, nesse momento em que o Legislativo ganha a sua dimensão, consegue abrir os seus braços e tem que tomar consciência de que não se trata de estarmos chamando alguém do Governo, ou fora do Governo, era do Governo anterior, é deste Governo, é uma questão do País que precisa ser discutida nesta Casa.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O Sr. Carlos Alberto — Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Alberto, para uma declaração de voto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PDS — RN. Para uma declaração de voto. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Pasmem os céus assistir ao que nós estamos assistindo, nos últimos dias, aqui no Senado Federal. A verdade é que o Senador Severo Gomes, que buscou, através do apoio de diversos Parlamentares, ou seja, diversos Senadores, para que um projeto de resolução fosse apresentado e fosse, então, formada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar algumas irregularidades na Vale do Rio Doce.

Mas, de imediato, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o posicionamento é invertido nesta Casa, por alguns Parlamentares, que não aceitam a convocação desta Comissão, porque ela compromete a Vale do Rio Doce. Eu sei porque ela compromete a Vale do Rio Doce. Compromete, porque o cidadão, que é Presidente da Vale do Rio Doce hoje, era o Presidente ontem, e vai continuar na Presidência da Vale do Rio Doce no Governo Tancredo Neves. E aí é criado o obstáculo, para que esse cidadão venha aqui esclarecer. Tenho um profundo respeito pelo Senador José Ignácio Ferreira, que é um homem brilhante, inteligente, muito capaz e que tem representado o povo do Espírito Santo aqui com brilhantismo e com altivez. Mas o Senador esquece que a esta Casa só podem ser convocados Ministros de Estado. A esta Casa, para dar esclarecimentos aos Srs. Senadores, só Ministros de Estado podem ser convocados em plenário. E o que nós estamos pretendendo? É exatamente esclarecer. Nós não queremos acusar ninguém. Não queremos punir ninguém. O que nós queremos é o esclarecimento, como já disse o nosso Senador Severo Gomes. Queremos o esclarecimento. E eu espero, Sr. Presidente, que o PMDB possa aceitar e possa participar desta Nova República mais participativa, participando de maneira decisiva para que nós possamos colocar a verdade para a opinião pública e não querendo esconder, porque é um companheiro do passado, de ontem, ou seja lá do futuro. Acho, inclusive, que nós devemos, já que não se pode aqui aprovar a Comissão Parlamentar de Inquérito, porque parece-me que o PMDB vai continuar criando obstáculos para que se traga aqui os diretores da Vale do Rio Doce, ou vai criar obstáculos para a formação dessa Comissão, só tem uma alternativa. E a única alternativa que vejo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, já que nós não vamos poder formar essa Comissão Parlamentar de Inquérito, porque o PMDB não vai deixar, então, que se convoque o Sr. Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, para que S. Ex.^a possa fazer os devidos esclarecimentos acerca dos problemas...

O Sr. Carlos Chiarelli — Permite V. Ex.^a um aparte?

O Sr. Henrique Santillo — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CARLOS ALBERTO — Eu não posso dar o aparte, porque estou em declaração de voto. Eu quero aqui sugerir ...

O Sr. Carlos Chiarelli — Quando é a bem da verdade o Regimento concede.

O SR. CARLOS ALBERTO — Digo a V. Ex.^a que não tenho nenhum temor em ouvir o Líder da Frente Liberal em aparte. Agora, digo apenas que é anti-regimental. E se V. Ex.^a seguir o Regimento, então vamos aproveitar ...

O Sr. Carlos Chiarelli — Sr. Presidente, estamos perdendo tempo. O objetivo é resolvermos esse problema, ao invés de ficarmos na retórica.

O SR. CARLOS ALBERTO — Mas, é anti-regimental. V. Ex.^a depois terá tempo suficiente para solicitar, através da Presidência, a palavra, e fazer uso dela como um declarante de voto.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — A Presidência comunica aos Srs. Senadores que não podem apartear durante a declaração de voto.

O SR. CARLOS ALBERTO — Aqui fica a sugestão: já que obstáculos serão criados pelo PMDB para se formar essa Comissão, Severo Gomes, meu eminente Senador, vamos nos contentar em convocar o Ministro das Minas e Energia, para que S. Ex.^a possa aqui esclarecer os problemas da Companhia Vale do Rio Doce.

O Sr. Carlos Chiarelli — Peço a palavra, como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Carlos Chiarelli.

O SR. CARLOS CHIARELLI (PFL — RS. Como Líder, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Eu acredito que não há necessidade de tão longas dissertações e tão densos comentários retóricos sobre a matéria, até porque posta em plenário a Bancada do PDS, seguramente, ela traria condições a que o requerimento fosse aprovado, somado a alguns que já se manifestaram favorável à convocação. Agora, já que aqui se lembrou a hipótese, ou se alvitrou a possibilidade de que o problema se elucidasse através da comparação de que tivesse condições de fazê-lo, até com maior amplitude, porque se tem dito que não se trata de matéria que tenha qualquer cunho personalizado e essa tem sido a postura muito clara do Senador Severo Gomes, requerente da CPI, acredito que, independente de uma votação posterior da Comissão Parlamentar de Inquérito, que não vejo por que deixe de ser votado tão pronto se tenha passado primeiro por essa fase de esclarecimento, desde que o Plenário assim o formalize, se deixe de ter aqui o depoimento lúcido, claro do Sr. Ministro das Minas e Energia.

Na condição de Líder da Frente Liberal, e sendo o Dr. Aureliano Chaves integrante de nosso Partido, com o propósito de contribuir para toda a elucidação necessária, estamos em condição de oferecer a presença do Sr. Ministro no dia e na hora que este Plenário entender necessário, para que aqui se possa estabelecer o debate mais aberto, oferecer todos os esclarecimentos que forem necessários, sem que com isso se queira elidir — deixo claro ao Senador Severo Gomes — qualquer outro tipo de medida que se faça necessária, para chegar a avaliar detalhes complementares sobre a matéria, mas ofereço, em nome do Regimento, tão argüido aqui pelo Senador Carlos Alberto, preocupado com a oportunidade do aparte em termos cronológicos e não com a necessidade do aparte para evitar o debate colateral, estamos, então, trazendo aquele que talvez, que possivelmente possa trazer os dados, os esclarecimentos, sem que depois o Plenário, a Casa livremente, respeitadas as prerrogativas do Congresso se manifeste pela conveniência de instaurar a CPI e fazer todas as averiguações necessárias. E ademais disso, aqui temos entre nós o Ministro das Minas e Energia de até anteontem, ilustre Senador César Cals, digno e operoso Ministro que com o seu retorno ao Plenário des-

ta Casa, que tanto nos honra, como honrou a classe política no exercício de uma função administrativa, e creio que tendo o ex-Ministro à mão, à la minuta aqui, como também o atual Ministro se oferecendo independentemente de qualquer convocação, através da liderança do seu Partido, nós temos perfeitas condições, num clima de democracia ampla, a perspectiva da Nova República, de debater tudo quanto nos interessa a respeito do Vale do Rio Doce. E se, malgrado esse debate à saciedade, ainda restar pontos controversos, que permaneçam na pauta, como acho que deva permanecer o requerimento firmado, encabeçado pelo Senador Severo Gomes e assinado por 37 de nós Senadores, para que, então, a matéria venha à pauta. E se não for satisfatório, que se convoque a CPI e vamos dar continuidade ao assunto, preservado e resguardado o Legislativo no seu direito de controlar a ação do Executivo.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Odacir Soares — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares que falará para encaminhamento da votação, uma vez que a palavra já foi usada pela Liderança, pelo nobre Senador Jorge Kalmus.

O Sr. César Cals — Sr. Presidente, peço a palavra para manifestação de voto.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — V. Ex.^a falará após o nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PDS — RO) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador. — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Verifica-se nesta tarde uma primeira unanimidade entre as Oposições que é a de não trazer a uma CPI o atual Presidente da Vale do Rio Doce, apesar de estar suficientemente provado, pelo eminente Senador Severo Gomes, a ação danosa que o ex-Presidente e o atual Presidente vêm praticando contra o patrimônio daquela empresa, na medida em que emite debêntures; essas debêntures são conversíveis em ações e as ações são transferidas automaticamente para mãos particulares, não só causando um prejuízo irreparável para a empresa como para a própria Nação.

Ficou suficientemente provado, não apenas no requerimento do eminente Senador Severo Gomes quanto na exposição que ele acabou de fazer, de que há um prejuízo material vultoso praticado contra o patrimônio da Vale do Rio Doce.

Apesar disso, a Oposição não deseja que se constitua, que se instaure uma CPI para apurar esse prejuízo, principalmente porque, todos nós sabemos que no final as CPIs em nada resultam, como em nada resultaram todas as CPIs instauradas no Congresso Nacional ao longo da sua existência. Na realidade, a matéria termina sendo fiscalizada apenas pela opinião pública, porque as consequências das CPIs são infrutíferas e na realidade não produzem nada.

Ora Sr. Presidente, Srs. Senadores, se através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito não se consegue dar nenhuma consequência material aos seus resultados, imaginemos um simples depoimento a ser prestado em qualquer Comissão do Congresso Nacional pelo atual Presidente da Vale do Rio Doce. Se uma CPI não resulta em nada, muito menos resultará em alguma coisa um simples depoimento a ser prestado numa Comissão especial do Congresso Nacional.

Então eu queria lamentar, nesta oportunidade, esta coincidência porque tudo se pode fazer aqui, desde que não se traga a uma CPI, para depor, para ser inquirido, onde se estabeleça o contraditório, o Sr. Elieser Batista que aparece como uma figura poderosa da Nova República. Lamento profundamente que o requerimento

que foi apresentado a este Senado Federal pelo eminente Senador Severo Gomes, ao qual foram acrescentadas 36 assinaturas, que esse requerimento não esteja sendo respeitado por aqueles que o subscreveram. E lamento, sobretudo, porque quem está sendo efetivamente prejudicado é o País, que se vê descapitalizar, que vê o seu patrimônio sendo transferido para mãos particulares, e que vê esse fato sendo denunciado por um eminente Senador como é Severo Gomes, e vê a Situação hoje, antiga Oposição, simplesmente abandonar as suas assinaturas e pretender trazer aqui pessoas que, na realidade, para nada serviriam, porque realmente, o acusado, aquele sobre o qual se lançam suspeitas, sobre quem há um clima de suspeição, a Situação não deseja que ele aqui venha.

Lamento que isso esteja acontecendo e desejo dizer ao Senador Severo Gomes que nós, a partir da sua denúncia e a partir da exposição que S. Ex.^a fez aqui em Plenário, já pela terceira ou quarta vez, nós não temos nenhuma dúvida de que realmente se pratica um crime contra a Nação, na medida em que se transfere para mãos particulares recursos e patrimônio da União Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Concedo a palavra ao Senador César Cals para uma declaração de voto.

O SR. CÉSAR CALS (PDS — CE) Para declaração de voto. Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Gostaria de dizer que me absteve na votação pelo fato de ter sido, no Governo do Presidente João Figueiredo, Ministro das Minas e Energia, ao qual a Companhia Vale do Rio Doce é jurisdicionada.

Entretanto, por definição do Governo, toda ação patrimonial não é do Ministro das Minas e Energia, não é do Ministro setorial, mas sim do Ministro da Fazenda. O Ministro setorial dá a política e a parte técnica; toda a parte patrimonial é do Ministro da Fazenda. Daí por que o telex era do Ministro Ernane Galvêas e nós, de fato, estamos numa posição em que devemos e somos favoráveis que os fatos sejam esclarecidos, não há por que não serem esclarecidos. Mas, eu estou de acordo com o ilustre Senador José Ignácio Ferreira; uma Comissão Parlamentar de Inquérito para uma companhia como a Vale do Rio Doce, que tem uma atividade internacional muito grande, que desenvolve, e que está implantando um projeto como Carajás, que envolve um relacionamento financeiro com o meio internacional muito intenso, o fato de uma Comissão Parlamentar de Inquérito pode vir a prejudicar esse Projeto. Mas, sou favorável que seja esclarecido, não vejo por que não. Mediante um requerimento de informações através do Ministro da Fazenda, ou através do Ministro das Minas e Energia a quem ela é jurisdicionada, a partir desse requerimento de informações que seja então definido ou decidido se cabe, ou não, em último recurso, numa Comissão Parlamentar de Inquérito.

É a prudência de quem vê projetos como aqueles que estão sendo conduzidos pela Companhia Vale do Rio Doce, possam sofrer essa censura internacional só pelo fato de se instalar uma Comissão. Mas, eu sou favorável que o requerimento do Senador Severo Gomes seja esclarecido.

O Sr. José Lins — Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Para uma declaração de voto tem a palavra o nobre Senador José Lins.

O SR. JOSÉ LINS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Concedo a palavra ao nobre Senador Helvídio Nunes, para uma declaração de voto.

O SR. HELVÍDIO NUNES (PDS — PI) Para uma declaração de voto. Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não desejo entrar no mérito da questão. Acredito que quando mais de trinta Srs. Senadores, com as responsabilidades de seus cargos, requerem, ainda na Sessão Legislativa passada, a constituição de uma comissão de inquérito, é porque a matéria, pelo menos àquela época, adquiriu certa notoriedade ao ponto de exigir uma providência específica, através do poder de fiscalização que é próprio do Congresso Nacional.

O que desejo fixar, neste instante, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que o Senador José Ignácio defendeu uma tese, uma orientação que me parece extremamente perigosa; o Senador Carlos Alberto fez uma referência ligeira à questão, vale a pena enfocá-la com maiores detalhes.

Não se trata, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de saber, neste instante, se é conveniente ou não a constituição dessa comissão de inquérito. Trata-se de saber, isso sim, se o Presidente da Companhia Vale do Rio Doce pode vir prestar depoimento ou esclarecimento ao Plenário do Senado Federal. O fulcro da questão está aí, as outras saídas não passam de meras medidas escapatórias.

Diz o Regimento que os Ministros de Estado podem comparecer por convocação, ou espontaneamente, ao Plenário do Senado ou da Câmara. Mas, quando trata da convocação ou da permissão para que alguém possa prestar depoimento, ou prestar declarações, no Plenário do Senado, é necessário que o Regimento determine, que o Regimento consinta, porque do contrário qualquer autoridade deste País — e todas as autoridades julgam-se importantes, e acredito que todas o sejam — poderiam pretender vir prestar depoimento ou esclarecimentos no Plenário do Senado Federal.

O Regimento restringe: somente os Ministros de Estado podem vir prestar declarações ou depoimentos neste recinto. Se o Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, ou de qualquer outra companhia importante, ou menos importante, ou sem importância nenhuma, desejar trazer quaisquer subsídios ao funcionamento da nossa instituição, poderá fazê-lo procurando espontaneamente um membro de uma Comissão Permanente da Casa ou, então, convocado por esta Comissão para a ela comparecer.

Este é que é o caminho, e nós, Sr. Presidente, na Nova República, sobretudo na Nova República, devemos cumprir a lei e o Regimento desta Casa. Não é possível que um dos primeiros atos do Senado Federal na Nova República seja revogar o Regimento.

Aqui, estaremos não como fiscais, mas como colaborador desta Casa, para, sempre que necessário e sempre que possível, lembrar que, acima das nossas conveniências, das nossas paixões, acima do próprio Governo, está a lei. e, no que diz respeito ao Congresso Nacional, acima de todos nós está a lei comum, o Regimento Interno, que precisa e deve ser cumprido como garantia para o funcionamento desta Casa e como garantia para todos nós, Senadores. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para uma declaração de voto.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG) Para uma declaração de voto. Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sr. Presidente, é difícil acreditar que perdue ainda, no Senado da República, uma dificuldade para se criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito; esse temor já deveria ter sido afastado do Legislativo brasileiro.

Recordo-me aqui, Sr. Presidente, do caso da Comissão Parlamentar de Inquérito que examinou o Acordo Brasil-Alemanha no seu campo nuclear. Veja, Sr. Presidente, que, na época, criou-se uma comissão muito grande, parecida com esta que se pretende com relação à Vale do Rio Doce. A primeira coisa que se pode observar na

criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, foi, exatamente, que ela possibilitou rasgar o véu de mistério que cercava aquele acordo, e o Congresso Nacional, particularmente o Senado da República, veio perceber, à medida que a Comissão avançava, que nós havíamos apenas assinado uma letra de um acordo, e o Congresso Nacional, e particularmente, repito, o Senado da República, não sabia o que se escondia atrás do Acordo Brasil-Alemanha, mas, graças a essa CPI, hoje, o Congresso Nacional tem uma documentação que permitiu e permite aos Srs. Congressistas uma análise profunda do que foi e do que é, ainda, o acordo e o programa Brasil-Alemanha no campo nuclear.

Vejam, Srs. Senadores, que o Senador Severo Gomes vai além do exame de missão de debêntures conversíveis em ação. O que S. Ex^a pretende é muito maior, quando ele diz no seu art. 1º o seguinte:

“É criado, nos termos do art. 170, letra b do Regimento Interno, Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a analisar a gestão...”

Não apenas a conversão de ações, não apenas a conversão de debêntures em ações, mas a gestão da Companhia Vale do Rio Doce, a partir de 1979. O campo, então, que se pretende analisar é válido para uma comissão parlamentar de inquérito. E, exatamente ontem, o que se ouvia na fala presidencial? O Governo criou seis comissões, ou pretende criar seis comissões, e entre elas, qual? Uma comissão que vai examinar os chamados escândalos financeiros. O que impediria o Congresso e, particularmente o Senado da República, de examinar, através da Comissão Parlamentar de Inquérito, a Companhia Vale do Rio Doce? Aqui ninguém está acusando o Presidente da companhia, ninguém está levantando problemas.

O ex-Ministro César Cals, que hoje volta ao convívio da nossa Casa, lembrou aspectos que poderiam atingir a Companhia Vale do Rio Doce.

Ora, nós precisamos perder esse medo do nosso País! Ainda recentemente, um Secretário do Trabalho do Governo americano foi obrigado a pedir demissão. Por quê? Porque em determinados anos ele participou de operações que a Justiça considerou fraudulentas, no campo imobiliário.

Há poucos dias foram os diretores do Banco Continental Illinois que saíram algemados, Sr. Presidente. E o governo americano socorreu esse banco; e esses diretores saíram algemados e o fato não atingiu o aspecto financeiro do governo americano, mesmo com o socorro do governo americano.

Por que, então, Sr. Presidente, temer? E nós, do PMDB, quando falamos em Nova República, não podemos continuar assistindo aquilo que tanto combatemos, embora seja preciso também fazermos justiça e lembrarmos, quantas e quantas vezes, a Bancada que hoje está defendendo essa comissão parlamentar de inquérito tentava impedir a formação de comissões parlamentares de inquérito. Eu mesmo, Sr. Presidente, tentei no ano passado, sem sucesso, criar uma comissão parlamentar de inquérito para verificar as irregularidades do Conselho Nacional de Petróleo, e até hoje essa comissão não foi possível ser criada. Tentei, inclusive, junto à Liderança do meu partido e junto à Liderança do Governo; e faço justiça, também, ao Senador Aloysio Chaves, que tentou, em determinada época, concordar conosco, quando eu retirei o pedido da formação de uma comissão. Veja só, Sr. Presidente, e não se tratava de uma comissão parlamentar de inquérito, mas sim de uma comissão especial.

Portanto, é preciso ter cuidado. O Senador Helvídio Nunes pode ficar confiante de que não apenas ele, mas nós, também, não permitiremos que até agora o Regimento da Casa possa ser atingido com essas manobras.

Evidentemente, nós respeitamos o Senador José Ignacio Ferreira, mas é claro que todas as Lideranças, hoje,

Sr. Presidente, todas elas, se manifestaram favorável a essa comissão parlamentar de inquérito. Mas o Senador tem o direito, e tem até o dever, se S. Ex^a julgar necessário, de pedir a verificação de quorum, mas nós, que somos agora Governo, temos obrigação, amanhã, de colocarmos os nossos Senadores aqui, já que 37 Senadores da Oposição e do Governo assinaram esse documento, para que essa Comissão seja aprovada.

Ela não se dirige contra ninguém, ao contrário, ela se dirige à defesa dos interesses nacionais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Gastão Müller — Peço a palavra, como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Senador Gastão Müller, o PMDB já usou da palavra pela Liderança. V. Ex^a poderá falar para uma declaração de voto.

O Sr. Gastão Müller — Então, peço a palavra para uma declaração de voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Para uma declaração de voto. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero esclarecer aos ilustres Senadores, tanto do PMDB como hoje da Oposição, do PDS, e aos nossos companheiros da Frente Liberal, que não se afoquem, porque o PMDB e a Frente Liberal possuem competência necessária para dirimir as dúvidas e as polêmicas que aqui no plenário acontecerem, em função do requerimento e do pedido do Senador Severo Gomes.

O PMDB é totalmente competente para resolver o problema. E quero assinalar que me preocupa muito a afocação de alguns Senadores e o comportamento de S. Ex^{as}, querendo usar já neste momento, com 48 horas, ou 3 dias, que seja, da implantação da Nova República, com o acidente que houve, de percurso, com a doença do eminente Presidente Tancredo Neves, que já se resolve todos os problemas nacionais. O que está se notando, nas entrelinhas e nos apartes, é a ironia de alguns Senadores, pleiteando que nesse pequeno espaço de tempo já se tenha resolvido todos os problemas nacionais e todos os problemas do próprio Senado, em função do novo Governo. De modo que peço calma a todos, porque nós saberemos competentemente dirimir e resolver os problemas que aqui acontecerem. (Muito bem!)

O Sr. Octavio Cardoso — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Concedo a palavra ao nobre Senador Octavio Cardoso, para uma declaração de voto.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO (PDS — RS. Para uma declaração de voto. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Gostaria de dizer, apenas, que a nossa Bancada votou favoravelmente à Constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, para atender aos termos do requerimento do nobre Senador Severo Gomes. Como votou, também, à Constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a examinar as circunstâncias em que se processou a intervenção nos Bancos SULBRASILEIRO E HABIATASUL, no Estado do Rio Grande do Sul, já aprovada e já constituída por este Plenário.

O nobre Senador Itamar Franco se referiu à participação do PDS no Governo do Presidente João Figueiredo, quanto à Constituição das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Devo dizer, a bem da verdade, que o argumento que usávamos então era a limitação das Comissões Parlamentares de Inquérito em andamento. Nós não tínhamos, naquela oportunidade, como não temos agora, a

intenção de obstar a investigação de qualquer órgão ou de qualquer pessoa. O que nós não queríamos era que a proliferação das Comissões Parlamentares de Inquérito, ao arripio da lei e do Regimento, fossem constituídas nesta Casa. Mas inúmeras vezes a minha Bancada — e o nobre Senador Itamar Franco fez referência a isso — concordou com a constituição de comissões especiais, para investigar fatos que, não fosse o atingimento do número legal de cinco, estariam sendo investigados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Devo lembrar, também, ao nobre Líder do PMDB em exercício, o nobre Senador Gastão Müller, que quando o meu Partido se dispõe a aprovar esta Comissão Parlamentar de Inquérito não está ele agindo com acoamento e muito menos com ânimo de vingança contra um Governo que há apenas algumas horas se instala.

A denúncia do nobre Senador Severo Gomes é, já, antiga, e o requerimento de Comissão Parlamentar de Inquérito, como se vê, é de um prócer do PMDB, e o requerimento de urgência é do nobre Líder do PMDB, Senador Humberto Lucena. Não se trata de uma ação de vingança da minha Bancada contra um Governo que recém se instala, tarata-se de um problema mais antigo ao qual emprestamos a nossa adesão e a nossa solidariedade.

Agora, temos a nosso favor, Sr. presidente e Srs. Senadores, as palavras do Presidente da República, Tancredo Neves, no seu discurso em que diz que “a dignidade e a austeridade são regras essenciais que devem presidir ao exercício da democracia, e que nos conduzirão ao atendimento das reivindicações impostergáveis de um povo que é digno e austero.”

Queremos, Sr. Presidente, sem lançar desde logo pecha em quem quer que seja, queremos desde logo que este Parlamento, retomando as suas prerrogativas, investigue, aqueles fatos que a seu juízo devam ser investigadas, até porque na República que se inaugura se diz e se repete: o Governo será transparente. E assim esperamos que o seja.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — (Fazendo soar a campainha.) Persiste a falta de “quorum”. A matéria não obteve número para deliberação.

O Requerimento nº 15, fica com a votação adiada.

Em consequência, as demais matérias da Ordem do Dia, todas em fase de votação, constituídas dos Requerimentos nºs 4/85 e 10/85; Projetos de Lei do Senado nºs 22/81, 26/79, 45/79, 2/80, 18/80 e 320/80, ficam com a sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária, bem como o Projeto de Lei do Senado nº 51/80, por depender da votação do Requerimento nº 12/85.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Nesta oportunidade deveria ser submetido à deliberação do Plenário o Requerimento nº 32, de 1985, lido no Expediente.

Em virtude da falta de quorum a matéria fica com a votação adiada.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Alcides Saldanha.

O SR. ALCIDES SALDANHA (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Eventualmente, na vida dos povos, há momentos em que uma conjunção de circunstâncias, torna de uma evidência gritante a vontade coletiva.

Este momento viveu, a Nação, a partir de 1984. Por uma série de razões, de que as agruras do momento econômico e a saturação de muitos anos de autoritarismo, são elementos fundamentais, nunca com tão cristalina evidência, patenteou-se a vontade indiscutível da esmagadora maioria da Nação. Mudar! Disso só poderia re-

sultar a transformação de estruturas e filosofias, cujo marco inicial se localiza em quinze de março recém passado. A partir dele, uma realidade há de ser desnudada e caminhos remarcados. É que já recuperamos o bom senso e o respeito à lei, são provas os episódios da enfermidade do Senhor Presidente da República e as normais soluções adotadas.

Somos, Sr. Presidente, uma Nação em débito com os outros e conosco mesmo. Sobretudo, somos uma geração em débito com o destino! Detentores de imensa área territorial, possuidores de condições de solo e subsolo capazes de proporcionar o maior desenvolvimento, beneficiados com um sistema climático que, salvo áreas limitadas, nos preserva dos extremos, construímos contudo uma sociedade de desníveis inadmissíveis, onde grassa a ignorância, a fome e a doença. Onde vagueiam milhões de menores desamparados e milhões de desempregados. Onde muitos milhões de rurícolas não têm terra e cinquenta milhões apenas sobrevivem. Onde poucos têm demais e muitos não têm nada.

Dessa realidade somos todos artífices, todos carregamos uma parcela de culpa, mas é fora de dúvida que existe o grande responsável:

Um sistema autoritário que retirou do povo sua soberania e a transferiu ao grupo que empolgou o Estado, interditando uma Nação, nomeando-lhe tutores.

Um sistema autoritário que, a portas fechadas, definiu políticas econômicas que transformaram a população em simples dados contábeis na consecução de metas desligadas da realidade nacional.

Um sistema autoritário que criou uma idéia de desenvolvimento do qual estava excluído o povo e que transformou a Nação, pela ingenuidade de uns e a má fé de outros, em campo de exploração de economias estrangeiras.

Hoje devemos todos, como povo, responder pelos desmandos cometidos. Somos, como coletividade, instados a pagar uma dívida que não representa, em sua grande maioria, uma verdadeira transferência de riquezas para o Brasil, mas transferência de bens obsoletos ou supérfluos e, sobretudo, encargos de dívidas, algumas delas indevidamente atribuídas a nós, como demonstram as ações judiciais, ora intentadas no Rio Grande do Sul, contra o Bank of America na triste história que envolve a Central Sul e o Banco Central.

Entendem alguns que, o quadro que acabamos de referir seja devido simplesmente a uma crescente interferência do Estado na economia. Não é este o nosso entendimento:

Hoje, a função do Estado como propulsor do desenvolvimento, é fundamental. A inevitabilidade do planejamento e melhor organização da sociedade econômica, a necessidade de grandes investimentos, a complexidade das relações sociais, o imperativo de se preservar a sociedade dos interesses insaciáveis de grande capital, leva à necessidade crescente de intervenção do Estado na atividade econômica. Principalmente nos países subdesenvolvidos, onde a envergadura dos problemas e a urgência de seus equacionamentos assumem fantásticas dimensões, a função do Estado passa a ser decisiva para o desencaixar do desenvolvimento. Para esta opção se faz necessária uma capacitação financeira que apenas a Nação, como um todo, dispõe. O desafio incontornável com que as nações subdesenvolvidas se defrontam é realizar este processo de quase estatização sem abdicar de suas liberdades civis e de seus processos democráticos. Isso só é possível com a ampla participação de todos os segmentos sociais. A predominância de grupos leva o dirigismo da economia em direções que não atendem ao interesse do todo. Ignorar isso conduz aos regimes de exceção e, fatalmente, à derrocada econômica e social que os sepulta.

"A questão pois, Srs. Senadores, não é discutir a conveniência da participação estatal, mas sim afirmar que esta participação deva ser feita pelo Estado, necessariamente

democrático, onde os meios de controle, fiscalização e orientação estejam efetivamente nas mãos da Nação." Sem isto a intervenção estatal tende a se realizar no interesse de grupos e gerar todas as conseqüências que hoje presenciamos entre nós, nesta combatida e triste economia nacional.

A monopolização dos poderes pelos Executivos, por outro lado, poderes que não são responsáveis perante os representantes do povo, aliada à quebra de um já precário federalismo, determinou a concentração dos recursos disponíveis na esfera federal. Da não eficácia dessa concentração falam claramente, o montante de nosso endividamento, a estagnação de uma produção primária que, a cinco anos não aumenta, e a desmobilização de nosso parque industrial.

A expressão Nova República, se ainda não define uma realidade, sem dúvida exprime um anseio e uma esperança popular.

O Sr. Carlos Chiarelli — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALCIDES SALDANHA — Pois não. V. Ex^a me honra com seu aparte.

O Sr. Carlos Chiarelli — Ilustre Senador Alcides Saldanha, com um sentimento muito peculiar de emoção, dou este aparte no sentido de que, de longa data o conhecimento do extremo meridional do Rio Grande, vindo das vizinhanças de onde o Brasil começa, como cremos nós, onde o acompanhei, e o admirei nas suas gestões como um prefeito competente, um administrador dedicado, um lutador pela causa municipalista, um homem de crença e idéias, um homem que sempre defendeu e perseguiu princípios doutrinários, um homem de postura partidária definida e um homem de tempera, que chega ao Congresso da República assumindo a cadeira do Senado, na vaga decorrente da licença do ilustre Senador Pedro Simon, ora no desempenho do Ministério da Agricultura, para seguramente desincumbir-se da tarefa de representar o povo que o elegeu, e o povo do Rio Grande como um todo, com a probidade que lhe é peculiar, com o denodo que o caracteriza, com a seriedade com que sempre marcou sua vida pública e privada. Ao ouvi-lo nesta primeira manifestação densa, séria, de análise isenta e ao mesmo tempo vigorosa, contundente, e de propostas e definições tão pertinentes ao Brasil de hoje e de amanhã, não poderia, não apenas na condição de Líder da Frente Liberal, e não apenas na condição de seu orgulhoso conterrâneo por vê-lo chegar até esta Casa, mas na condição de cidadão, dizer-lhe da nossa satisfação, do nosso apreço, da nossa estima e, sobretudo, testemunhar que o Senado Federal se engrandece ao ver na sua tribuna uma figura do porte, da hombridade e da inteligência de V. Ex^a. Que esteja hoje a nos brindar com o prefácio dessa magnífica obra que haverá de ser escrita com a reiteração dos seus pronunciamentos, com a participação de V. Ex^a nas nossas comissões, com a intervenção permanente da oratória esclarecedora e, sobretudo, com o seu exemplo de homem digno.

O SR. ALCIDES SALDANHA — Agradeço a V. Ex^a e me permitam os outros Estados, mas como todo gaúcho V. Ex^a é extremamente bondoso. O aparte de V. Ex^a honra muito o nosso pronunciamento.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALCIDES SALDANHA — Pois não, nobre Senador Fábio Lucena.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador Alcides Saldanha, diria que falo pelo Estado onde termina o Brasil, pelo Amazonas, para manifestar primeiro a emoção de ter tido a honra da designação do Presidente deste Poder, para compor a Comissão que introduziu V. Ex^a no plenário do Senado Federal. Para o ato da sua posse, o

ato de juramento à Constituição do País. Estou aqui há dois anos, nobre Senador, e estou percebendo que os Gaúchos propriamente não se substituem um ao outro, eles se sucedem numa linha de coerência que, sinceramente, me deixa bastante impressionado. V. Ex^a traz a segurança, a firmeza e a pontualidade de convicções do homem do Rio Grande do Sul, quando focaliza, de um modo global, a problemática nacional brasileira e, para lhe ser mais franco, eu não vejo diferença alguma entre o Senador Pedro Simon e V. Ex^a que, eventualmente, o substitui e espero que essa substituição se prolongue, tanto para o bem do Rio Grande quanto para o bem do Senado, e do próprio Senador Pedro Simon, que tem na tribuna, nesta oportunidade, um homem que transmite ao Senado da República aquela mensagem de fidelidade aos ideais democráticos do Rio Grande do Sul. Meus parabéns a V. Ex^a, em nome da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, por sabermos que teremos em V. Ex^a um companheiro que traz a segurança da tradição de combate e de luta do Rio Grande do Sul, essa tradição que é fundamental para a sustentação do Congresso Nacional. Era o aparte que eu tinha que dar a V. Ex^a, em nome da bancada do PMDB.

O SR. ALCIDES SALDANHA — Agradeço a V. Ex^a a honra do aparte e a bondade das palavras.

O Sr. Carlos Alberto — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALCIDES SALDANHA — Pois não, nobre Senador Carlos Alberto.

O Sr. Carlos Alberto — Senador Alcides Saldanha, como gaúcho do norte tenho a alegria de apartear-lo nesta tarde. Primeiro porque V. Ex^a aqui chega para suprir a cadeira de um homem ilustre, brilhante, que sempre mereceu a nossa admiração e respeito, e que hoje, chamado pelo Presidente Tancredo Neves, é evidente que vai prestar relevantes serviços a esta Nação, e isto nós esperamos. E V. Ex^a estréia na tribuna do Senado Federal com galhardia, com altivez, com idéias; como disse o Senador Carlos Chiarelli, V. Ex^a defende princípios, e isto nos conforta. Na hora em que nós observamos que mais um companheiro chega a esta Casa para debater não os homens, mas as idéias, os programas, os princípios, para que no debate, o mais democrático possível, possamos nos aprofundar e dar a esta Nação aquilo que na verdade ela espera de nós. V. Ex^a, no seu primeiro pronunciamento, ou seja, no seu *avant première* no Senado Federal, faz colocações e uma análise profunda acerca dos problemas sociais e eu gostaria de me engajar com V. Ex^a, eu gostaria de poder, aqui, com V. Ex^a, em outras tardes, em outras noites, em outras manhãs, discutir e analisar os problemas mais profundos, como falou V. Ex^a, da fome, da miséria, da falta de habitação de nosso povo, dos desempregados que aí estão, da fome que assola o nosso Nordeste dos problemas que nós enfrentamos, vocês, gaúchos do Sul, e nós, gaúchos do Norte. V. Ex^as enfrentam os problemas mais adversos do clima, como nós, também, do Nordeste. Se V. Ex^as enfrentam as enchentes, nós enfrentamos as secas, então, somos irmãos. E vamos aqui, Senador Alcides Saldanha, evidentemente, no debate mais franco, o mais aberto e o mais democrático possível, trabalhar juntos e eu espero que V. Ex^a, que faz uma estréia com brilhantismo e altivez, possa dar esta grande contribuição a esta Nação que surge a este novo País que o povo viu raiar no dia 15 de março, a esta Nação já estigmatizada como a Nova República. É com a Nova República que novos Senadores chegam a esta casa para dar a grande contribuição que o povo está a exigir e eu espero que V. Ex^a possa dar esta grande contribuição, não somente ao povo gaúcho, mas ao grande e bravo povo brasileiro. Meus parabéns e seja bem-vindo irmão gaúcho do Sul, porque aqui fala o seu irmão gaúcho do Norte.

O SR. ALCIDES SALDANHA — Agradeço a V. Ex^a, com a certeza de que com os novos e com os que aqui já estão esse Senado irá cumprir a sua obrigação para com o povo brasileiro.

O Sr. Octávio Cardoso — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. ALCIDES SALDANHA — Com prazer, Senador Octávio Cardoso.

O Sr. Octávio Cardoso — Nobre Senador Alcides Saldanha, fazer alguns reparos à parte do discurso de V. Ex^a, não me parece tão importante quanto apresenta a V. Ex^a, neste momento, as boas vindas da minha Banca e a alegria que tenho, como rio-grandense e como ex-companheiro de V. Ex^a de um pequeno e aguerrido partido do Rio Grande do Sul, o Partido Libertador, e que o nobre Senador Fábio Lucena, sem saber, tocou no forte desse Partido, que é sua tradição de combate e de luta. V. Ex^a é desta extirpe. Desejo que V. Ex^a, substituindo o nobre Senador Pedro Simon, possa trazer a valiosa colaboração do seu talento e da sua juventude a este Senado, representar o nosso Estado, como espero e tenho certeza, com galhardia e contribuir para os acertos que todos nós buscamos na solução da coisa pública. Embora, como iniciei dizendo, pudesse fazer alguns reparos às afirmações de V. Ex^a, desejo ficar por aqui, saudando a sua estréia e desejando-lhe que se saia muito bem no Senado da República.

O SR. ALCIDES SALDANHA — Agradeço o aparte, a saudação e para o debate de idéias, Senador, teremos, se Deus quiser, bastante tempo.

Continuo, Sr. Presidente.

Chegar a esta Casa, neste que deve ser um instante de renascimento, é motivo de orgulho para nós e, quase jactanciosamente, ousamos dizer, de justo prêmio a quem, sem desvios ou silêncios, esteve sempre entre os que, em momento algum, pactuaram com os descrentes da democracia. Chegamos a esta Casa com a redemocratização, sem necessitar revisar nossos atos, sem reciclar idéias, sem ter de explicar posições conflitantes. Vimos daqueles que sempre disseram o que hoje repetimos e anteviram as conseqüências que hoje enfrentamos e as tentaram evitar e a quem todos os instrumentos para isso foram retirados em determinados momentos, pelo poder absoluto.

Sem dúvida, houve momentos em que a maioria da Nação, esmagada por uma comunicação unilateral, acreditou até em milagres. Houve um grupo porém, que mesmo sem meios adequados de divulgação, manteve-se firme na denúncia, na crítica. Apontou destemerosamente o erro do caminho que se seguia, que não se deixou enganar por aparências fartamente propaladas porque nunca perdeu de vista as verdadeiras premissas da democracia. A democracia assenta sobre dois pilares básicos: maioria e minoria — direito de governar e direito de oposição.

A vontade da Nação não pode ser identificada com a vontade de qualquer delas. Ela se acha nas duas vontades justapostas. Suprimida uma, seca a fonte de legitimidade da outra. A Maioria tem o direito de governar e a Minoria de fazer oposição, de criticar, de apresentar opções, procurando, por sua vez, tornar-se Maioria. A oposição é órgão da soberania do povo, tão vital quanto o governo. Cercear a Oposição, em qualquer esfera, é cercear a soberania do povo.

Minoria cerceada de ontem, Maioria na situação de hoje, aqui vimos, como antes, defender até as últimas conseqüências os direitos da Oposição de hoje, reconhecendo para eles, o exercício democrático, que a nós foi negado, e que exigiram anos e anos de luta para serem reconquistados.

Talvez por um traço de caráter que o atavismo explica, não assumimos nesta Casa, Sr. Presidente, apenas uma cadeira: tomamos lugar em uma trincheira, numa luta que amplie e alcance para todos, os direitos que para

nós buscamos. Ocupamos espaço, Sr. Presidente: foi assim que nós, gaúchos, ampliamos as fronteiras da Pátria, ocupando espaços que Tordesilhas e outros tratados, fixavam limites oscilantes. Fizemos isto não apenas quanto ao espaço físico, mas também no espaço histórico quando, exatamente há 150 anos — na Revolução Farroupilha — criávamos no Rio Grande do Sul a República, mantida pela árdua luta de dez anos, antecedendo em meio século o movimento de 15 de novembro.

Temos orgulho das nossas raízes de rurícola. Descendente dos homens que povoaram a fronteira instável do Brasil meridional, convivemos desde menino com os problemas do campo. Adeptos do cooperativismo, a ele dedicamos esforços como produtor e aprendemos a admirar os efeitos multiplicadores de uma política de união dos pequenos para dialogar em igualdade de condições com os grandes. O setor primário encontrará sempre em nós um aliado neste Senado Federal, principalmente porque dele depende a alimentação de um povo que passa fome enquanto pisa sobre terras férteis. E este fato de haver vivido no campo e trabalhado com seus líderes que reafirma a convicção de que é necessário repensar a estrutura fundiária entre nós. A terra, bem explicitamente social, não pode ser fonte de simples ganho imobiliário e nem ser usada como instrumento de poder. É necessário que esteja nas mãos dos que a queiram para trabalhar, transformando-a em fonte inexaurível de alimentos e fibras para saciar a fome e vestir uma população extremamente carente.

Na lide cooperativista e na atuação advocatícia nos aproximamos, necessariamente da política.

Advogado e político, esta dualidade é quase compulsória. O campo de trabalho do advogado é, em última análise, a ordem constituída. É nela e dentro dela que ele deve buscar a justiça, pinçando virtudes nas normas vigentes.

“Mas o que é a ordem jurídica vigente?”

Será suficientemente válida para que se restrinja a ela nossa atuação e dedicação?

O que é a ordem jurídica vigente senão a institucionalização da vida real da sociedade, com todas as suas injustiças que, nem por serem legais, deixam de ser injustas?

O que é a ordem jurídica vigente para a grande maioria do povo brasileiro, que vive completamente marginalizado de nossos processos culturais?

O que é a ordem jurídica vigente hoje, senão um complexo de exigências de um determinado grupo social no afã de manter-se no poder?

O progresso social há de dar-se não numa perspectiva linear, mas exigiria, antes, como pré-condição, a reformulação das próprias bases e valores em que assenta a sociedade. Vale dizer: a reformulação da ordem jurídica vigente”.

Entretanto, sob certos regimes, atacá-la, buscando não sua eliminação, mas sua substituição, é considerado crime.

Contudo é necessário reconhecer que, muitas vezes, são seus agressores que se constituem no fermento da verdadeira evolução. Esta é, sempre, em seus primórdios, uma subversão da ordem jurídica. O advogado trabalha, obrigatoriamente, dentro e nos expressos limites da lei e af, reconhece-lhe as falhas e injustiças. Se tocado de sensibilidade social, procurará, no campo político os meios para as mudanças da norma adequando-a à justiça, buscando — junto com o povo — o limiar de uma nova era onde a lei seja a expressão exata dos direitos de todos, principalmente dos que, com seu suor e sua capacidade inventiva, criam realmente todas as riquezas.

Cooperativista, advogado, nos fizemos político, iniciando — isto é dito com orgulho — como vereador da brava segunda capital Farroupilha: Caçapava do Sul. Prefeito depois, na época do “milagre brasileiro”, e sendo da oposição, conhecemos uma das faces mais indignas do autoritarismo, quando a discriminação de trata-

mento aos prefeitos opositoristas tentava punir o cidadão que ousava escolher à revelia dos então “príncipes da República”. Longe de desanimar conseguimos junto ao povo, principalmente os pequenos e despossuídos os meios de trabalho que permitiriam a realização de uma administração.

Os Centros Comunitários, as obras em mutirão, o auxílio coletivo, construíram as pontes, abriram as estradas, pavimentaram as ruas, criaram as creches e escolas que os donos do poder pensavam evitar segurando verbas que a própria lei garantia.

São estes, Sr. Presidente e Srs. Senadores, os caminhos, simples e destituídos de brilho, que nos trouxeram a esta Casa. Côncios das limitações pessoais, assumimos a enorme responsabilidade em ser um de nós a sentar numa cadeira do Rio Grande do Sul que, tantos Senadores ilustres enviou para cá. O privilégio incomensurável de estar onde passaram, em nome do Rio Grande, Pinheiro Machado, Alcides Maia, Ramiro Barcelos, Alberto Pasqualini, Luiz Carlos Prestes, Getúlio Vargas, Armando Câmara, Paulo Brossard, Pedro Simon e outros, não consegue debelar a imensa preocupação pela responsabilidade, bem maior que os poucos méritos por nós possuídos. Responsabilidade em representar junto com Octávio Cardoso e Carlos Chiarelli, um Estado hoje assolado por pesados problemas, alguns cuja solução urge, como o caso atualíssimo do Sul Brasileiro. Estado que necessita ver urgentemente definida uma política agrícola séria e capaz de reativar sua economia básica.

Aqui estamos pois, Sr. Presidente, para aprendermos com V. Ex^a e com humildade tentarmos auxiliar sua gigantesca tarefa de devolver o Brasil a todos os brasileiros. Melhor homenagem não poderia prestar a V. Ex^a do que afirmar que, seja qual for o tempo que aqui ficarmos, temos certeza de que sairemos melhor preparados para servir nosso povo e nosso país, pois convivemos com homens cujo espírito público, cultura e dedicação, admiramos desde há muito.

Trazemos para aqui os compromissos claros com a Nova República e para com o Governo do ilustre estadista Tancredo Neves. Compromissos que tem como selo de garantia o compromisso básico assumido pelo Governante atual com o povo na esplêndida tribuna da praça pública.

Iniciamos aqui o desejo de nos manter fiéis às nossas origens e nossa gente, de continuarmos simples como sempre fomos, não nos deixando intimidar nem pela grandiosidade do local nem pela sonoridade do título!!

Iniciamos pois, Srs. Senadores, tocados pela vontade de sermos úteis e poderemos auxiliar na meta, ao mesmo tempo simples e grandiosa, de criar um futuro onde não existam os que colham sem plantar ou os que plantam apenas para os outros colherem, criar um Brasil para os brasileiros, para todos e não apenas para alguns. (Muito bem! Palmas! O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quando se transformou o antigo Departamento dos Correios e Telégrafos numa empresa pública, alegando-se a racionalização administrativa a dinamização dos serviços, a propalada desburocratização se insurgia contra a pouca rentabilidade de vários setores, alegando que o serviço público se transformara num “bico”, necessário racionalizá-lo.

Mas as medidas então tomadas não se caracterizaram pelo atendimento aos aspectos sociais do problema, prejudicando, principalmente, funcionários ludibriados com as ofertas do poder público.

Determinou-se, no caso, a opção entre o regime estatutário e o da CLT, quando os funcionários do DCT, vinculados ao Ministério das Comunicações, não tendo optado pelo regime de CLT, foram considerados em dis-

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
Seção de Histórico e Debates
RELAÇÃO DE PRONUNCIAMENTOS SOBRE: ATUAÇÃO POLÍTICA
DE SAMUEL SARAIVA

	DEPUTADO	ANO	SESSÃO	DCN	PÁG.
1	CARDOSO FREGAPANI - RS	1980	DCN-I	08-04	1596
2	ELOY LENZI - RS	1980	DCN-I	14-06	5597
3	CARDOSO FREGAPANI - RS	1980	DCN-I	19-08	10783
4	ODACIR SOARES - RO	1980	DCN-C	06-09	2323
5	JERÔNIMO SANTANA - RO	1980	DCN-I	22-10	12807
6	GILSON DE BARROS - MT	1981	DCN-I	05-06	5171
7	ALVARO DIAS - PR	1981	DCN-I	28-08	8544
8	MÁRIO FROTA - AM	1981	DCN-I	09-10	110114
9	ISAAC NEWTON - RO	1981	DCN-I	15-10	11473
10	MÁRIO FROTA - AM	1981	DCN-C	21-10	2382
11	GILSON DE BARROS - MT	1981	DCN-I	22-12	15189
12	GILSON DE BARROS - MT	1982	DCN-I	13-04	1877
13	MÁRIO FROTA - AM	1982	DCN-C	30-04	707
14	AMADEO GEARA - PR	1983	DCN-I	28-10	11745
15	JERÔNIMO SANTANA - RO	1982	DCN-C	01-12	2035

1 — Deputado Cardoso Fregapani: Indicação de SAMUEL SARAIVA ao eng. Leonel Brizola para coordenar o Partido Trabalhista Brasileiro em Rondônia.

2 — Deputado Eloy Lenzi: Registro de atentado (incêndio e carro) a SAMUEL SARAIVA e pedido de garantia de vida ao Ministro da Justiça e do Exército.

3 — Deputado Cardoso Fregapani: Louva atuação de SAMUEL SARAIVA — por cumprir a legislação eleitoral em tempo recorde e estruturar o Partido Trabalhista Brasileiro em Rondônia.

4 — Deputado Odacir Soares: Sobre episódio que envolveu o Presidente do PDT em Rondônia (Arquivo — Biblioteca da Câmara Federal).

5 — Deputado Jerônimo Santana: Registra renúncia de SARAIVA da Presidência do PTB-PDT em Rondônia e seu ingresso no PMDB. (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

6 — Deputado Gilson de Barros: Releva pro-vação de moção de SAMUEL SARAIVA, criando o Movimento Jovem Nacional do PMDB e sua candidatura a Deputado Federal.

7 — Deputado Álvaro Dias: Ação Popular movida por SAMUEL SARAIVA, na Justiça Federal, contra abuso de poder por parte do Governador de Rondônia.

8 — Deputado Mário Frota: Registra Mandado de Segurança impetrado no Supremo Tribunal Federal contra a Mesa da Câmara dos Deputados para sustar decreto-lei que previa nomeação do Governador de Rondônia.

9 — Deputado Isaac Newton: Crítica mandado de segurança no Supremo Tribunal de Samuel Sales Saraiva e Alcio Pessoa e defende a nomeação do Coronel ao Governo do Estado.

10 — Deputado Mário Frota: Solidariza-se com SAMUEL SARAIVA e Alcio Pessoa e elogia adoção do Mandado na Suprema Corte.

11 — Deputado Gilson de Barros: Elogia liderança de SAMUEL SARAIVA e registra manifesto ao povo de Rondônia.

12 — Deputado Gilson de Barros: Crítica funcionamento da 4ª Secretaria da Câmara dos Deputados e menciona documento recebido do líder jovem SAMUEL SARAIVA.

13 — Deputado Mário Frota: Denuncia abuso de poder do Secretário de Segurança Pública de Rondônia, perseguição a SAMUEL SARAIVA e outros membros do PMDB, solicitando providências ao Ministro da Justiça.

14 — Deputado Amadeu Gears: Transcreve nos Anais do Parlamento manifesto que recebeu de SAMUEL SARAIVA, sobre apoio unânime do PMDB de Rondônia a Candidatura de Jerônimo Santana ao Governo de Estado.

15 — Deputado Jerônimo Santana: Discursa sobre vida de SAMUEL SALES SARAIVA sua participação nas Eleições Federais de 1982 e elogia seu desempenho para tornar-se Deputado Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Parente.

O SR. RAIMUNDO PARENTE (PDS — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores,

Creio que a ninguém é dado desconhecer o papel de essencial importância desempenhado pela Imprensa no seio das sociedades humanas, sejam as que representam as grandes comunidades metropolitanas, sejam as que formam os modestos povoados interioranos.

Registrando o desenrolar diuturno da História, na multiplicidade das suas mais diversas facetas; condensando o conhecimento e as conquistas da tecnologia e da ciência, nos seus mais variados aspectos; traduzindo os anseios, as inquietações e as aspirações dos povos e das nações; conduzindo, de maneira poderosa e até mesmo subliminar, a opinião pública; noticiando, informando, urdindo conceitos, levando as latitudes todas do globo a cada lar, a cada pessoa *de per si*. Imprensa, a cada dia que passa, vai se tornando mais necessária e mais imprescindível para o entrosamento das atividades que simbolizam, em última análise, o próprio caminhar da Humanidade em busca da colimação das grandes metas da elicidade geral e do bem-estar coletivo.

Um exemplo de tudo isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, está em nós mesmos, no nosso trabalho de Parlamentares e de políticos. Quando precisamos de um infor-

me, de um registro acerca de determinado fato político, a respeito de certa movimentação social relevante, pra inteirar-nos dos quadros reais em que esses fatos e essas movimentações se emolduraram, a primeira coisa que fazemos, sem dúvida alguma, é recorrer às fontes perenes do noticiário da época, para colher, ali, como se naquele momento estivessem acontecendo, todas as ocorrências que a Imprensa registrou, não apenas para a leitura de uma notícia passageira, mas, em verdade, para a tessitura indelével da História.

Dai, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o regozijo da comunidade amazonense pela entrada em circulação, no último dia quinze, do matutino Diário do Amazonas, o mais novo veículo de comunicação de massas do meu Estado e, indubitavelmente, um dos jornais mais modernos e mais bem equipados da imprensa baré.

Circulando com vinte páginas, com impressão off-set, contando com o que de mais avançado existe no campo do labor jornalístico, o Diário do Amazonas significa, sobretudo, a vitória pessoal do idealismo, da abnegação e da perseverança de um homem que, ao longo de toda sua existência, outra coisa não tem feito senão doar-se aos interesses da sua comunidade: o empresário Cassiano Cirilo Anunciação, exemplo de força de vontade e de honradez, de dinamismo e dedicação absoluta ao trabalho. De berço humilde, forjou o seu caráter e a sua personalidade nas lutas mais renhidas contra a adversidade, aprendeu, desde cedo, que somente perseverando, fazendo da dignidade e do bem os mandamentos fundamentais do viver, poderia vencer a todos os obstáculos e a todos os empecilhos.

E venceu. Degrau por degrau, Cassiano Cirilo Anunciação foi gradativamente escalando a pirâmide social, até alcançar a posição de respeito e prestígio que hoje desfruta no seio da comunidade amazonense, como um de seus membros mais ilustres e mais proeminentes, cuja atividade laboriosa vem de ser agora coroada por essa vitória magnífica que é a oferta, ao povo do Amazonas, de mais um jornal, um jornal vibrante, independente, lúcido, que inicia a sua carreira de triunfos, os mais amplos, refletindo o comportamento de seu Diretor-Presidente, Cassiano Cirilo Anunciação, e de toda a sua Diretoria: Jornalista Francisco das Chagas Thomaz, Diretor Vice-Presidente, Deusamir Pereira, Diretor Comercial e Jornalista Francismo Plínio Valério, Editor-Chefe.

Em assim sendo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, aprez-me sobremaneira deixar registrado nos Anais desta Augusta Casa o regozijo do povo amazonense, pela circulação do Diário do Amazonas, jornal que, não tenho a menor dúvida, há de ser mais uma trincheira imbatível em defesa dos direitos e dos interesses mais legítimos do meu Estado e da minha gente.

Os meus parabéns, portanto, ao Diário do Amazonas, na pessoa dos seus Diretores, dos seus redatores, dos seus repórteres e os seus funcionários de um modo geral, co os votos mais sinceros de prosperidade, na vivência diária do seu lema maravilhoso: A verdade do povo!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os pronunciamentos dos novos Ministros, por ocasião das cerimônias de transmissão de cargo, vão delineando com maior nitidez as diretrizes do Governo que se instala. Destaco, nesse sentido, os discursos de posse do Dr. Almir Pazzianotto, no Ministério do Trabalho e do Sr. João Sayad na SEPLAN, os quais solicito a transcrição nos Anais deste Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

DISCURSO PROFERIDO PELO DR. ALMIR PAZZIANOTTO POR OCASIÃO DA SUA POSSE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.

Senhor Ministro Murilo Macêdo:

Conhecemo-nos em 1977, quando era V. Ex^a Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, sendo eu Deputado pelo MDB — à Assembléia Legislativa. Os movimentos reivindicativos e as greves de 1979 — saudados à época como alavancas poderosas do nascente processo de abertura — estreitaram nosso relacionamento. Desde então, como advogado de trabalhadores, deputado ou, mais recentemente, como Secretário de Relações do Trabalho, tive a satisfação de acentuar esses entendimentos, o que fez robustecer em mim a crença de estar diante do administrador probo e competente, do político dinâmico, moderno e cordial, do Ministro empenhado em buscar soluções adequadas para as complexas questões que asoberbam o vasto e movediço mundo do trabalho. Situações, circunstâncias e forças muito poderosas, segundo estou convencido, impediram que os ingentes esforços desenvolvidos por V. Ex^a alcançassem os resultados pretendidos pela sociedade, ou viessem a ser corretamente compreendidos. Ficará para a História, porém, a imagem afável do Ministro seguro, aberto ao diálogo e incansável no esforço de tornar habitual as negociações diretas entre patrões e empregados, ou na complexa tarefa de iniciar a reformulação da legislação trabalhista.

As expectativas que cercam a Nova República são imensas e, também, bastante otimistas. Há em todo o País — é natural admiti-lo — um clima de festa, uma sensação de alívio, e esperança de dias melhores e menos tormentosos. Os dados de realidade, entre anto, são mais do que preocupantes. A inflação vertiginosa, os aumentos constantes dos preços, as dívidas externa e interna, os índices de desemprego, de subemprego e de trabalho temporário, a insuficiência dos salários, o abandono do trabalhador rural, a discriminação contra as mulheres ou em razão da cor, o esquecimento do menor, são alguns dos muitos problemas que vamos de imediato enfrentar, em decorrência não só do acúmulo de erros políticos, como de desajustes estruturais, dos choques e das contradições gerados pelo estilo anárquico e muitas vezes cruel de desenvolvimento que nos foi imposto.

Nas questões que não se constituam em assunto de sua competência direta ou exclusiva, e te Ministério, sempre que solicitado, agirá em sintonia com os demais, reconhecendo a necessidade da preservação do espírito de equipe. Nos assuntos de sua atribuição mais específica, a Pasta pretende se ocupar já e decididamente das mediações e das negociações nos conflitos coletivos de trabalho, estimulando, todavia, entendimentos diretos. Com igual solicitude deverá se voltar para as tratativas que conduzirão à celebração do Pacto Social, proposição de um compromisso triangular, esperado com inegável ansiedade por todos aqueles que, reconhecendo a gravidade da crise sócio-econômica, almejam dias melhores e mais tranquilos para a nossa Pátria. Finalmente, se dedicará à reforma da legislação trabalhista, empreitada gigantesca e desafiadora, mas impossível de ser retardada, em face do flagrante descompasso em que se encontram lei e realidade, particularmente nas regiões mais industrializadas e desenvolvidas. Não subestimando o papel histórico desempenhado pela veneranda Consolidação das Leis do Trabalho, por sinal um decreto-lei, é imperioso compreender que a estrutura sindical corporativista necessita ceder lugar à organização livre e autônoma dos trabalhadores; que se faz mister a reformulação das leis que se referem ao contrato individual, introduzindo-se um sistema avançado de garantias contra demissões individuais e coletivas arbitrarias e desmotivadas, assim

como a negociação coletivas, cujos objetivos finais são a convenção ou o acordo, está a exigir um estatuto mais objetivo, eficaz e moderno que admita a greve operária como decorrência normal de eventual impasse.

Com a indicação destas metas, não quero ser interpretado de maneira equívoca, como se outras matérias de grande relevância para um superior relacionamento entre patrões e empregados passassem despercebidas. Tudo aquilo que estiver na esfera da atuação do Ministério será cuidado com o necessário zelo, segundo uma diretriz essencial que é a valorização do trabalho, e dignificação da pessoa do trabalhador, quer que seja a natureza do seu mister.

Especial cuidado desejo consagrar ao relacionamento da Pasta com a sociedade civil, com os partidos e, sobretudo, com os Poderes Legislativo e Judiciário. Com o primeiro porque, sobre ser a minha origem, a ele compete a elaboração da lei, além de se constituir no fórum onde ressoam as críticas e as reivindicações da população, através dos seus representantes eleitos; com o segundo porque, além de aplicar a lei ao caso concreto, através dos seus julgados são detectados problemas e formuladas soluções que precisam ser recebidas como inestimáveis subsídios. Por derradeiro, nas suas relações com as classes trabalhadoras, mantidas por intermédio das suas confederações, centrais, federações, sindicatos e associações profissionais, o Ministério considera definitivamente superado o período paternalista, e inadmissível qualquer prática autoritária, levando à violência, ou que descaem para o populismo demagógico.

Manteremos relacionamento franco, amistoso, cordial e sobretudo respeitável com os trabalhadores e suas organizações, à semelhança do procedimento praticado à frente da Secretaria de Relações do Trabalho do Estado de São Paulo.

Trago, aliás, dessa Secretaria de Estado felizes e indelével recordações. Depois de 22 anos de advocacia trabalhista, de dois mandatos de deputado, foi a Secretaria do Trabalho uma grande e excepcional escola, onde me foi dado aprender melhorar as difíceis condições dos trabalhadores, do Estado e do País. Sou imensamente grato ao Sr. Governador André Franco Montoro, pela honrosa oportunidade que me concedeu de participar da sua administração na linha de frente, aos Senhores Secretários de Estado que compuseram ou compõem a sua equipe de Governo, aos meus diretores e aos funcionários, os quais nunca me negaram qualquer parcela de esforço na execução de tarefas que freqüentemente se revestiram de grandes dificuldades.

Não poderia faltar a palavra de reconhecimento, e apoio aos meus colegas advogados trabalhistas. Excelentes e bravos companheiros, nunca me negaram apoio e estímulo, e junto a eles, numa convivência de mais de duas décadas, aprendi a admirar o Direito do Trabalho. Em seu sadio dinamismo, e porque está voltado à realidade da vida, onde os entrosques de interesses são perenes e inevitáveis, o Direito do Trabalho é o grande e mais moderno instrumento de paz, quer esteja nas codificações, nas leis fundamentais, nas consolidações ou na linguagem objetiva e direta das convenções, convênios, acordos ou contratos.

Minha modesta bagagem de advogado contém fê inabalável nos destinos do meu País e do meu Povo, alicerçada em perseverante desejo de acertar. Ao Presidente da Nova República, Dr. Tancredo Neves, imorredoura gratidão pela confiança com a qual me distinguiu. Aos colegas de Ministério minha disposição plena de trabalhar harmoniosamente e com espírito de conjunto. Aos meus secretários, assessores e funcionários, o oferecimento da minha amizade, empenho e companheirismo.

Por derradeiro, eterna gratidão à minha família, cujo espírito de doação e renúncia a faz solidária e participe dos instantes fugazes de emoção e brilho e sobretudo das longas horas de apreensão e de sacrifícios.

A São João Batista, padroeiro da valorosa gente de Capivari, peço que me ampare para não ser eu apenas uma voz clamando no deserto e a Deus, nosso Pai, renovo meu apelo para que crie em mim um coração puro, renove um espírito firme, não me afaste de sua presença e me ofereça as graças do Espírito Santo.

DISCURSO PROFERIDO PELO DR. JOÃO SAYAD POR OCASIÃO DA SUA POSSE NA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO — SEPLAN

Senhores e Senhoras:

É grande e generosa a esperança que a Nação deposita na Nova República. Essa esperança de dias melhores se materializou nas formidáveis manifestações de júbilo que acompanharam a campanha do Presidente Tancredo Neves, marcaram o dia de sua eleição e se repetiram ao longo desta semana por todo o País.

A cirurgia de emergência a que foi submetido o presidente trouxe momentos de preocupação e expectativa. Mas o êxito da operação e a pronta recuperação de Tancredo Neves devolveram aos brasileiros, em poucas horas, a tranquilidade quanto ao futuro.

E, sobretudo, o perfeito funcionamento das instituições, com a posse do Vice-Presidente José Sarney, agora em exercício, mostrou à Nação que a nova República já começou sua História.

A prova de maturidade democrática por que passaram as forças políticas evidenciou como é real e verdadeiro o clima de vivismo e de animado patriotismo que se manifesta nas ruas pela farta adesão ao verde e amarelo.

Assim, serenos quanto à recuperação do nosso Presidente Tancredo Neves, fortalecidos pelo renovado vigor das instituições, e pelo sólido apoio da Nação, assumimos hoje nova tarefa — dura tarefa.

O governo da Aliança Democrática começa enfrentando não uma, mas um conjunto de crises.

Na política, continua urgente o trabalho de eliminar o passado de autoritarismo e reorganizar as instituições, de modo a dar condições permanentes para fluir a vida democrática.

A crise é social, agravada porque a renda real dos brasileiros caiu significativamente nos últimos anos. Decorre daí o que vemos nas ruas das cidades e nas regiões do interior: miséria, insegurança, desemprego degradante, os enormes contingentes de brasileiros marginalizados de qualquer benefício da sociedade moderna.

A crise é ainda econômica, com ingredientes explosivos.

A inflação atingiu um patamar perigoso, com alto risco de aceleração. O setor público ameaça tornar-se o vilão de todas as dificuldades porque, de fato, está assolado pela baixa produtividade dos seus serviços, pelo contínuo desperdício do dinheiro público e por um endividamento excessivo.

Além disso, toda negociação se desenvolve no quadro de um sistema financeiro internacional dominado por idéias envelhecidas e que nos coloca a todos — governos, bancos, outras instituições — num equilíbrio instável e precário.

Ministro Antonio Delfim Netto — é uma honra receber esta Secretaria do Planejamento de suas mãos. Temos divergido ao longo destes anos em que convivemos, V. Ex^a no governo, eu na oposição. Mas, também trabalhamos com os mesmos problemas nos últimos dois anos, período em que, como Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, pude verificar, como V. Ex^a, que questões práticas e dificuldades concretas exigem uma cooperação para além das divergências de idéias e teorias.

Encontramo-nos agora em papéis trocados. Acredito que não será confortável estar aqui no Planejamento tendo V. Ex^a na oposição, já anunciou firme e decidida. Mas que se dará, tenho certeza, no quadro da convivên-

Página Inexistente

se o fizesse, teria de desfilar a relação completa dos senhores acadêmicos e esgotaria o tempo do discurso dizendo sobre cada um as palavras de afeto e/ou de apreço que me merecem quantos aqui se reúnem para criar ou estudar.

De muitos sou velho amigo, de alguns amigo fraterno e posso referir-me a amizades nascidas nos começos da década de 20, nas salas de aula e nos pátios de recreio do Colégio Antônio Vieira, nos coqueiros da Piedade, quando, levado pelo inesquecível Giovanni Guimarães e por Mirabeau Sampaio, pertenci à Liga Restauração dos Ideais, grêmio litero-religioso que se propunha estimular vocações literárias e artísticas e defender a moral e os bons costumes, a fé e a castidade.

Poucos anos depois, no final da mesma década de 20, ligou-me a outros futuros acadêmicos a batalha que então iniciávamos pela revolução literária; estávamos dispostos a apagar da literatura as escolas ditas passadistas e impor os conceitos modernistas, as audácias futuristas. Naquele então as idéias viajavam em vagarosos meios de comunicação, demoravam a atravessar o Atlântico e a revolução formal, que explodira na Europa após a Primeira Grande Guerra Mundial, chegara ao Brasil com o atraso de alguns anos e levava outros tantos a deslocar-se das metrópoles do Sul do País para as distantes províncias do Norte. Nem assim era menor o nosso fervor revolucionário, a insolência de nossas afirmações, a gritaria atoadora com que pensávamos abalar os alicerces da cultura estabelecida, a nosso ver superada e reacionária, indigna dos tempos novos do pós-guerra. Hoje podem parecer-nos ingênuas muitas das bandeiras erguidas naquele então — “Abaixo a rima” “Morte à métrica!” e outras semelhantes — mas na década de 20 eram válidas, causavam pânico, alarmavam os bem-comportados, desencadeavam por vezes reações violentas.

Mas não apenas com o combate à rima e à métrica nos dispúnhamos, os moços do Arco e Flexa; do Samba e da Academia dos Rebeldes, a renovar a literatura brasileira e a influir nos destinos da literatura mundial. Para impor tão singular projeto, fomos bem além de palavras de ordem assim irrelevantes. Desejo recordar que um daqueles moços, José Alves Ribeiro, poeta e ensaísta, escreveu, no editorial do primeiro (e único) número da revista “Meridiano”, que nossa luta era por uma literatura que fosse universal por ser nacional, inspirada na realidade brasileira, realizada com o objetivo de transformá-la. Não seríamos com certeza os únicos, nem sequer os primeiros a empunhar a bandeira maior de nossa cultura mestiça, mas o fazíamos em momento de extrema significação, após a Semana de Arte Moderna de 1922 e antes da Revolução de 30.

Com o dom divinatório dos poetas e a elevada consciência de nossa singularidade, Alves Ribeiro definiu nos idos de 1928 as bases em que se assentaria para sempre o trabalho criador de todos nós. No mesmo ano em que José Américo de Almeida publicava, na Paraíba, o romance “A Bagaceira”, marco inicial do chamado Romance de 30, literatura brasileira de sentido universal. Na Bahia, arremetíamos contra o passadismo, buscando a renovação literária na velha província por inteiro ornada com os arroubos da eloquência do padre Antônio Vieira, com a fulguração do verbo de Ruy Barbosa. O romance de José Américo provava a verdade de nossa proclamação.

Não houvesse a Academia de Letras da Bahia trocado a pobreza franciscana do Terreiro de Jesus pelas pompas do Solar Góes Calmon e apenas alguns passos teria eu de percorrer para atravessar os umbrais de sua porta, vindo de outra academia, a dos Rebeldes —, nem por debochada, irreverente e rebelde, audaciosa e revolucionária, menos Academia de Letras. Devido a curiosa circunstância, foi a Academia dos Rebeldes hospede de venerável tenda espírita cuja sede encontrava-se instalada nas mais puras e dignas tradições kardecistas de fé e caridade no segun-

do andar de um dos casarões do Cruzeiro de São Francisco, em vossa vizinhança.

Ou seja, na vizinhança do inimigo a destruir, pois em nossa visão adolescente a Academia de Letras da Bahia representava tudo quando renegávamos, as concepções literárias que queríamos liquidar. Conseguimos liquidar apenas o sossego, a paz espiritual dos nossos generosos hospedeiros, pois nenhum compromisso foi possível estabelecer entre o destempero de linguagem dos rebeldes, a feroz disposição guerreira, e a tranquilidade dos desencarnados vindos em missão de caridade dos altos círculos do universo: depois de nossa passagem já não houve espaço naquela tenda senão para espíritos inferiores, de boca suja e propósitos somente comparáveis aos nossos, tenebrosos.

Reuniram-se os rebeldes em academias sob a égide de Pinheiro Viegas, poeta e panfletário — naquela época existiam os panfletários espécie literária atualmente em vias de extinção. Viegas tinha atuação marcante e polêmica nas páginas das revistas e das gazetas baianas. Poeta de rimas raras, epigramista de irreverência e veneno mortais, perfil de nobre espanhol no dizer de Agripino Grieco, outro panfletário, Pinheiro Viegas erguia a voz, empunhava a pena para desancar a retórica vã, a literatice a dominar os cenáculos científicos, a gramatiquice retrógrada, um universo de atraso, estreito e reacionário. Indignado Quixote, era natural que atraísse e comandasse jovens inconformados com o ambiente modorrento dominante na vida intelectual baiana.

Transformando o rodapé literário de A TARDE numa trincheira de renovação literária, Carlos Chiachio colocou a seu serviço todo o peso de sua condição de mestre indiscutível da crítica, capaz de consagrar poetas e ficcionistas, reuniu em torno de sua liderança uma esplêndida equipe de jovens apenas saldos da adolescência, inquietos e audazes. Ficaram conhecidos na história literária da Bahia (e do Brasil) como o grupo de “Arco e Flexa”, devido à revista que agitou e inovou, escandalizou e fez escola. O título da revista, rótulo do grupo, já deixava clara a tendência nativista, brasileira, da literatura que aqueles moços cultivavam, na mesma linha dos rebeldes e daqueles outros bravos reunidos na revista Samba, título igualmente esclarecedor. De um jovem desse último grupo comemoramos não faz muito os 80 anos de vida e de magnífica poesia — falo de Bráulio de Abreu.

Rebeldes divididos

Nem por defenderem postulados idênticos, visando o mesmo objetivo de renovação, eram solidários entre si os componentes dos diversos clãs do modernismo baiano. Muito ao contrário: apesar de nos encontrarmos engaja-

dos na mesma guerra contra o inimigo comum — o atraso, a pasmaceira, o passado —, para impor os postulados da renovação e afirmar a originalidade brasileira, disputávamos entre nós, negando-nos e insultando-nos uns aos outros. Esquicidos, em equivocada guerrilha, de razão maior da luta, descuidávamos, do verdadeiro inimigo. Felizmente tais rivalidades não deixam seqüelas, não criaram distância entre os componentes dos diversos grupos renovadores. Ao contrário, da veemência da mocidade cresceu no curso dos anos a admiração e a estima, tantas vezes fraterna, entre os engajados nas diversas frentes de luta da literatura que então se convencionou chamar de modernista, um passo à frente na batalha pela completa independência da literatura brasileira.

Além das discordâncias de grupos que nos separavam, encontrávamos-nos unidos na decisão e no desejo do denunciar os grandes nomes que, ao ver de todos nós, representavam escolas a combater na prosa e na poesia, tendências a sepultar de uma vez para sempre, nomes a riscar da história e dos compêndios de literatura. Negávamos, com extrema violência de linguagem a aparente convicção, os autores mais consagrados, valores tidos

como definitivos. Não respeitávamos ninguém, para tanto declarávamo-nos rebeldes e modernistas. Como símbolos do passadismo e do modernismo, proclamávamos dois romancistas maranhenses: Coelho Neto e Graça Aranha. Execrávamos o primeiro, exaltávamos o segundo, apresentando-os como postos quando, em realidade, eram iguais. As distâncias entre o autor de “Sertão” e do de “Canaan” reduziam-se a nuances de estilos vazados ambos na mesma pompa de uma prosa castiça, onde a pureza da língua literária lusitana de logo distanciava esses escritores do povo, elitistas um e outro, talvez ainda mais o modernista Graça Aranha do que o passadista Coelho Neto.

Coelho Neto

Ao lembrar o fogo cerrado de que foi alvo de norte a sul do Brasil o romancista Coelho Neto, aproveito o ensejo para contar como ele terminou por se transformar num espinho em minha garganta durante os ruidosos combates, quando agredíamos com total desfaçatez todos aqueles que pensávamos inimigos da causa do modernismo. Acontece que eu atacava rude e tranquilamente poetas e prosadores apresentados como exemplos da má literatura dominante, negando-lhes talento e importância, tratando-os de mediocres e de decadentes, despidos de qualquer valor. Era-me fácil fazê-lo, pois para isso, escudava-me no total desconhecimento da obra por eles realizada, entricheirado em minha pujante ignorância. Para agredi-los, bastava-me saí-los parnasianos ou membros da Academia Brasileira de Letras, onde situávamos o monstruoso quartel-general das forças do obscurantismo.

Ora deu-se um fato insólito: de Coelho Neto eu lera um livro, um único “A Conquista”, e o encontro magnífico. Assim, rofa-me de remorsos quando me competiam desancar o ficcionista maranhense que se tornara o símbolo principal de tudo quanto condenávamos em matéria de literatura. Pela primeira vez me dei conta a que absurdas injustiças nos conduz o espírito de seita, o sectarismo que limita e diminui o ser humano.

Citei os nomes de Pinheiro Viegas e de Carlos Chiachio, mestres de rebeldia e de renovação, incentivadores e comandantes. Não foram, porém, apenas esses os únicos intelectuais consagrados na vida cultural do Estado que sustentaram, com seu aplauso e sua simpatia, os jovens iconoclastas e suas alarmantes teorias. Antes do Arco e Flexa e da Academia dos Rebeldes, existira e atuara a Nova Cruzada estabelecendo as primeiras condições para o surgimento do ciclo modernista ou da literatura moderna como preferíamos dizer nós, os rebeldes, já então desconfiados das limitações do modernismo.

A compreensão dos mais velhos

Vale a pena lembrar alguns desses nomes consagrados que não se horrorizaram com o nosso aparecimento na cena literária. Em verdade foram vários, mas limito-me a recordar aqueles com quem tratei mais de perto, cuja estima mereci, cujo apoio me foi fundamental no início de minha caminhada de escritor. Para mim são memórias sagradas.

Artur de Salles, cuja poesia, tão bela e poderosa, colocava acima de escolas e grupos, admirado e querido por todos, figura ainda à espera de completa justiça literária que somente agora começa a lhe ser feita com o trabalho admirável da equipe do professor Nilton Vasco da Gama e o não menos admirável, ensaio do mestre de estudos literários que é o nosso ilustre presidente. Tais análises e a recém-iniciada divulgação de sua poesia vêm situar Artur de Salles no lugar que de direito lhe cabe em nossa literatura, entre os vates maiores, e abrem caminho para a biografia que nos trará de volta a personalidade invulgar

de quem viveu, boêmio e pobre, uma vida de perene beleza.

Recordo Roberto Correia, magro e cativante pro a mansa, bondoso coração; Bernardino José de Souza, Aloísio de Carvalho Filho e o professor Souza Carneiro, fascinante personagem, digno das páginas de um romance, progressista e batalhador. Catedrático da Escola Politécnica, substituí qualquer professor, ministrando as mais diversas matérias. Senhor de imaginação e de magia, um mestre da vida, cujo nome pronuncio com ternura e com saudade.

Foi ele quem conseguiu alojar a Academia dos Rebeldes na sala do centro espírita para a cerimônia bem pouco solene de instalação, pois, além do mais, Souza Carneiro era uma espécie de papa das doutrinas esotéricas e das ciências ocultas da Bahia. Em sua ampla residência nos Barris, alcunhada de Brasil — por enorme, desorganizada e entregue às baratas — nos abrigamos, os rebeldes logo expulsos da sala espírita pelas óbvias razões já referidas. Seu filho Édison, — o futuro mestre dos estudos sob e o negro brasileiro — figurava entre os membros mais combativos da novel agremiação e outro filho, o mais velho Nelson, com ela simpatizava, se bem olhasse com certa reserva e alguma suspeita aquela agitação de incipientes literatos: já então o futuro senador Nelson Carneiro participava da vida política, líder estudantil de notória atuação. O professor Souza Carneiro não nos olhava vom suspeita nem com reserva; ao contrário, dava-nos caloroso apoio, compartia de nossos inquietudes, sustentava nossa batalha, em sua casa dos Barris, pobre e misteriosa. O professor, segundo afirmava, escondia no quintal um avião — um avião, sim senhores — que lhe serviria para controlar do alto dos céus as próximas eleições às quais pretendia concorrer, candidato a deputado pela oposição. Nunca me foi dado ver o aparelho, bem camuflado certamente no mato ralo do terreno, mas quem ia duvidar que ele ali estivesse, pronto para decolar?

Dois alagoanos

Alguns dos nomes em evidência na crônica intelectual do estado, que, de uma ou de outra maneira, expressaram sua simpatia pelos jovens renovadores, seriam pouco mais idosos do que nós mas já se haviam afirmado no conceito público. Desejo destacar entre eles dois alagoanos trazidos para a Bahia pelo renome de nossa Faculdade de Medicina. De todo o País, não apenas do Nordeste e do Norte, também das metrópoles do Sul, vinham estudantes ávidos de aprender com os mestres da Escola do Terreiro de Jesus, erguida sobre o chão do antigo Colégio dos Jesuítas.

Um dos citados alagoanos chamou-se Artur Ramos e, fosse um pouco mais jovem, teria integrado a Academia dos Rebeldes. Com ele tocamos, penetramos o mistério dos Candomblés, fizemos-nos amigos de pais e mães-de-santo, de babalaôs, e mãe Aninha e de Maximiano Eliseu do Bonfim, da jovem Ialorixá Menininha do Gantois, tão menina ainda e carregando já o peso de tanta responsabilidade, do perseguido pai Procópio, de Bernardino do Bate-Folha. Tornamos-nos não apenas estudiosos dos cultos afro-brasileiros e da cultura negra, tão fundamental na formação de nossa cultura nacional, fomos mais além e passamos a apoiar e a participar da luta do povo dos candomblés para preservar os valores culturais desembarcados da África no bojo dos navios de escravos. Valores que os escravos, mesmo relegados à mais terrível e desgraçada condição humana, souberam defender e transmitir à Nação brasileira. Essa luta prosseguiu e ainda prossegue nos dias de hoje — nela se engajaram os jovens rebeldes, jamais a abandonamos: a luta contra o preconceito racial, o mais monstruoso de todos os preconceitos.

O outro alagoano, cuja audácia intelectual e o brilho da inteligência privilegiada se tornavam conhecidos e admirados, foi Estácio de Lima, a quem tenho a honra de substituir neste cadeira 21 da Academia de Letras da Bahia, que tem como patrono Francisco Bonifácio de Abreu, Barão da Vila da Barra.

Predecessores

Manda o protocolo acadêmico que, antes de falar sobre seu antecessor, o novo titular lembre no discurso de posse, ainda que em rápidas palavras, o patrono da cadeira e eu o faço agora, começando por ressaltar a condição de romancista de Francisco Bonifácio de Abreu, circunstância literária a nos aparentar um ao outro. Muitos foram seus títulos e múltipla sua atuação intelectual. Barão de curiosa aristocracia mulata do Brasil, ostentando ao lado do brasão o nome do lugar onde nasceu, a Vila da Barra, na margem esquerda do Rio São Francisco; médico ilustre; catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; tradutor da "Divina Comédia". Autor de poemas dramáticos nos quais celebrou as irmãs Moema e Paraguagu, musas dos começos do Brasil, e saudou a beleza da Cachoeira de Paulo Afonso. Dos seus dois romances publicados, infelizmente só conheço os títulos, "Terezina" e "Palmira ou a Ceguinha Brasileira". Esse último título me encanta, parece-me extremamente sugestivo, posso imaginar toda uma saga humana narrada em folhetim de muitas aventuras.

Estácio de Lima tornou-se presença incomum em nossa vida cultural, não apenas pela obra realizada, de cunho científico ou de cunho literário, mas também e muito pela fecunda capacidade de influir, de congregar, de abrir caminhos, de estabelecer a polêmica, de defender posições pouco ortodoxas; foi um promotor de cultura. Exatamente pela audácia de certas proposições e pelos temas que lhe foram mais caros, exerceu durante a longa aventura de sua vida um constante fascínio sobre a juventude e a intelectualidade e sendo um mestre, um grande das faculdades de Medicina e de Direito, jamais se tornou protocolar, jamais permitiu que a alta posição o afastasse dos jovens, dos estudantes, dos heréticos.

De certa maneira também ele suspeito de heresia, sendo de duvidosa ortodoxia na ampla e variada especulação de idéias a que se dedicou com ímpeto e com alegria. Penso ser importante salientar essa sua maneira de trabalhar: não fez da ciência um bicho-de-sete-cabeças, restrita a pequeno círculo. Ao abordar temas dramáticos da vida nacional, especialmente do homem nordestino, não o fez com a tristeza da negação, não se vestiu de pessimismo e desespero para falar da luta secular e do infatigável combate dos sertenejos. Procurou, ao contrário, exaltar o herismo, a força de vida, a intrepidez e a dignidade a iluminar a face do "estranho mundo dos cangaceiros".

Tendo sido talvez o exemplo mais perfeito da tendência, nascida na Faculdade de Medicina e por muitos anos dominante na Bahia, dos estudos científicos, os mais diferentes, serem redigidos com extrema preocupação literária — a ciência revestida das galas da linguagem — Estácio de Lima, ao mesmo tempo, subverteu essa tendência ao libertá-la do elitismo em que ela se desenvolvera anteriormente. A importância de sua obra decorre da pesquisa e do trato de aspectos da vida brasileira, de problemas decisivos de nosso povo, da região do Nordeste onde campeia a miséria e corre o sangue os iluminados e dos heróis nas comarcas do latifúndio, em terra de senhores e servos.

Estácio de Lima

Não seria ele próprio, Estácio, um iluminado? "Meus alunos das faculdades de Medicina e de Direito — escreveu ele — passaram a assistir, ali, às aulas que ministrava, mostrando-lhes, ao vivo aquelas criaturas graves, de

alma e, ao mesmo tempo, de coração delicado. Grandes e impetuosos delinquentes, não se apresentavam eles submissos ao cárcere, podendo-se perceber e desde cedo, integrais condições de reabilitação. Passei a lutar pela volta de todos à vida livre, para um trabalho fecundo, assim que os senti capacitados. Fui mal compreendido, no começo". Iluminado, Estácio não se curvou sobre o homem vendo nele apenas material de pesquisa, de estudo. Seu coração bateu em uníssono com os corações daqueles que a sociedade injusta, monopolizadora e cruel levava à luta do cangaço. Em "O Mundo Estranho dos Cangaceiros", livro de minha particular estima, Estácio de Lima, para traçar o perfil de certos cangaceiros, de homens e mulheres da caatinga, escreveu páginas de verdadeira e terna poesia. Dadá, a viúva de Corisco, ele a apresenta como um "espírito forte, inteligência pronta, capacidade de luta, outrora nas caatingas, e, hoje, na cidade... Enfrentava, antigamente, a tropa, com, denodo... e hoje, vai bordando bordados delicados para enxovais de noivas, ou cuidando, com ternuras de avó cavilosa, dos netinhos...". A escrita de Estácio de Lima faz-se íntima e solidária ao falar dos grandes capitães do cangaço e das mulheres mais intrépidas do mundo, de Maria Bonita e Dadá, as heroínas da epopéia inesquecível.

Ao publicar, em 1962, "A Aeromoça e Outras...", Estácio confiou-me um exemplar para que eu o oferecesse à Biblioteca da Academia Brasileira de Letras, dando-me oportunidade e pretexto para dizer, na apresentação do livro aos senhores acadêmicos, tudo de bom que eu pensava sobre o professor, o ensaísta, o pesquisador, o responsável pelo Instituto Nina Rodrigues, e para lastimar que ele houvesse tardado tanto a abordar a ficção. Não lhe faltava vocação para os embates da criação literária: os contos que compõem o volume confirmam o talento de Estácio de Lima e sua larga experiência humana. "A Aeromoça e Outras..." agrada-me antes de tudo por encontrar em algumas narrativas a reconstrução de ambiente e o levantamento de figuras da cidade do Salvador, o dengue das mulheres, a sedução e o mistério dos ritos e dos orixás — se bem não se reduzem às ruas de nossa cidade bem-amada os caminhos percorridos por Maria da Soledade e tantos outros personagens. Estácio de Lima foi buscar inspiração e matéria-prima em caminhos urbanos e agrestes, por ele palmilhados em incessante pesquisa, familiares ao professor de Medicina Legal. A validade leva-me a relembrar que uma das histórias mais vivas do volume, "A Rua do Açouguinho", é-me dedicada, prova de velha amizade: "a esse demônio do Jorge Amado".

Demônio, quem o seria mais, eu ou ele? Um demônio, Estácio de Lima, digo com a mesma cordial admiração e a enternecida estima com que ele usou o termo para se referir à minha atuação de escritor. Demônio porque fugiu da ortodoxia e fez-se rebelde a leis e convenções. Por que não se limitou ao conhecimento dos livros, às salas de aula, ao trato dos eruditos e foi labutar no meio do povo, no fundo do sertão e nas casas de santos, nos versos dos cantadores, nas rezas dos beatos, nas invocações dos encantados. O clarão dos combates, na luta contra o atraso e a injustiça, ilumina sua obra que permanece viva e atuante, depoimento meditado, grito de dor e de protesto. Nas páginas de seus livros o povo brasileiro sofre, luta e sonha.

Academia dos rebeldes

Com a confiança e apoio de tais personalidades, na tenda espírita, na casa de Souza Carneiro, no Café das Meninas, no Bar Brunswick, no Bahia Bar, nos salões dos castelos onde as formosas inspiravam e aplaudiam os literatos, nas ruas, becos e ladeiras da cidade, na rampa do mercado, nas feiras livres, nas festas populares, nas casas de santo com orixás e caboclos, no mar da Bahia de todos os Santos e na navegação das ilhas e do

Rio Paraguaçu, mistura com o povo, aprendendo com ele, participando de sua luta, a Academia dos Rebeldes viveu e floresceu. Desse início de vida e de afirmação renovadora partiram todos os seus membros, para realizar, cada qual com sua originalidade, uma literatura nacional de sentido universal, nascida e plantada na realidade brasileira marcada pela singularidade baiana.

Vários dos moços que compuseram o grupo do "Arco e Flexa", de tão importante atuação, de tão significativa presença na revolução literária empreendida nos fins da década de 20, vieram ocupar nesta Academia de Letras cadeiras que começaram a conquistar naqueles dias de combate quando se proclamou na Bahia a literatura moderna. Da Academia dos Rebeldes, apenas um dos seus membros qui chegou para tomar posse de sua cadeira: o ensaísta e cineasta Walter da Silveira. Os demais, poetas, romancistas, críticos, nos foram deixando antes do tempo, são hoje estrelas nos céus da cidade, não chegaram a assumir as cadeiras da Academia de Letras da Bahia que lhes estavam reservadas pelo muito que fizeram e mereceram. Hoje, apenas dois moços que compuseram a Academia dos Rebeldes ainda estão vivos: o poeta Aydanô do Couto Ferraz e eu próprio.

Senhores acadêmicos, meus companheiros, meus amigos: penso que ao tomar posse de uma das cadeiras de membro titular da Academia de Letras da Bahia, comigo nela se empossam igualmente todos aqueles jovens indomáveis que fundaram a Academia dos Rebeldes e, em sua trincheira, lutaram pela literatura e pela vida, pela Bahia e pelo Brasil. Assim sendo, desejo terminar pronunciando nesta hora e neste recinto, onde também de luta pela Bahia e pelo Brasil, pela literatura e pela vida, os nomes dos rebeldes que já se foram, depois de cumprir o juramento feito: Pinheiro Viegas, Alves Ribeiro, Da Costa Andrade, João Cordeiro, Dias da Costa, Edison Carneiro, Clóvis Amorim, Guilherme Dias Gomes, Emmanuel Assemany.

Resta-me dizer-vos obrigado, de todo o coração.

A Tarde — Sexta-feira, 8 de março de 1985
SAUDAÇÃO A JORGE AMADO

Wilson Lins

Na solenidade de ontem, na Academia de Letras da Bahia, realizada para a posse de Jorge Amado, o Escritor Wilson Lins proferiu o discurso seguinte, saudando o laureado romancista:

"Senhor Jorge Amado: por uma feliz coincidência, chegais a esta Casa com vossa vasta obra ficcional enriquecida por um novo romance, que ao lado de representar uma retomada da temática do cacau, e constituir um significativo avanço, tanto no que concerne à estrutura da História quanto à movimentação dos personagens, impõe-se pela fluidez do estilo. A julgar pelo frescor de sua linguagem e pela pujança de sua fabulação, se tivésseis batido à nossa porta 50 anos antes de sua publicação, certamente teríeis chegado aqui menos glorioso, porém não mais jovem. Entregue ao público no ano de vossa eleição para a cadeira que passais a ocupar, 'Tocaia Grande' veio a calhar para garantir a vossa condição de mais novo integrante deste sodalício. Por não terdes envelhecido ao longo das cinco décadas e meia, que separam este momento da tarde em que a Academia dos Rebeldes se reuniu pela primeira vez, no poeirento sótão cedido por um centro espírita, no Cruzeiro de São Francisco, não nos é dado, agora, saudar o septuagenário coberto de glória, que demorou tanto a buscar a nossa companhia, e sim o moço promissor por todo esse tempo esperado. E isto porque, desde os vossos primeiros livros esta Academia esteve a espreitar os vossos passos, na expectativa das galas desta noite, por não lhe ter escapado a profunda identidade entre a obra que começáveis a construir e os sentimentos e esperanças do nosso povo. E por nunca ter sido infensa à sabedoria po-

pular, que sempre ensinou que quem desdenha quer comprar, há de ter encarado a vossa presença entre os jovens fundadores da academia alternativa, como forte indício de que o verdadeiro alvo e vossos cuidados não era a nascente comandita de rebeldes, e sim ela própria. Daí jamais vos ter perdido de vista, e perseverar à vossa espera, mesmo depois de vos renderdes à sedução da opulenta rival que vos oferecia fardão, espada e jeton. Por certo se convencera de que, assim como se reconhecia incompleta sem a vossa presença, haveríeis de vos sentir mutilado em vossa baianidade, longe do seu reago. E tanto isso é verdade que, o que faltava para que a vossa identificação com a Bahia se fizesse perfeita e acabada, está dando lugar a esta festa, que transcende o significado que lhe emprestam o regime to e a tradição da Casa, por corporificar a união hipostática de todos os valores de nossa formação cultural.

A partir deste instante, já não sois apenas o obá do Axé do Apô Afonjá, da Fazenda Grande do Retiro, o ogan do liê Iya Omin Iyamansê, do Alto do Gantois, ou o grande conselheiro da Academia de Capoeira de Angola, de mestre Pastinha, mas também o titular da cadeira 21 da Academia de Letras da Bahia.

Convém, porém, ficar bem claro, que não vos fizesteis o acadêmico mais desejado e esperado por sua Casa, exclusivamente pelos vossos méritos literários. Por mais livros que escrevésses, uns após outros traduzidos para todas as línguas e dialetos do mundo, vossa numerosa obra não seria bastante para vos converter no candidato mais longamente aguardado, em toda a história desta Academia, não fosse a força irresistível da mensagem de solidariedade humana que ela transmite. De 'País do Carnaval' a 'Tocaia Grande', não há uma página vossa que não expresse uma nítida opção pelos oprimidos. É tão visível em vossos livros a preferência pelo explorados, quanto indistigável a condenação aos exploradores. Não sei de mais terrível íbelo contra o egoísmo dos fartos, nem de mais fraterna louvação ao solidarismo dos que não conhecem a fatura que 'A Morte e a Morte de Quincas Berro D'Água', novela com que trazeis de volta à literatura brasileira o riso vingador de Gregório de Mattos, o que a coloca como o mais baiano dos vossos romances. Injustamente acusado de destruidor, em razão dos livros que a antecederam, em suas páginas é que haveríeis de julgar com mais severidade a sociedade burguesa. Se em qualquer de vossas criações da fase rotulada de realismo socialista, estais, volta e meia, a induzir o leitor a comparar o artificialismo da vida das classes dominantes à autenticidade do cotidiano das camadas populares, é em 'Quincas Berro D'Água' que vos valeis com mais proveito desse recurso. Mas todo um longo caminho teríeis de percorrer, desde o vosso romance de estréia, até chegardes, num crescente conhecimento de realidade do povo, a essa obra-prima que iria marcar um novo direcionamento na vossa novelística.

Palmilhemos, porém, esse alongado caminho, partindo do seu começo. Em 'O País do Carnaval' ainda sois o estreado em busca de definições. Em consequência disso, o vosso Paulo Rigger é um insatisfeito com a Pátria e a família, não sabe o que fazer da vida, o que, de resto, acontece aos que com ele contracenam, inclusive os que acreditam haver encontrado um rumo, e se autodefinem como materialistas ou cristãos. No romance seguinte, já vos revelais um escritor engajado, tanto assim que insinuais, na breve nota prefacial que o acompanha, tratar-se de um romance proletário. Nele, tomais, claramente, o partido dos assalariados, postura que haveríeis de manter nos que se seguiram, quase que ano após ano, com uma pontualidade dificilmente verificável em outro escritor. 'Cau', 'Suor', 'Jubiabá', 'Mar Morto' e 'Capitães da Areia' podem ser alinhados como escalas de um roteiro, que sofrendo leve correção de curso em 'Terras do Sem Fim' e 'São Jorge dos Ilhéus', teria como ponto de chegada 'Seara Vermelha' e a trilogia 'Os Subterrâ-

neos da Liberdade'. Com os últimos atingíeis o zenite do engajamento a que fosteis conduzido pela vossa opção irretirável. Completada a escalada, quatro anos seriam decorridos sem que um novo romance vosso viesse a lume. Em 1958, a longa pausa seria interrompida, para surpreenderdes os vossos leitores com 'Gabriela, Cravo e Canela', uma história de amor em que, sem nenhuma lesão ao compromisso assumido desde o segundo romance, estendeis a vossa simpatia a outros segmentos da sociedade. A benevolência até então reservada às vítimas da exploração capitalista, é dividida com certos setores da classe média, daí a bonomia com que tratais o dono do Bar Vestúvio e sua eclética clientela. Não será forçar a mão inferir que a condição humana entrara a disputar espaço à luta de classe, na vossa nova visão dos problemas da sociedade. Como que deixais para trás o maniqueísmo socialista, que divide os homens em ricos, maus e pobres sem defeitos, porquanto ricos e pobres passam a merecer o mesmo sorriso calmo de indulgência. Não vem a pelo perquirir os motivos da saudável mudança, já que o que importa é ela se ter operado, e incidir com o surgimento dos romances de maior densidade humana de vossa trajetória de ficcionista. Sem menosprezar os anteriores, especialmente 'Terras do Sem Fim', 'São Jorge dos Ilhéus' e 'Seara Vermelha', que consolidaram o vosso prestígio literário no mundo, 'Gabriela' ampliou o vosso universo novelístico e abriu caminho a toda uma seqüência de realizações notáveis. Segue-se a ele o já mencionado 'Quincas Berro D'Água', que, vale repetir, marcaria de forma irreversível a vossa libertação dos parâmetros ideológicos. A opção pelos desamparados seria conservada intacta, só que isenta de sectarismo aliciador. Nele, os vossos conhecimentos da realidade do povo são temperados com abundantes porções de 'ridendo castigat mores', receita de que vos valeis, igualmente, em 'A Completa Verdade Sobre as Discutidas Aventuras do Comandante Vasco Moscoso de Aragão, Capital de Longo Curso', que, como se sabe, com ele faz pendant em 'Os Velhos Marinheiros'. Vem a seguir 'Os Pastores da Noite', 'Dona Flor e Seus Dois Maridos', 'Tenda dos Milagres', 'Tereza Batista Cansada de Guerra', 'Tieta do Agreste' e 'Farda Fardão Camisola de Dormir', que são exemplos de como o mesmo oleiro pode plasmar ijolos com a costureira consistência, servindo-se embora de massa mais amoliente. Nesses romances, como em 'Gabriela' e 'Os Velhos Marinheiros', a sanha planfletária da fase acoimada de destruidora é substituída pelo bom humor, mas nem por isso a vossa visão crítica se revelou menos rigorosa com as mazelas da sociedade. A troca das objurgatórias pelas boutades, não implicou em amaciamento em relação ao egoísmo e à hipocrisia dos beneficiários das desigualdades sociais. Verificou-se, apenas, que o que antes era profligado, passou a ser exposto à irrisão. A condenação do sistema de exploração do homem pelo homem não sofreu solução de continuidade: só que seria a golpes de gargalhadas que passaríeis a abrir brechas nas muralhas da cidadela assediada.

Já se disse e redisse que todo romance é político, por menos que o autor se dê conta disso. Os vossos, porém, o são de caso pensado. Neles, a consciência política é inseparável da função fabuladora, de modo a não ser oferecido ao vosso leitor um só episódio ou diálogo, que não o conduza a uma posição crítica face à sociedade. Às vezes é por pura intuição que acertais os pontos vlneráveis da organização social abominada pelo vosso espírito. Mas como a intuição é uma forma de conhecimento, nunca cometeis injustiça. Junte-se a isso, ter a vossa ficção muito de revelação mística. Não será exagero afirmar que um sopro de religiosidade varre os vossos romances. Digno de registro, ainda, é o fato de o materialismo de vossas convicções não vos obrigar a ignorar a vocação para o sobrenatural da maioria dos vossos personagens, do mesmo modo que o vosso engajamento na luta dos pobres não vos impedir de manifestar alguma simpatia

por este ou aquele aproveitador das situações anômalas em que é pródiga a sociedade vigente. No cerne de vossa preferência pelos fracos há de estar a vossa infância nas roças de cacau, já que, especialmente nos anos da conquista da terra, não era grande a distância entre a família do fazendeiro e os trabalhadores das roças. O mesmo fenômeno ainda hoje é observado nas regiões mais remotas e atrasadas do País, onde patrões e empregados são submetidos ao mesmo estado de abandono. De vossa estreita intimidade com a realidade dos pobres há de ter vindo a opção que faz de vossa obra um instrumento destinado a apressar a construção de uma sociedade democrática, num Brasil sem medo e sem tristeza.

Sr. Jorge Amado:

Por ser próprio do nosso povo, em meio a todas as agruras que o perseguem, manter-se alegre e não perder a esperança, vossa obra, a ele tão profundamente vinculada, reflete essa alegria e essa esperança, não sendo por outro motivo que as edições de vossos livros se sucedem a cada ano, na esteira da ininterrupta sucessão das gerações. O segredo do crescente interesse dos jovens pelos vossos livros não está nem no reconhecido fulgor do vosso estilo, nem nas inovações técnicas que costumais introduzir na estrutura da narrativa, e sim na agressiva atualidade dos problemas e situações por eles postos em discussão, o que talvez resulte da resistência de nossas elites às mudanças. Se não é fácil a um escritor conservar-se jovem, o mesmo há de suceder a um livro escrito há 50 anos, ou mais. No entanto, os vossos romances das décadas de 30 e 40 estão aí, reeditados anualmente, atraindo os jovens de hoje como atraíram os de ontem. E não é por meio de nenhum recurso mágico, ou fórmula secreta, e sim pela força irresistível da esperança que eles despertam nos leitores. Vivendo num tempo em que, como proclamou, em agosto de 1954, o Conselho Ecumênico das Igrejas, "numerosas pessoas estão sem esperanças", é natural que, os que ainda não aprenderam a desesperar, se atirem com voracidade às obras que conseguem o singelo milagre de acender a esperança em meio a todo desespero. Numa época em que os escritores se comprazem em recensear frustrações, os vossos livros primam por mostrar que o povo não se deixa frustrar, e com todos os motivos para se entregar ao desânimo ou à loucura, enfrenta a sua realidade com alegria, a ensinar que a esperança não vem de nenhuma ideologia que acena com uma Terra Prometida, e sim da confiança de cada povo em sua própria força.

Por tudo isso, a vossa obra, a despeito de condenar a ordem social vigorante, não anuncia o Apocalipse da História, e os vossos heróis, longe de constituírem o que Charles Moeller chamou de a ordem mendicante da revolução, flagrada por Malraux, na China em luta contra o imperialismo inglês, nos anos 20, são os gozadores do desconforto a zombar da ordem estabelecida, numa Bahia intemporal, que, até à consumação dos séculos, estará carregando os seus mortos pelas ladeiras, sem lamúrias e sem blasfêmias. O que distingue o mestiço de "A Condição Humana", do romancista francês que se ocupou da miséria da China aviltada pela ganância europeia, do vosso Quincas Berro D'Água, é que o primeiro busca, temerariamente, a morte, convencido de estar servindo à História, enquanto o segundo se recusa a morrer, por se ter colocado além da História. Kyo e seus camaradas são ardorosos candidatos a defuntos, e mais cedo ou mais tarde acabam morrendo pela causa a que servem, ao passo que mestre Manuel e seus comparsas de alegre velório se contentam em errar pelos bares, com o seu defunto às costas, acabando por não enterrá-lo. Aparentemente os dois grupos são antípodas. Mas só aparentemente, porquanto a reação de cada um, em face do sofrimento a que estão condenados, vem do mesmo sentimento de repulsa ao sistema que os esmaga. Desprovido de toda e qualquer religiosidade, impermeável ao espírito de solidariedade do cristianismo, Kyo é um ateu nato, que optou por "fazer-se pobre com os pobres",

para levá-los à luta contra o imperialismo branco herdeiro de toda uma tradição católico-burguesa, Quincas Berro D'Água é um céptico que faz a mesma opção, só que para chincalhar as normas de comportamento da sociedade de que se fizera marginal. O terrorista de Malraux age movido pelo ódio, o vosso pau-d'água pela alegria de viver. A morte de Kyo deu impulso à revolta por ele desencadeada; a de Quincas se cobriu de mistério, ensejando a que ele se convertesse em lenda, tantas as versões em torno dos fantásticos acontecimentos da noite do seu velório. Mas assim como o trucidamento do herói de Malraux não implicou em vitória do imperialismo invasor, o naufrágio do vosso boêmio (vivo, morto ou ressuscitado), não significou a derrota da alegre súplica que o tinha como guia e mestre.

O influxo de alegria, que torna mais viva a esperança que anima os vossos personagens, não é um artifício de que lançais mão, e sim uma constante que surpreendeis no comportamento do nosso povo. Por essa razão, não é por acaso que chegais a esta casa poucos dias depois de vossa obra haver servido de motivo para a ornamentação de nossa cidade, durante os festejos carnavalescos. Estais de tal modo envolvido com essa genuína manifestação da alma popular, que raro é o ano em que uma de vossas histórias não serve de tema a um samba-enredo de escola de samba, no Rio, em São Paulo, ou qualquer grande cidade brasileira. Na Bahia, este ano, o cumprimento dessa quase obrigação ganhou foros de consagração oficial. Mas ainda que a vossa velha cidade não se tivesse colorido de alegorias alusivas a vossos heróis, estariéis ungido pela afeição do povo baiano, que não se cansa de vos festejar, como o faz aqui e agora, não consentindo que a cerimônia de vossa posse se restrinja às normas do protocolo acadêmico. A celebração de vossa imortalidade baiana teria de contar com a adesão maciça dos componentes da cultura que encontra em vossa obra o estuário natural de todas as suas vertentes. Por isso é que, mesmo ofuscados pelo brilho desses lustres senhoriais, ou ausentes pela fatalidade da morte, aqui estão, em pessoa, ou em espírito, os babalaós e ialorixás de ontem e de hoje, os tocadores de atabaque e de berimbau de todos os tempos, os riscadores de milagres, os fazedores de ex-votos, os pescadores das ilhas e do mar aberto os saveiristas, os mestres da capoeira, os barraqueiros das feiras livres e do Mercado Modelo, os mágicos e os trovadores da Praça Cairu, esse santuário da cultura popular a ser urgentemente reconquistado para os bardos do cordel, de onde vos trago o veredito das ruas na poesia de Rodolfo Coelho Cavalcante, cujo folheto sobre vossa vida e vossos livros, como bem o sabeis, tem como fecho esta redondilha que me dispensa de continuar ocupando a vossa atenção e a do seletor auditório:

E assim findo o folheto
De Jorge a Biografia,
Retrato do seu perfil
Pintado na Poesia,
O seu nome está gravado
Na parede do Mercado,
No coração da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 163, DE 1984 (Em regime de urgência — art. 371, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 163, de 1984 (nº 1.913/83, na Casa de origem), que revoga o Decreto-lei nº 1.284, de 28 de agosto de 1973, que declarou o Município de Anápolis de interesse da segurança nacional (dependendo de pareceres das Co-

missões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional).

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 4, de 1985, de autoria dos Senadores Aloysio Chaves, Nelson Carneiro e Roberto Saturnino, solicitando, nos termos do Art. 371, alínea c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 218, de 1984 — Complementar, que cria o Estado do Tocantins e determina outras providências.

3

Votação, em turno único, do Requerimento nº 10, de 1985, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 371, alínea "c", do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 281, de 1983 — Complementar, que dispõe sobre a concessão do benefício auxílio-doença ao trabalhador rural.

4

Votação, em turno único, do Requerimento nº 15, de 1985, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos que colocaram em risco o controle acionário, pela União, da Companhia Vale do Rio Doce.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1981, do Senador Jorge Kalume, que dispõe sobre enquadramento de professores colaboradores e auxiliares de ensino e dá outras providências, tendo
Pareceres, sob nºs 654 e 655, de 1981, das Comissões:
— de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e Juridicidade, e, no mérito, favorável, e
— de Educação e Cultura, Favorável

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1979, de autoria do Senador Orestes Quercia, que acrescenta parágrafos ao Art. 517 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo
Pareceres, sob nºs 184 e 185, de 1984, das Comissões:
— de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e Juridicidade; e
— de Legislação Social, Favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta e modifica a redação de dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), tendo
Pareceres, sob nºs 298 a 301, de 1981, das Comissões:
— de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e Juridicidade e, no mérito, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CCJ;
— de Legislação Social, contrário; e
— de Economia, Contrária; e
— de Finanças, Contrário, com voto vencido do Senador Mauro Benevides.

8

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1980, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre a escola e a nomeação dos dirigentes das Fundações de Ensino Superior, tendo
Pareceres, sob nºs 747, 748, de 1981, das Comissões:
— de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e Juridicidade, com voto vencido, em separado, do Senador Moacyr Dalla; e
— de Educação e Cultura, Favorável.

9

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da Constitucionalidade, nos termos do Art. 296 do regimento interno), do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, que dispõe sobre aposentadoria especial do músico, tendo

Pareceres, sob nº 1.032, de 1980 e nº 415 de 1984, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, 1º **Pronunciamento**: pela inconstitucionalidade; 2º **Pronunciamento**: (reexame solicitado em Plenário) — ratificando seu parecer anterior.

10

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296, do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1980, de autoria do Senador Pedro Simon, que revoga a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências, tendo

Parecer, sob nº 1.144, de 1981, da Comissão
— de **Constituição e Justiça**, pela injuridicidade.

11

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1984 (nº 616/83, na Casa de origem), que equipara às empresas jornalísticas, para fins de responsabilidade civil e penal, as empresas cinematográficas, tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs 672 e 673, de 1984, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**; e
— de **Educação e Cultura**.

12

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da Constitucionalidade, nos termos do Art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1980, de autoria do Senador Henrique Santillo, que revoga o Decreto-Lei nº 1.284, de 28 de agosto de 1973, que declarou o município de Anápolis de interesse da Segurança Nacional, e dá outras providências, tendo

Parecer, sob nº 13, de 1982, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela Inconstitucionalidade, com voto vencido do Senador Nelson Carneiro.

(Dependendo da votação do requerimento nº 12/85, do Senador Henrique Santillo, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Constituição e Justiça).

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 10 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. GABRIEL HERMES NA SESSÃO DE 1º-3-85 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O-SR. GABRIEL HERMES (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Como homem da Região Amazônica, aproveito esta primeira sessão do Senado para dar rapidamente duas notícias: Uma, da obra que já se realizou dentro da Amazônia, de maior vulto, que é a Hidrelétrica de Tucuruí, construção que, sem dúvida alguma, marca o Governo do Presidente João Figueiredo como aquela que mais oferece recursos ao desenvolvimento e aproveitamento das riquezas da Região Amazônica.

Outra obra cuja infra-estrutura não pode deixar de ser registrada é a da estrada de ferro que liga o porto de Itaquí, no Maranhão, atravessando de uma banda a outra toda a floresta amazônica, até alcançar a Serra dos Cara-

jás. Essa estrada de ferro, pela sua extensão, pela qualidade de sua construção e pelos serviços que vai prestar, não apenas na exportação do ferro, mas no desenvolvimento da região, precisa ser lembrada como uma das obras de infra-estrutura de relevância, deste Governo, pelo que ela representa para o desenvolvimento da Região Amazônica.

Sr. Presidente, essas obras foram compromisso do Presidente João Figueiredo no seu Governo, porém um outro compromisso que veio do Governo anterior, o do Presidente Ernesto Geisel, foi a construção da hidrovía, que dependia das eclusas de Tucuruí. Estas, as eclusas, apesar de todas as dificuldades, e incompreensões, prosseguem, e não podem e não devem ser paralisadas, precisam ser concluídas, pois elas darão ao Brasil a ligação quase daqui de Brasília, quando da sua conclusão, até o Amazonas, com a saída por um grande porto, já construído também neste Governo, que é o ponto de Vila do Conde, ligando todo o Planalto Central-Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Pará. É uma obra fundamental ao desenvolvimento, pois nascendo quase às proximidades de Brasília, chega ao Atlântico, liga o Tocantins com o Amazonas e, finalmente, com o Acre e todos os rios afluentes da bacia amazônica.

Essas eclusas, Sr. Presidente, são uma obra que ficou para o Presidente Tancredo Neves. Ainda, há dias, em visita que fizemos ao ilustre Presidente eleito, em companhia de colegas desta Casa e grupos industriais, entregávamos a Sua Excelência um trabalho, lembrando a significação para o progresso da região, o complemento das obras iniciadas a fim de que se torne realidade o projeto integrado dos vales e o Programa Grande Carajás, e possam ser aproveitadas todas as riquezas, e realizado um transporte econômico das produções de Goiás, Mato Grosso, e exportado economicamente para todo o Brasil e para todo o mundo. Sobre a construção dessas eclusas e da hidrovía ouvimos de Sua Excelência o Presidente Tancredo Neves, a simpatia por essa obra que complementa, com a hidrelétrica, com o porto de Itaquí, com a estrada de ferro, com o porto de Barcarena, a maior cadeia de desenvolvimento que se fez neste País.

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Exª um aparte?

O SR. GABRIEL HERMES — Ouço, com muito estima V. Exª

O Sr. Gastão Müller — Senador Gabriel Hermes, V. Exª tem sido o porta-bandeira dessa luta que nós, da Amazônia, empreendemos em todo o Brasil pela construção e conclusão das eclusas de Tucuruí. Quando o eminente Presidente eleito Tancredo Neves esteve em Cuiabá, no seu comércio magistral ali realizado, o PMDB de Mato Grosso apresentou a Sua Excelência, por escrito, várias sugestões na área administrativa; e uma das que foi incluída neste documento, por minha inspiração, e por inspiração que recebi de V. Exª...

O SR. GABRIEL HERMES — Muito obrigado a V. Exª

O Sr. Gastão Müller — Foi a continuidade da construção e conclusão das eclusas de Tucuruí, porque nós, como V. Exª, achamos que essa é uma obra vital para o desenvolvimento da Amazônia e daqui do Brasil. São dois mil quilômetros de estrada de água, ou seja, de hidrovía, até acima de Barra do Garça, numa cidade mato-grossense chamada de Torixoreu, que fica em frente a uma cidade goiana de Baliza. Pelos trabalhos feitos das eclusas chega-se com a navegação até essas duas cidades, bem perto de Brasília, como V. Exª diz, e que beneficiará enormemente os Estados da Amazônia Legal, especificamente, até o Distrito Federal. De modo que V. Exª pode contar com o PMDB de Mato Grosso, com o meu esforço e com o esforço do PMDB brasileiro, para que sensibilizemos enfaticamente o Presidente Tancredo Neves, para que S. Exª não permita que se pare essa obra tão

importante para o progresso e desenvolvimento do Brasil. Parabéns a V. Exª porque continuará a ser o meu porta-bandeira nessa luta pelas eclusas, que tão bem preconizamos para àquela região.

O SR. GABRIEL HERMES — Sr. Presidente, só tenho a agradecer pelas palavras tão confortadoras desse meu querido colega do Mato Grosso.

O Sr. Jorge Kalume — Permite V. Exª um aparte?

O SR. GABRIEL HERMES — Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Jorge Kalume — Quero manifestar minha alegria pelo pronunciamento que V. Exª faz nesta tarde, exaltando uma das grandes obras realizadas na nossa querida Amazônia, obras prosseguidas pelo Presidente João Figueiredo que, inegavelmente, no campo administrativo se engrandeceu. A estrada de ferro que vai contribuir para o escoamento de Carajás, que foi inaugurada agora, e o porto de Itaquí representam parte do desenvolvimento econômico não só da Amazônia mas do nosso próprio Brasil, pelas divisões que vai carrear para melhorar a nossa situação financeira. Quero dizer a V. Exª — e sempre defendi isso, aqui, como toda a Bancada da Amazônia — que a Amazônia tem que ter um tratamento diferenciado. Eu sempre disse aqui que a Amazônia tem um corpo de gigante contêbrebro de criança. Não se pode aplicar na Amazônia as mesmas leis, inclusive tributárias, que se aplicam nos Estados mais desenvolvidos. Daí a defesa que venho fazendo de uma secretaria especial para gerir os assuntos da Amazônia, desvinculando-a do Ministério do Interior; a isenção do Imposto de Renda para as pessoas físicas e jurídicas durante 10 anos, para atrair capitais de outros Estados ou de outros países, para sacudir com mais energia aquele gigante; e o aumento do IOF. Enquanto para o Nordeste da arrecadação do IOF são destinados 8%, para a Amazônia são destinados 4%. Não sei se houve alteração agora, durante o recesso. Advogamos 8% para a Amazônia e 10% para o Nordeste. Portanto, nesta oportunidade, eu me congratulo com V. Exª pelo magnífico pronunciamento que está fazendo, louvando a ação administrativa do dinâmico Presidente João Figueiredo.

O SR. GABRIEL HERMES — Nobre Senador Gastão Müller, em primeiro lugar devo dizer que fiquei muito grato com as palavras de V. Exª Sempre tivemos a colaboração, o apoio nesta luta que é nossa, de Mato Grosso, de Goiás. A hidrovía há de fazer a saída das riquezas da nossa região, principalmente daquelas renováveis e que não se acabam, além dos minérios, o escoamento da produção agrícola, sendo que o seu Estado de Mato Grosso assim como Goiás poderão ser grandes exportadores para todo o mundo e para o Brasil.

O Sr. Almir Pinto — Permite V. Exª um aparte?

O SR. GABRIEL HERMES — Já darei a palavra a V. Exª, Senador Almir Pinto.

V. Exª, Senador Gastão Müller, me deixou profundamente satisfeito com o seu apoio. Não é uma luta que não tenha o sentido de amor ao desenvolvimento do nosso País e da nossa região, o de defender a transformação desses caminhos que andam, que são os rios para aproveitamento do nosso território. Quando lembramos a estrada de ferro, não podemos deixar de louvá-la, mas não podemos deixar de apelar para que se façam as eclusas e se transforme o Tocantins e o Araguaia na maior hidrovía do mundo, porque o Tocantins e o Araguaia até a sua foz somam 2.000 quilômetros, e se ligam com o Amazonas. Quantos mil quilômetros mais! E ainda, os afluentes do Amazonas.

Como não ficará toda essa região irrigada por uma rede riquíssima de transporte, numa área cuja população cresce a cada ano, porque ali está um centro nevrálgico de riquezas minerais, sem dúvida nenhuma, como tam-

bém riquezas agrícolas do Brasil. Até mesmo o cerrado, que está recebendo recurso de todo o exterior; e ontem mesmo liamos nos jornais, notícia de mais um empréstimo feito por um acordo do Brasil com o Japão, no sentido de se aproveitar o cerrado, que pede apenas água e a inteligência humana para ser um centro de produção para agricultura, sobretudo. Vejam que o caminho natural para o escoamento disso tudo é o rio.

Aí o meu agradecimento, nobre Senador, como também ao meu querido companheiro Senador Jorge Kalume, que sempre nos acompanhou, nos apoiou e permitiu que, contra a má vontade e a incompreensão de alguns, não parasse o andamento das eclusas. Nisso há que se fazer justiça ao Presidente Figueiredo, que mesmo enfrentando informações, às vezes infelizes, não deixou nunca de dar o seu apoio e fazer com que chegassem verbas ao andamento das eclusas. Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Almir Pinto — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. GABRIEL HERMES — Ouço V. Ex^a, nobre Senador.

O Sr. Almir Pinto — Nobre Senador Gabriel Hermes, digo a V. Ex^a que marcos indelévels fixarão na memória do povo brasileiro a exuberância da administração do Governo João Figueiredo. E a Amazônia parece ter sido o ponto mais visado por Sua Excelência para conceder àquela riquíssima região a sua independência econômica. Chegamos juntos aqui, em 1979, no início da legislatura, e sempre, como bem disse o nobre Senador Gastão Müller, lutava por Carajás, pelas eclusas do Tocantins. Finalmente, V. Ex^a, como bem afirmou há pouco o Senador Gastão Müller, era o porta-bandeira das grandes e sentidas reivindicações da Amazônia. A inauguração, ontem, daquela ferrovia, a inauguração de Tucuruí, o que está acontecendo hoje em Marabá são fatos notáveis que jamais serão esquecidos pelo povo brasileiro, e foram todos eles realizados por Sua Excelência o Senhor Presidente João Baptista Figueiredo. Por conseguinte, nobre Senador Gabriel Hermes, quero felicitar V. Ex^a e, através de V. Ex^a, o povo amazonense, o povo paraense, finalmente o povo mato-grossense, o povo de toda a Amazônia. Isso sem falar na BR-064, que é justamente Cuiabá-Porto Velho, uma obra realizada também pelo Governo João Baptista Figueiredo. Está a Amazônia de parabéns, assim como V. Ex^a também.

O SR. GABRIEL HERMES — Muito obrigado.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GABRIEL HERMES — Com muito prazer.

O Sr. José Lins — Quero, nobre Senador Gabriel Hermes, congratular-me, através do discurso de V. Ex^a, com o Presidente Figueiredo, com o seu Governo, pela inauguração de Carajás. Acho que Carajás faz parte, como ponto de apoio, para a redenção não só do Norte como do Nordeste. Já hoje as repercussões das atividades desenvolvidas naquela área, no setor mineral, e a expectativa do desenvolvimento agrícola, numa ampla região, em função do Projeto Carajás, está influenciando, de modo claro e substancial, a indústria do Maranhão, e não só do Maranhão como de todo o Nordeste. O Nordeste vai precisar cooperar com vários dos empreendimentos que ali se desenvolvem, e com essa cooperação, certamente, abrirá perspectivas novas, que terão grande influência para o levantamento da situação econômica da região, evidentemente com reflexos no campo social que poderão se tornar realmente extraordinários. De modo que fica esses meus parabéns, no reconhecimento do esforço do Presidente Figueiredo e do governo anterior, para a instalação de Carajás. E quero também me congratular com V. Ex^a pela luta que vem desenvolvendo pelo aproveitamento da área, sobretudo pelo estabelecimento das eclusas. Seria um crime, nobre Senador, se o Governo ao

fazer uma obra daquela não pensasse nessas eclusas. Eu mesmo desenvolvi uma intensa luta pelas eclusas do São Francisco, em Sobradinho, hoje — luta vitoriosa — reconheço que V. Ex^a tem inteira razão, mesmo porque o rio foi considerado uma das alternativas para o escoamento da produção da região de Carajás, e sem as eclusas — evidentemente — uma ampla faixa de possibilidades de transporte hidroviário ficaria prejudicada. De modo que V. Ex^a tem razão na sua luta, e eu espero que ela seja vitoriosa para o bem do País, sobretudo para seu Estado como também para a nossa região.

O SR. GABRIEL HERMES — Sr. Presidente, concluo agradecendo o apoio desses meus queridos companheiros e dizendo a V. Ex^a que está de parabéns e muito grata ao Governo do Presidente João Figueiredo, a Amazônia, acentuadamente o Pará e a região do Tocantins-Araguaia.

Deixa Sua Excelência a quarta maior hidrelétrica do mundo, e a maior do Brasil, antes de terminar o seu governo. Concluída na sua primeira parte, mas continuando os seus trabalhos, a Hidrelétrica de Tucuruí, ao final, dará mais de 8 milhões de energia a toda região.

Está concluída a estrada de ferro que ele acaba de inaugurar há poucos dias, ligando o porto de Itaqui, no Maranhão, à Serra de Carajás, e estão em andamento as eclusas.

Portanto, não poderíamos deixar de dizer aqui que essas obras marcam o governo e marcam o agradecimento que nós devemos a ele. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ITAMAR FRANCO NA SESSÃO DE 13-3-85 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A Casa conhece o meu pensamento acerca do Distrito Federal.

Ao longo dos anos tenho defendido, Sr. presidente, desta tribuna, da necessidade de que Brasília tenha uma representação política. Cheguei, inclusive, Srs. Senadores, a apresentar duas Propostas de Emenda à Constituição objetivando alterar a nossa Lei Maior para possibilitar que Brasília tivesse uma Assembléia Legislativa.

E neste instante, Sr. presidente, em que o Senhor Presidente eleito da República, o Dr. Tancredo Neves, examina, ou deve estar examinando, um nome para ser enviado ao Senado da República para ser o Governador do Distrito Federal, eu gostaria de recordar que quando aqui cheguei encontrei uma lacuna no Regimento Interno da Casa. Evidentemente, a lacuna maior é esta de não permitir que a nossa Capital tenha a sua representação política, ou a nível de Assembléia, ou com a eleição de deputados e senadores, como outras emendas mais tarde apareceram no nosso cenário político.

Mas, é verdade que encontrei dentro da Constituição atual, e dentro do Regimento da Casa, uma lacuna que procurei preencher, porque, por incrível que pareça, o Governador do Distrito Federal era indicado e sequer comparecia à Comissão do Distrito Federal para lá ser sabatinado, para lá mostrar ou tentar mostrar as diretrizes do seu governo.

Então, através de projeto de resolução de nossa autoria e que foi aprovado e promulgado pelo Presidente do Senado, no dia 19 de outubro de 1979, ficou definida a obrigatoriedade da presença do candidato ao Governo do Distrito Federal de comparecer à Comissão do Distrito Federal.

Evidentemente, Sr. presidente e Srs. Senadores, não basta apenas o comparecimento na Comissão do Distrito Federal. Este nome deverá ser submetido a votação secreta do Plenário do Senado. E agora eu me permito, evidentemente não entrando na área do Presidente eleito

Tancredo Neves, de demonstrar e solicitar a Sua Excelência que a escolha desse nome, deve representar realmente os anseios daquilo que está se chamando a Nova República, os novos rumos democráticos para esse País.

Tenho dito, Srs. Senadores, que a chamada transição democrática termina no dia 15. O Governo, a partir do dia 15, não pode mais ser chamado de um governo de transição democrática, ele tem que ser chamado de um governo democrático. A transição termina exatamente no dia 15, com a posse do Dr. Tancredo Neves.

Se esse Governo é democrático, ou se pretende democrático, apesar das forças heterogêneas que compõem hoje o Ministério de Sua Excelência, é necessário que, acima de tudo, o candidato escolhido para o Governo do Distrito Federal, até que a nossa Capital possa escolher livremente o seu Governador, a sua Assembléia Legislativa, os seus deputados e os seus senadores, é preciso que esse homem venha corresponder aos anseios da comunidade brasileira e esteja imbuído dos propósitos de ouvir, sobretudo, Sr. Presidente, a população da nossa Capital. Continuo afirmando que o Senado da República não tem a estrutura adequada sequer para fiscalizar os atos do Governador do Distrito Federal. E aqui não vai nenhum combate aos Srs. Senadores que compõem esta Comissão, já que também no passado, Sr. Presidente, ao longo de quase seis anos, fiz parte da Comissão do Distrito Federal. Mas a verdade é que nós não estamos aparelhados para cumprir a finalidade que a Constituição Federal outorga ao Senado da República, e muito menos o nosso Regimento Interno.

Costumo dizer que nós, Senadores, aqui chegamos preocupados com as questões nacionais, preocupados com as questões do nosso Estado. Veja o meu caso, Sr. Presidente.

Vim conduzido, já pela segunda vez, pelo povo de Minas Gerais, e a minha preocupação máxima se dá com os problemas atinentes ao meu Estado, e com os problemas que dependem, evidentemente, do Senado da República, nas questões nacionais. Quando o Senador da República ocupa o microfone para reclamar do problema de água, luz, esgoto, calçamento ou iluminação do Distrito Federal, fica, Sr. Presidente, como se fosse uma heresia, que um Senador da República tivesse que ocupar a tribuna da mais Alta Câmara do País para reclamar, às vezes, de uma capina numa superquadra qualquer da zona norte ou da zona sul, ou de alguma cidade satélite. É por isso que sempre defendi, e continuo defendendo, a necessidade de uma representação política para a Capital do nosso País e, particularmente, a existência de uma Assembléia Legislativa.

É a razão pela qual, Sr. Presidente, após a escolha do Ministério do Dr. Tancredo Neves, a quem não me compete dar palpites e nem discordar, palpito dei e discordo quando do Governo de Minas, porque lá percorri o Estado em companhia de Sua Excelência e pude, então, naquele momento em que ele escolhia o seu secretariado, discordar do seu aspecto político, e não pessoal, da formação do seu secretariado, quero dizer que, quanto a essa força heterogênea que se forma, o nosso desejo é que, sob o comando do Presidente eleito Tancredo Neves, ela possa vir tornar-se realmente um corpo homogêneo para conduzir o País para a sua verdadeira normalidade democrática.

Portanto, Sr. Presidente, nestas breves palavras, o meu desejo é de que o Senhor Presidente da República, Dr. Tancredo Neves, analise com bastante cuidado, porque ninguém pense que o Senado da República vai aprovar qualquer nome, ninguém pense que o Senado da República não vai debater e não vai questionar, dentro dos novos rumos que aí estão, da Nova República que se pretende implantar neste País, qualquer nome que venha a ser indicado por Sua Excelência, o Senhor Presidente da República.

O Sr. Gastão Müller — Senador Itamar Franco, V. Ex^a falou, com muita propriedade, sobre o assunto, mas

há um ponto em que estou no ar, com relação ao pensamento de V. Ex^a quando falou em representação do Distrito Federal. Pergunto, para discutir: V. Ex^a aceita a representação, como eu acho que deve ser, de vereadores?

O SR. ITAMAR FRANCO — Nobre Senador Gastão Müller, eu apresentei sugestão, quando cheguei a esta Casa, e lá se vão alguns anos, pois entendia que nós deveríamos dar uma representação a nível de Assembléia Legislativa, para que, no futuro, pudéssemos caminhar para a Câmara de Vereadores nas cidades satélites. Posteriormente algumas emendas foram apresentadas, inclusive com nosso apoio, permitindo a eleição de Deputados e eleição de Senadores. Mas considero primordial, na primeira etapa, a Assembléia Legislativa para evitar exatamente o que tem acontecido: é que o Senado da República, desaparelhado, não pode cuidar dos problemas atinentes à população brasileira, que fica realmente desassistida da nossa ação. E o Governador do Distrito Federal tem um largo caminho a sua frente sem qualquer fiscalização do Senado da República. Não por culpa de nós Senadores, não por culpa, como já disse dos Senadores que integram ou já integraram a Comissão do Distrito Federal, mas exatamente porque a infra-estrutura da Casa não corresponde à realidade normativa dos dias atuais, que exige que o povo participe da ação administrativa do Governo.

Este tem sido sempre o meu pensamento e não sei se aclaro, com esta intervenção, o aparte com que V. Ex^a honrou o meu discurso.

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Ex^a um outro aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Pois não!

O Sr. Gastão Müller — Concluindo minha colocação acho que deveria pensar em uma representação a nível de vereador. Não é possível que cidades como Taguatinga, que dizem ter quase meio milhão de habitantes, não tenham uma representação municipal. Deveria ser enquadrada, nesse pensamento, a presença dos vereadores no Distrito Federal e em suas cidades-satélites. Este é o meu ponto de vista, que não sei se está dentro da legislação atual e dos princípios constitucionais. Se não me engano, o Distrito Federal é um todo, essas cidades-satélites significam um artifício que se estabeleceu para esses grandes conglomerados urbanos que constituem o Distrito Federal.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a citou bem o exemplo de Taguatinga. Veja que sou de Juiz de Fora, segunda cidade do Estado de Minas, e, demograficamente, Taguatinga já supera a segunda cidade do Estado de Minas Gerais. E não tem representação política.

O Sr. Henrique Santillo — Concede-me um aparte, nobre Senador.

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer.

O Sr. Henrique Santillo — Quero, também, colocar-me ao lado daqueles que lutam, há bastante tempo, pela representação política de Brasília, no Senado e na Câmara, pela constituição de uma Assembléia Legislativa e pela eleição direta de governador. Até espero que o futuro governador deste Distrito Federal, indicado por S. Ex^a o Presidente Tancredo Neves, e homologado pelo Senado, seja bastante transitório e que o de Brasília possa conquistar o que, a meu ver, é hoje uma aspiração bastante acentuada, o direito de eleger pelo voto direto o seu governador. Quero também dar um pequeno palpite na parte que diz respeito ao Ministério que acaba de ser anunciado. Estou esperando que as pressões da sociedade brasileira por mudança possam, de certa forma, homogeneizar essa equipe, que foi ontem anunciada, sob o comando do futuro Presidente Tancredo Neves. O compromisso com a mudança é bastante acentuado para ser

esquecido e estou certo de que ele pode e deve ser cumprido.

O SR. ITAMAR FRANCO — Agradeço a intervenção de V. Ex^a, Senador Henrique Santillo. O pensamento de V. Ex^a é por demais conhecido na defesa também intransigente de que Brasília tenha a sua representação política.

E quanto ao Ministério, eu já disse, aqui, as forças heterogêneas que o compõem, mas da esperança, também, de que ele possa ter um efeito democrático para esse País. Apenas lamentando, Senador Henrique Santillo, V. Ex^a me dá essa oportunidade apenas lamentando — mas sempre frisando que cabe ao Senhor Presidente da República a escolha dos nomes — que não se encontre na Casa Civil um dos mais leais colaboradores do Presidente Tancredo Neves, um grande parlamentar, um grande homem público que, ao longo da sua vida, tem servido a Minas Gerais com probidade, com dedicação e com acendrado amor à causa pública, que é o Deputado Carlos Cotta. Lamentei apenas, sem qualquer interferência do Ministério, que na Casa Civil do Senhor Presidente da República não se encontre o Deputado Carlos Cotta. Sua Excelência o Senhor Presidente da República, deve ter tido suas razões para escolher outro nome que não o do Deputado Carlos Cotta. Mas gostaria de deixar aqui, aproveitando o aparte de V. Ex^a, Senador Henrique Santillo, para que conste dos Anais, a minha surpresa pela não escolha do Deputado Carlos Cotta.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Ouço com muita atenção, V. Ex^a, Senador Fábio Lucena.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador Itamar Franco, como sempre os discursos de V. Ex^a não são para serem ouvidos e, sim, para serem escutados — sorte que eu estou escutando o discurso de V. Ex^a. Entendo que a discussão a respeito da representação política de Brasília deve ser encerrada na próxima sexta-feira, ou melhor, amanhã, quinta-feira, porque depois de segunda-feira não há mais o que discutir sobre representação política em Brasília. Há que se dar, isto sim, a representação política ao Distrito Federal. É o primeiro grande teste a que nós vamos submeter, nós do PMDB em particular, as reais convicções democráticas do Governo que se instala, constitucionalmente, no próximo dia 15. É a minha opinião, nobre Senador: esta discussão tem que ser encerrada amanhã, por que faz 25 anos, no dia 21 de abril, que se discute se Brasília deve ou não ter representantes. A maioria dos Senadores e dos Membros da Câmara dos Deputados entendem que Brasília deve ter a sua representação, inclusive com a escolha do seu Governador, pelo processo direto. Essa discussão já entediou a Nação inteira e, a partir de segunda-feira, o Presidente Tancredo Neves está no dever, no indeclinável dever, de dar tudo de seu Governo, de cooperar com o Congresso Nacional a fim de que se apresse, com a pressa de quem presta assistência a uma vítima de colapso cardíaco, por exemplo, a fim de que se apresse o advento da representação política no Distrito Federal.

Era o aparte que eu me sentia no dever de dar a V. Ex^a

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado, Senador Fábio Lucena por esta intervenção.

O Sr. Passos Pôrto — Permite V. Ex^a uma aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — E vamos aguardar, e vamos esperar que a Nova República venha a dar à Brasília aquela representação de que ela precisa e que ela merece.

Ouço V. Ex^a, nobre Senador Passos Pôrto.

O Sr. Passos Pôrto — Senador Itamar Franco, o discurso de V. Ex^a não é para ser ouvido, é para ser discutido. A sugestão de V. Ex^a, para que seja criada uma As-

sembléia Legislativa, parece-me que não se compatibiliza com a harmonia constitucional, porque sendo — Brasília um Município neutro e não um Governo de Estado, não há por que ter uma Assembléia Legislativa. Eu, que conheci a representação do Distrito Federal, no Senado e na Câmara, e que conheci a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, tenho a impressão de que esta seria inicialmente a melhor forma de se levar também os ventos da democracia à sede do Governo. Quanto à eleição direta de Governador, tenho as minhas restrições. Inicialmente, porque Brasília ainda não é uma cidade financeiramente consolidada — mais de 40% do seu Orçamento são de transferência de recursos da União. Veja V. Ex^a a dificuldade que teria um Governador eleito aqui, de oposição, ser mantido pelo Governo Federal, pelo Presidente da República de outro partido, de outra facção política. Acresce ainda a esta circunstância o fato é de que Brasília é a sede do Governo, da Presidência da República, onde estão presentes o Corpo Diplomático e os interesses internacionais do País. Creio que não se fugiria à representatividade democrática de uma país ter o governador do distrito da confiança do Presidente da República, sobretudo porque ele é submetido a quem de direito, que é o Senado Federal, que representa a federação política do país. De modo que eu gostaria também de explicar a V. Ex^a o meu pensamento, achando que Brasília poderia ter seus Deputados e Senadores já nas eleições de 86, a sua câmara municipal, mas preservaria o Governo do Distrito Federal como indicação do Presidente da República, porque nenhum governador pode administrar Brasília sem a ajuda permanente do Senhor Presidente da República.

O SR. ITAMAR FRANCO — Nobre Senador Passos Pôrto, V. Ex^a iniciou falando em harmonia constitucional. Harmonia ou desarmonia dependeria de quem lê a pauta musical hoje, neste País, e pretendemos que essa harmonia constitucional seja mantida agora pelo Presidente Tancredo Neves.

Veja V. Ex^a que a nossa discordância, no momento, é apenas que V. Ex^a defende a Câmara de Vereadores e eu defendo a assembléia legislativa, mas defendendo a Câmara de Vereadores para as cidades-satélites.

Senador Passos Pôrto, se apenas dêssemos uma representação política para Brasília a nível de Câmara dos Deputados e a nível de Senado da República, nós não resolveríamos os problemas de Brasília. E por que não? Porque quando o Congresso Nacional entra em recesso, que é por demais prolongado: o recesso de julho e depois o absurdo recesso de cinco de dezembro a primeiro de março, em que ficamos com umas férias muito extensas, Brasília ficaria sem qualquer representação naquele momento se tivéssemos só a representação a nível Federal de Deputados e Senadores. Portanto, quando V. Ex^a fala na desarmonia constitucional com a assembléia legislativa nós discordamos, porque essa assembléia legislativa é que poderia, realmente, gerir os destinos da Capital brasileira porque estaria mais de perto com o governador do Estado. Agora, V. Ex^a acha que governador não deve ser eleito pelo processo direto, nós outros achamos que, no futuro, poderá ser eleito pelo processo direto.

O Sr. Mauro Borges — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Nobre Senador, permita-me apenas terminar o meu raciocínio. Em seguida ouvirei, pela ordem, o aparte do nobre Senador Mauro Borges e depois o aparte de V. Ex^a, com muita honra, que tem sido o meu guru, nesta Casa, ao longo dos anos.

Portanto, nobre Senador Passos Pôrto, as nossas diferenças não são tão fundamentais. O importante é que a Capital tenha a sua representação política, ou a nível da Câmara de Vereadores ou a nível da assembléia e a nível da Câmara Federal e do Senado da República.

Ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador Mauro Borges.

O Sr. Mauro Borges — Nobre Senador Itamar Franco, o assunto que V. Exª aborda é, realmente, de âmbito nacional e mais particularmente para o povo do Distrito Federal. V. Exª aborda com conhecimento e com experiência um assunto que, hoje, é o mais urgente, o mais importante, sob o ponto de vista político, para a população do Distrito Federal. Estou inteiramente de acordo com V. Exª, apenas divergindo de um detalhe: acho que, realmente, não há uma democracia sem vereadores. O vereador é o elo essencial da cadeia democrática; é ele quem atende aos primeiros reclamos do povo; é ele que está próximo e pode ter o acesso do povo pois na verdade, uma comissão de senadores representa muito mais os interesses da União do que, realmente, os interesses do povo desta Cidade. Acho que ele deve continuar a existir, mas não dessa forma, com esse caráter que possa parecer de substituir os vereadores. Com relação ao ponto de vista de V. Exª sobre a assembléia, eu gostaria de aprender mais a forma pela qual vê o assunto. No que diz respeito à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, parece que ninguém se opõe. Enfim, que se pretende é uma democracia local, uma participação local e uma representação no Parlamento Nacional. Isto é importante, porque o povo de Brasília é um dos mais preparados, um dos mais instruídos, um dos mais cultos do País. Tenho certeza que daria uma contribuição de grande importância à qualidade do nosso Parlamento. No que tange ao Governo do Estado, quando fiz uma proposta de representação política ao Governo do Distrito Federal, propus que o Presidente continuasse com o direito de escolher, mas submetesse ao referendo popular para tornar mais democrática, homologar a decisão do Presidente. Mas, Sua Excelência não adotou essa opinião, disse com muito entusiasmo e muita firmeza — e isto não foi dito apenas a mim pessoalmente, mas também aos jornalistas e foi amplamente publicado na imprensa — que era favorável à eleição direta para governador. Portanto, estou certo de que Sua Excelência há de aproveitar a oportunidade das eleições gerais de 1986, para criar a representação política de Brasília, totalmente, nas eleições de 1986, sobretudo, o de governador, porque é da maior importância para o futuro e para o interesse do povo desta região. Muito obrigado.

O SR. ITAMAR FRANCO — Veja, Senador Mauro Borges...

O Sr. Odacir Soares — V. Exª me permite um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — ...eu não sou contra a representação a nível da Câmara dos Deputados e do Senado da República, em absoluto. Apenas acho que deve ter a complementação ou com a assembléia ou com a câmara de vereadores. Não pode haver apenas a representação no Senado e na Câmara dos Deputados. V. Exª me desperta a atenção para uma reflexão que já fiz nesta Casa. Veja: o Senhor Presidente da República indica o Governador do Distrito Federal, esse homem é sabatinado pela Comissão do Distrito Federal, aprovado ou não por esta Comissão, vem a plenário em votação secreta, o plenário do Senado aprova esse homem. Agora, veja depois a seqüência, nobre Senador Mauro Borges: a critério do Presidente da República, mesmo aprovado no Senado, dois meses depois S. Exª pode substituir esse homem, e nós o aprovamos, somos co-responsável pela nomeação desse cidadão e, no entanto, o Senhor Presidente da República pode a qualquer momento demiti-lo, porque ele é um homem demissível, ad nutum, a critério do Senhor Presidente da República, quando o Senado da República passa a ser co-responsáveis pela indicação desse homem e, evidentemente, daquela análise que já fiz, se somos co-responsável teríamos a co-responsabilidade na sua administração. Mas nós não temos uma estrutura adequada — repito — para sequer fiscalizarmos os atos do Chefe do Executivo.

O Sr. Mauro Borges — Perfeitamente!

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, nobre Senador Nelson Carneiro, concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Nelson Carneiro — V. Exª se referiu ao largo período de recesso de 5 de dezembro a 1º de março. Quero dizer a V. Exª que o Parlamento brasileiro é um dos que funcionam em maior período de tempo. Se V. Exª estudar o funcionamento do Parlamento em todo o mundo, verá que o Parlamento brasileiro é um dos raros que trabalham durante oito meses. Raros são os parlamentos que fazem isso. Exatamente porque se entende que uma parte do ano os parlamentares devem voltar aos seus Estados, às suas províncias para então, em contato com essas multidões, trazerem os seus anseios, as suas críticas para o debate. V. Exª poderia justificar, talvez, com a extensão, dividindo esse período. Mas um período de três meses não é excessivo para um país da extensão territorial brasileira. Também quero aplaudir o meu querido amigo, o nosso ilustre conselheiro Passos Pôrto, Conselheiro do Império trasladado para a República, quando sustenta a conveniência de uma câmara de vereadores ao invés de uma assembléia legislativa. Tivemos o exemplo do Rio de Janeiro, quando Distrito Federal, com uma Câmara de Vereadores. Não é exemplo de uma assembléia legislativa em Distrito Federal. De modo que, enquanto formos Distrito Federal, devemos ter uma Câmara de Vereadores e não uma assembléia legislativa. Isso não impede que a câmara de vereadores exerça todas aquelas funções que hoje não são exercidas pela assembléia legislativa no âmbito da sua competência. Eram estas as duas colocações que eu queria fazer ao brilhante discurso de V. Exª, aplaudindo a sua constante luta pela autonomia do povo do Distrito Federal.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sou eu que agradeço a intervenção de V. Exª, nobre Senador Nelson Carneiro, e lamento que tenhamos essa discordância eventual quanto ao período de recesso do Congresso Nacional. V. Exª lembra outros parlamentos, e eu não gostaria de entrar na força que têm outros Congressos com a fraqueza do nosso Congresso.

O Sr. Nelson Carneiro — Na Nova República, nós vamos ter...

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Nelson Carneiro, ninguém mais do que eu torce pela Nova República. A presença de Minas na Presidência da República sempre significou o quê? Que o espírito liberal e democrático dos mineiros, seu espírito telúrico e ninguém mais do que eu torce para que a Nova República seja realmente uma República que respeite os princípios e os postulados democráticos.

Mas eu continuo dizendo que, no meu entendimento, o recesso do Congresso Nacional é um recesso prolongado e precisaria ter uma modificação na sua estrutura. A verdade é que nós aqui estamos acostumados — V. Exª que está aqui há muitos anos sabe disso — nós precisamos aplicar a moderna administração pública, tanto no Senado da República quanto na Câmara dos Deputados; avançar, já hoje em função da própria cibernética, o mecanismo de ação do próprio Congresso Nacional. V. Exª há de concordar conosco, não adianta nós termos aqui, como temos, que nem o Senado americano tem, colocado na época do Presidente Jarbas Passarinho, um grande avanço, um terminal dos computadores, se nós ainda continuamos engatinhando em face da moderna administração pública do País. Veja V. Exª que quando eu defendo o problema da Assembléia é porque nós temos aqui uma posição singular que são as cidades satélites. As cidades satélites, como eu dizia há pouco à intervenção do Senador Gastão Müller, por exemplo, uma maior, demograficamente, do que a minha cidade, que é a segunda cidade do Estado de Minas Gerais. Então, o importante é que não haja apenas a representação a nível

federal, é preciso ter uma representação local, seja ela de Câmara dos Vereadores, e eu preconizo para todas as cidades satélites, ou, no caso particular, da própria Assembléia Legislativa. É a razão pela qual devo essas explicações a V. Exª

O Sr. Odacir Soares — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com prazer, Exª

O Sr. Odacir Soares — Eu tenho a impressão de que o grande problema, hoje, em relação a essa questão de se conferir representatividade política ao Distrito Federal é o problema de se compatibilizar a representatividade política com aquela necessidade histórico-jurídica de se manter o território destinado à sede da União como território neutro. Nesse sentido, inclusive, e considerando o crescimento de Brasília e de suas regiões administrativas e, ainda mais, a partir da experiência que temos com os territórios federais, onde os governadores são nomeados e os territórios elegem quatro deputados federais, essa experiência tem sido negativa porque, na realidade, os governadores são todo-poderosos e fazem tudo e a representação política no Congresso termina praticamente anulada pelo fato de os governadores tudo poderem fazer e fazer, na realidade. Dentro deste quadro e considerando este crescimento, como eu disse, bastante expressivo com um contingente populacional expressivo das cidades satélites, redigi um projeto de lei complementar, criando o Estado de Brasília, excluindo-se do Estado de Brasília a região administrativa número 1, que compreende o Plano Piloto (cidade com o nome de Brasília), as cidades satélites de Guarã I e Guarã II, Cruzeiro Novo e Velho, mais a região de mansões do Lago, etc. — criando o Estado de Brasília com sede em Taguatinga. Na realidade, essa representação política de que se fala, hoje, seria uma representação política tipicamente elitista, porque se elegeriam apenas os senadores. Ora, não se elegendo o governador, a eleição pura e simples dos três senadores terminaria anulada pelo poder que têm os governadores de tudo realizarem sem ouvir, inclusive, as representações legislativas. De modo que, através do projeto de lei complementar que estou apresentando ao Senado Federal, se cria o Estado de Brasília, constituído dos municípios que são hoje as cidades satélites do Gama, de Taguatinga, Braslândia, etc., excluindo-se da área que hoje compõe o Distrito Federal, e da qual será desmembrada essa área para constituir o Estado de Brasília, a região administrativa nº 1, que continuaria como sede da União Federal, dos Três Poderes da União Federal. Estou apresentando hoje esse Projeto de Lei Complementar para ser, naturalmente, apreciado pelas diversas Comissões técnicas da Casa. Eram essas as observações que eu queria fazer ao discurso de V. Exª

O SR. ITAMAR FRANCO — Estou certo que o projeto de V. Exª merecerá da Casa toda a atenção, pela experiência valiosa que V. Exª traz ao longo de sua vida pública. E V. Exª não está em desacordo comigo quando eu digo exatamente que não adianta ter apenas uma representação no Senado da República, se nós não temos uma representação a nível local para a Capital Federal.

O Sr. Carlos Alberto — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer ouço V. Exª, Senador Carlos Alberto.

O Sr. Carlos Alberto — Senador Itamar Franco...

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — A Presidência chama a atenção do orador para o seu tempo, que está esgotado, e pede que V. Exª encerre a sua oração.

O SR. ITAMAR FRANCO — Se V. Exª, Sr. Presidente, permitir apenas ouvirei o Senador Carlos Alberto, e em seguida, atento ao Regimento da Casa, encerrarei o meu pronunciamento.

Se V. Exª me permitir tenho dois nobres Senadores que querem apartear, fica a critério então de V. Exª se devo ou não atender aos apartes solicitados.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — A Presidência solicita aos aparteados que sejam breves, porque o horário da Ordem do Dia já está sendo atingido.

O Sr. Carlos Alberto — V. Exª tem se constituído nesta Casa como uma das vozes de maior relevância na defesa das causas populares.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado a V. Exª

O Sr. Carlos Alberto — E V. Exª traz para discussão política, coloca no tabuleiro político a discussão da representatividade no Distrito Federal. Hoje sou um homem ainda do Governo, porque depois de amanhã...

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu espero que o advérbio de tempo permaneça.

O Sr. Carlos Alberto — ... evidentemente que aqui estarei como homem da Oposição. Não sou daqueles descrentes, não estou jogando no quadro daqueles que descreem do Governo que vai se instalar no dia 15, acredito. Penso que demos um avanço, um político vai subir a rampa do Palácio do Planalto, um civil, caiu o sistema militar, aquele estigma de ditadura que era sempre cantado e decantado vai deixar de existir. Mas eu lhe digo, sinceramente, que só poderei acreditar neste tal Governo de Nova República quando começar a sentir que as propostas, as idéias discutidas nos pâniques, em praças públicas, possam efetivamente tornar-se realidade. E conheço, tive a oportunidade de ouvir, certa vez, uma discussão em torno de representatividade em Brasília, com o futuro Presidente, na época, candidato à Presidência da República, advogando esta representatividade, aceitando a tese de que Brasília é de fundamental importância para que o povo tenha o direito também de votar no Distrito Federal. Então, V. Exª começa a discutir, hoje, faltando dois dias para Tancredo Neves assumir a Presidência da República. Ora, eu não fui eleito para eleger Governador do Distrito Federal, e sei que o Senado vai ter que aprovar um nome, e este nome será, evidentemente, enviado ao Senado da República pelo Presidente Tancredo Neves. Mas, aí, há uma interrogação de minha parte: será que vamos continuar algemando, garroteando o povo brasileiro? Será que este povo que aqui vive não tem o direito de votar e de ser votado? Será que o povo brasileiro não tem o direito de escolher os seus representantes? Por isso, advogo e acho que devo entrar logo nessa discussão com V. Exª, para que possamos até escolher, ou votar, ou respaldar, ou dar total apoio para que um governador seja nomeado aqui no Distrito Federal, ainda na próxima semana, desde que esse mandato seja um mandato-tampão, para que, em 1986, com as eleições municipais, possamos todos também participar das lutas populares, ou seja, fazer com que o povo brasileiro possa também escolher o seu governador, os seus representantes de Assembléias Legislativas, de Câmaras Municipais, os seus representantes da Câmara dos Deputados e os seus representantes do Senado Federal. Acho que vou contar com V. Exª, porque V. Exª já começa a desfaldar esta bandeira, que é a bandeira das aspirações do povo brasileiro. V. Exª vai contar com um eterno aliado. Vamos partir para esta luta! Vamos participar da luta do povo, vamos fazer com que esse Governador, que será nomeado agora, o seja para um mandato-tampão, e, em 1986, possamos eleger o Governador e a representação do Distrito Federal. Se assim acontecer, Senador Itamar Franco, passarei a acreditar na Nova República; se não acontecer, vou sentir os sinais dos maus tempos. Muito obrigado.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Carlos Alberto, se eu não conhecesse V. Exª, diria que os chamados

ventos da Nova República já estão fazendo bem à saúde de V. Exª que passa, neste instante, ardorosamente a defender aquilo que ao longo da nossa vida pública — e particularmente desde que chegamos ao Senado, estamos defendendo — que é uma representação democrática para a Capital Federal. Agradeço a sua intervenção, quando V. Exª usou um advérbio de tempo, de que ainda é governo, quem sabe V. Exª continuará governo?

O Sr. Octávio Cardoso — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, ouço V. Exª Sr. Presidente, em seguida, encerro.

O Sr. Carlos Alberto — Acho que vou contar com V. Exª respaldando essa oposição mais responsável, e não irresponsável.

O SR. ITAMAR FRANCO — Hoje, Senador Carlos Alberto, tenho que dizer a V. Exª que eu sou governo; pelo menos, V. Exª me deixe gozar um pouquinho as delícias do governo, já que são 18 anos na Oposição,

O Sr. Carlos Alberto — Mas V. Exª está tão acostumado e tão afeito à Oposição, que não acredito que V. Exª venha a se sentir bem no governo.

O Sr. Itamar Franco — Vamos ver. Ouço V. Exª, nobre Senador Octávio Cardoso.

O Sr. Octávio Cardoso — Nobre Senador Itamar Franco, sei que V. Exª deve ser dos últimos parlamentares a serem cobrados acerca do sucesso e das medidas do novo Governo, pois V. Exª resitiu o quanto pôde ao processo de escolha do novo Presidente da República: assim, eu não faria a injustiça de cobrar, desde logo, e ainda mais de V. Exª, alguma coisa. Mas devo dizer que a esperança sobre o novo Governo parece-me que começa a esmaecer-se.

Veja bem: V. Exª diz que o período de transição deve cessar com a posse, no que concordo com V. Exª e, ao responder ao nobre Senador Nelson Carneiro, V. Exª refere-se a que outros Parlamentos trabalham menos, mas têm mais poder. Agora, veja bem o que a Nova República já ameaça com relação aos novos tempos: foi escolhido um líder na Câmara e um líder no Senado e, surpreendentemente, nem a bancada do novo Presidente, nem a sua bancada, aliás, nem a bancada da Oposição, nem ninguém saberia que haveria um terceiro e superlíder, nomeado como se nomeia um funcionário do Palácio ou indicado como se indica um funcionário do Palácio. Não há nada contra a pessoa do indicado, de excelsa e bellíssimas qualidades, um colega exemplar e um homem de talento; refiro-me apenas ao processo de investidura. Assim, a Nova República terá que mudar de método pois já fará muito se conseguir mudar os homens, porque mais da metade do Ministério é deste mesmo governo discricionário que se desmanda, inepto. Então, a República já começará pelo processo de transformação, depuração da metade do seu Ministério para, depois, começar a governar.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Solicito ao nobre orador que conclua o seu pronunciamento, pois já excedeu em mais de 11 minutos o seu tempo.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, eu só não poderia cometer a indelicadeza de cortar o aparte do nobre Senador Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Quem teve que praticar a indelicadeza fui eu.

O Sr. Octávio Cardoso — Saio em socorro de V. Exª. Foram os aparteados que excederam o tempo do orador. Mas eu concluo, Sr. Presidente, atento aos termos regimentais. Dizia que esse governo tem a primeira e grande tarefa de transformar os homens de mais da me-

tade de seu Ministério e, depois, começar a governar. Vejo que alguns já estão escolhendo as suas casas, outros já mandaram trocar cortinas e mobílias. Mas nem esperam o Presidente empossar-se! O Presidente disse que ia vender essas casas, como é que os Ministros já estão mandando trocar cortinas e mobílias? Se V. Exª me permite, para concluir vou ler um trecho e espero que o autor não discorde — é de Roberto Campos:

Do Senador Roberto Campos, sobre os novos tempos:

"Nosso problema existencial, agora que a Nova República abre um ciclo civil, é escaparmos do sinistro rodízio latino-americano entre o populismo e o militarismo, para desembocarmos, afinal, no estuário da Democracia Social.

Mas alarma-me — e não só a ele, mas a nós todos — um pouco a explosiva carga de esperança que cerca o advento da Nova República. Sejam os idealistas, mas sem ilusões... nem o ciclo revolucionário foi uma noite de inverno, nem a Nova República é uma manhã de Natal!"

O SR. ITAMAR FRANCO — Evidentemente, não vou responder ao Senador Roberto Campos. O Sr. Presidente já me chama a atenção e eu não tenho muito tempo para digerir e responder o aparte bastante provocativo.

Primeiro, ao dizer que este Governo tem a metade dos homens que governaram este País, V. Exª poderia sentir-se um pouco satisfeito, porque durante longos anos V. Exª defendeu este Governo, defendeu estes homens; se os defendeu e se eles participaram deste Governo e se o Dr. Tancredo Neves os convocou, V. Exª deveria estar feliz. Eu, por certo, poderia não estar, mas V. Exª não deveria ter restrições a esses homens que eram aqui defendidos por V. Exª

O Sr. Octávio Cardoso — É uma incoerência do Governo.

O SR. ITAMAR FRANCO — Daqui a pouco vamos discutir um projeto de mais alta importância que vai exigir de V. Exª, tenho certeza, a sua valiosa contribuição.

Sr. Presidente, vou obedecer a V. Exª, agradecendo os treze minutos que ultrapassei o Regimento, mas continuando aqui a respeitadamente dizer ao Senhor Presidente da República, Dr. Tancredo Neves: enquanto perdura esta Constituição, uma Constituição outorgada, que Sua Excelência examine com bastante cuidado o nome que vai submeter ao crivo do Senado da República para governar Brasília.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ITAMAR FRANCO NA SESSÃO DE 13-3-85 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Para discutir.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Este projeto, apresentado em maio de 1982, no nosso entendimento, vai refletir exatamente a nova postura que se pretende dar à Administração pública brasileira.

Esta Casa, bem como a Câmara dos Deputados, conhece o mecanismo que tem levado até agora um governo autoritário a proceder aos empréstimos internacionais.

Há pouco, recordava ao Senado da República o exemplo do Banco Morgan e mais 218 bancos estrangeiros, em que o Brasil, assinando contrato com esses organismos internacionais, por exigência do Fundo Monetário Internacional, fez a nossa administração baseada num decreto-lei de 1974. Não diria pasme o Senado da República, porque toda a Nação conhece que esse contrato

com o Banco Morgan e mais 218 bancos internacionais, no nosso entendimento, feriu a soberania nacional ao admitir não só o fórum de Nova Iorque como a lei de Nova Iorque. O Brasil deu o empréstimo através do Tesouro Nacional, permitindo que o Ministro da Fazenda, repito, através de um simples decreto-lei, assinasse em nome do Governo brasileiro esse malfadado acordo com os bancos internacionais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, recorde-me que em 1974, com a existência desse Decreto-lei nº 1.312 — decreto que permitiu inicialmente apenas ao antigo Departamento de Portos, Rios e Canais, buscar no exterior recursos para o seu departamento — o Tesouro Nacional deu ao seu aval. Posteriormente, com uma emenda a este decreto-lei, o Governo brasileiro abriu então vasto campo. Permitiu-se que o Tesouro Nacional emprestasse, sem a participação do Congresso Nacional, os avais que seguiram ao longo do curso. Basta recordar que de 1973 a 1983, a dívida externa brasileira cresceu, praticamente, quatorze vezes. Razão pela qual, Sr. Presidente, apresentei o referido projeto.

Não quero ler a minha justificativa, quero até prestar-lhe uma homenagem, se V. Exª me permite, lendo o parecer que V. Exª expediu na Comissão de Constituição e Justiça. Evidentemente, entendia eu que no sistema bicameral, e no futuro com a própria Constituinte, se assim for mantido o sistema bicameral, o Senado da República deveria ter algumas prerrogativas, como já as tem, diferentemente da Câmara dos Deputados.

Imaginava eu, e continuo imaginando, mas aceitando a emenda que V. Exª aduziu no seu parecer que daqui a pouco lerei para o conhecimento do Senado Federal, que ao invés de apenas submeter esses acordos ao Senado da República esses empréstimos fossem submetidos ao Congresso Nacional.

O meu projeto, Sr. Presidente, diz o seguinte:

Art. 1º Os contratos celebrados pela Administração Pública, direta ou indireta, tendo por objeto a captação de recursos financeiros no mercado internacional serão submetidos à aprovação do Senado Federal.

Art. 2º O expediente do Senado Federal será acompanhado de:

a) cópia do contrato:

— e aqui vamos recordar, particularmente os Srs. Senadores da República, a dificuldade em obter esses contratos. Tivemos que protestar, Sr. Presidente, várias vezes desta tribuna, porque esses contratos chegaram ao conhecimento do Congresso Nacional, e particularmente ao Senado da República, em Inglês.

É claro que a maioria dos Srs. Senadores fala e conhece perfeitamente o Inglês. Mas a nossa Língua, por enquanto, até prova em contrário, é a Língua Portuguesa.

b) justificativa explicando o grau de prioridade adjudicado à matéria dentro dos planos e programas nacionais de investimento;

c) análise técnica quanto à viabilidade econômico-financeira das obrigações assumidas;

d) prova de rentabilidade da operação.

Art. 3º Para os fins da presente Lei, constará de todos os contratos celebrados com o objetivo de captar recursos no mercado financeiro internacional cláusula suspensiva de seus efeitos até que a matéria seja aprovada pelo Senado Federal.

Aqui, Srs. Senadores, uma particularidade que se encontra no empréstimo com o Banco Morgan, assinado pelas autoridades governamentais brasileiras. No contrato está escrito em Inglês, e traduzido para a nossa Língua: "que mesmo se mudando a estrutura de poder — aí é que é grave; "mesmo se mudando a estrutura do poder, Sr. Presidente, nós não poderíamos alterar esse contrato" Veja que isto está assinado pelas nossas autoridades, fe-

rindo, frontalmente, não só a nossa Constituição mas, evidentemente, neste aspecto, a própria soberania nacional. Se nós mudássemos, como estamos mudando, já a partir do dia 15, a estrutura de poder deste País, nós não poderemos alterar esse contrato assinado com o Banco Morgan e 218 bancos internacionais, pela coação do Fundo Monetário Internacional.

O Sr. Severo Gomes — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Uma das cláusulas mais absurdas, Sr. Presidente, que o Governo brasileiro assinou em nome do povo brasileiro, com o Banco Morgan e seus associados!

O Sr. Severo Gomes — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, Senador Severo Gomes.

O Sr. Severo Gomes — Senador Itamar Franco, eu quero trazer uma consideração ao modo como V. Exª entende que não seria possível alterar a natureza desses contratos. Se a nossa Constituição exige que o Congresso referende todos os atos e acordos internacionais, exatamente para que os compromissos futuros que possam pesar sobre a Nação brasileira, tenham o referendo do Congresso, é que esses contratos não têm validade jurídica, ela é uma validade discutível, e essa é uma questão atualíssima hoje, quando nós jogamos um vento mais arejado sobre a nossa República.

O SR. ITAMAR FRANCO — Agradeço a intervenção de V. Exª, Senador Severo Gomes. V. Exª apresentou ao Senado da República e à Nação um estudo judicioso, mostrando exatamente que não se poderia fazer o que se fez até hoje, que se continua fazendo e se pretende fazer. Esperamos que isso não aconteça a partir do dia 15 e que, através de um famigerado decreto-lei de 1974, se continue a endividar este País sem o conhecimento do Congresso Nacional.

O Sr. Henrique Santillo — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, Senador Henrique Santillo.

O Sr. Henrique Santillo — Nós estamos convencidos, tenho a impressão que todos nós, de que este ano de 1985 marcará a afirmação do Congresso Nacional na vida brasileira. Nós todos estamos convencidos disso, tenho eu essa impressão, repito. O projeto de V. Exª, ora em discussão, é oportuníssimo. Não se poderá mais permitir que o Governo Federal continue endividando este País, externamente, sem o crivo do Congresso Nacional, sem que o Congresso Nacional aprove empréstimo por empréstimo, caso a caso. Portanto, o projeto de V. Exª merece todos os elogios. Estou certo de que há de ser aprovado por esta e pela outra Casa do Congresso Nacional, por unanimidade dos seus parlamentares. Esse há de ser, realmente, um passo importantíssimo, o primeiro, no corrente ano, rumo à afirmação do Poder Legislativo, rumo à afirmação do Congresso Nacional. Eu gostaria, nesse breve aparte ao oportuníssimo discurso de V. Exª, de dizer aqui, na minha opinião, que as prerrogativas do Congresso Nacional, para serem readquiridas, não poderão esperar pela Constituinte. Temos que começar a fazê-las desde já. O projeto de V. Exª é muito oportuno neste sentido.

O SR. ITAMAR FRANCO — Exatamente, Senador Henrique Santillo. V. Exª tem inteira razão. Não há como esperar a Constituinte. O Congresso já pode readquirir algumas dessas prerrogativas. E esta eu considero também fundamental, para que não se permita ao Executivo continuar endividando este País, sem o prévio conhecimento do Congresso Nacional, que pode e deve atuar nesses contratos internacionais.

O Sr. Virgílio Távora — V. Exª dá licença para um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Ouço V. Exª, não sei se como Líder ainda...

O Sr. Virgílio Távora — Ainda do Governo.

O SR. ITAMAR FRANCO — É uma alegria então, ouvir ainda o Líder do Governo.

O Sr. Virgílio Távora — Para externar a nossa satisfação ao mesmo tempo que o otimismo em ver a boa intenção das futuras ações do Governo que daqui a dois dias vai se instalar, segundo os jornais nos dão, pela data de 15 de março, não é? Muito bem, meu caro Senador Itamar Franco. Gostaríamos de ver toda a eficiência de Sayad e de Dornelles, fazerem já e já; não vamos esperar muito, porque justamente eles é que vão assinar, é que vão negociar essa transposição de dívidas, a chamada renegociação, que, bem encetada por seus antecessores, como testemunho insuspeito eles mesmo lhes dão, vão finalmente dar a forma legal pela assinatura que aporão aos documentos em questão. Veremos, então, as fórmulas, as maneiras com que S. Exªs concordam em rápido tempo, naquele tempo exigível para as negociações e, consigam resolver esses problemas que tanto afligem a V. Exª, qual seja, que venham de um por um esses contratos —, que da outra vez foram em número quase de 700, — aqui ao Senado Nacional, para, um por um, serem aprovados e depois transformados, aí sim, em instrumentos hábeis da nossa renegociação. São os votos que fazemos, Senador Itamar Franco. Estaremos aqui para criticar, mas também para aplaudir se tal desiderato for obtido.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Virgílio Távora, não apenas os votos, eu espero o voto de V. Exª para começarmos a testar esse governo na aprovação desse projeto.

O Sr. Virgílio Távora — Já começa V. Exª ganhando a tarde, porque vai ter o parecer favorável do Partido que, até depois de amanhã, está com o encargo de apoiar o Governo.

O SR. ITAMAR FRANCO — Quem sabe Senador Virgílio Távora, quem sabe se com a Nova República nós vamos evitar o que aconteceu em 1982 neste País, quando 5% do nosso Produto Nacional Bruto foi desviado apenas para pagar o serviço da dívida.

Sr. Presidente, como eu disse, queria prestar uma homenagem a V. Exª e vou ler não a minha justificativa, mas parte do parecer de V. Exª, que honrou, na Comissão de Constituição e Justiça, a aprovação desse nosso projeto. Quando V. Exª diz o seguinte:

Na justificativa, depois de assinalar que "ao longo dos últimos anos o povo brasileiro tem assistido com inquietação e angústia ao crescimento desmesurado da nossa dívida externa", destaca o autor que, "no nosso entender, a única maneira de impor alguma racionalidade na sistemática do endividamento extenso é submetê-lo ao crivo do poder político"

E continua V. Exª lembrando, inclusive, a Constituição do Império, para dizer mais à frente:

Pontes de Miranda é do mesmo entender, dizendo que as regras jurídicas sobre a dívida pública são regras sobre "o que a União deve ou sobre o que vai dever (como, quando, quanto e a quem). O Congresso pode descer a pormenores e especificações". E depois de reafirmar que "O Poder Legislativo dirige a política legislativa financeira do País e o Presidente da República executa-a", tem esta conclusão que particularmente interessa ao momento presente: "O Poder Executivo não pode tomar qualquer providência sobre moratória das suas dívidas passivas.

inclusive *policy funding loan*, sem lei que o permita, mas também aí não se consente nas leis delegadas (art. 52) e nos decretos do art. 55". ("Comentário à Cont. de 1967", tomo III, pág. 98).

2. Diante do exposto, poder-se-ia dizer que o projeto versa sobre matéria já suficientemente decidida pela Constituição. E ainda que ele estabeleça para o Senado uma competência que pela Lei Maior é do Congresso.

Aí, V. Ex^a procede à emenda, tirando apenas do Senado para levar ao Congresso Nacional, e termina dizendo a V. Ex^a

A nação chegou ao vexatório estado de coisas em que se encontra, pelo abandono dos princípios que a longa experiência dos povos aconselhou e que se materializaram no que concerne à direção da economia e das finanças, naqueles dispositivos constitucionais mencionados de todas as nossas Constituições democráticas, desde o Império. Princípios consagrados mesmo na Constituição de 67, mas desprezados pelos governos autoritários com a passividade do Poder Legislativo. O projeto, se aprovado terá o mérito de alentar os tímidos ensaios que o Legislativo vem fazendo, de retomar as atribuições que sempre por ele foram exercidas na vigência das outras Constituições que são, em verdade, o cerne dos regimes democráticos.

Aqui, Sr. Presidente, esperando que este Governo seja, realmente, o cerne do regime democrático, espero que o Senado da República possa aprovar este nosso projeto.

O Sr. Carlos Lyra — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Ouço V. Ex^a

O Sr. Carlos Lyra — Eu queria somente, nobre Senador Itamar Franco, um esclarecimento. Queria saber se V. Ex^a tem algum conhecimento se em nações democráticas é necessário a autorização do Congresso para firmar esses contratos? Somente para um esclarecimento aos Senadores V. Ex^a tem algum conhecimento?

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu não me diria um profundo conhecedor das leis americanas. Eu até receberia, como ironia, o aparte de V. Ex^a. Mas mesmo que não houvesse nenhuma nação democrática, e elas existem, V. Ex^a as conhece muito bem, eu diria que o Brasil então poderia dar o exemplo como nação democrática, permitindo que o seu Legislativo não desse essa autonomia que tem dado ao Executivo.

Se outros países não tem — e V. Ex^a sabe que a legislação americana é muito mais rígida do que a nossa e o Congresso Nacional tem uma ação muito mais presente do que o do Congresso brasileiro — eu responderia a V. Ex^a o seguinte: se outras não existem — mas existe, vamos dar o nosso exemplo, não permitindo que governos autoritários continuem individando este País como tem acontecido nos últimos anos.

Era a resposta que eu poderia dar a V. Ex^a

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muita honra, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Nobre Senador Itamar Franco, em primeiro lugar eu diria que, através do parecer da Comissão de Finanças, já tive a oportunidade de apoiar o projeto de V. Ex^a, e solicitei esse aparte para endossar aquilo que foi dito pelo Senador Henrique Santillo, porque protelar as decisões para a Constituinte é uma forma de esquecer os compromissos para com as mudanças já. Sabe V. Ex^a, melhor do que ninguém, que a Constituinte seria instalada em 87 e produziria os seus efeitos somente em 88, quando o Governo já estaria no seu final, e aí começariam sempre aquelas razões, que estando em final de governo não é possível fazer modifi-

cações — principalmente reduzir o mandato. Mas eu dou os parabéns a V. Ex^a por conseguir um êxito como este, embora tenha os problemas de execução, como foi levantado aqui a questão pelo Senador Virgílio Távora, mas esses problemas não devem impedir que o Congresso assumira as suas obrigações, obrigações constitucionais que têm sido esquecidas. Então, nós aqui estamos reasumindo uma das nossas prerrogativas, e V. Ex^a terá a satisfação de ser o autor de uma medida, como essa, que certamente será aprovada pelo Senado e, posteriormente, pela Câmara dos Deputados Parabéns a V. Ex^a

O SR. ITAMAR FRANCO — Devo fazer justiça a V. Ex^a Senador Jutahy Magalhães, não só pelo parecer de V. Ex^a na Comissão de Finanças mas, particularmente, pela defesa intransigente que V. Ex^a ao longo dos anos, tem feito aqui dos princípios democráticos. Mesmo sendo homem deste Governo, V. Ex^a tem se pautado pela defesa intransigente dos princípios democráticos deste País.

Parabenizo V. Ex^a, não só pelo parecer mas pela postura que tem adotado ao longo de sua vida pública.

O Sr. Roberto Campos — Logo que V. Ex^a termine, gostaria de participar da discussão. Farei uma intervenção independente e não em forma de aparte.

O Sr. Jorge Kalume — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Só quero dizer ao Senador Roberto Campos que me honraria muito o seu aparte, mas estou certo que as luzes de S. Ex^a serão mais brilhantes, ouvindo a sua voz isoladamente, sem o aparte. Ouço V. Ex^a, nobre Senador Jorge Kalume.

O Sr. Jorge Kalume — Diz-me a consciência que não devo me omitir acerca deste assunto tão relevante para o nosso País. Daí a minha presença, agora na tribuna, para apresentar os meus aplausos pela feliz iniciativa do seu projeto. Muito obrigado.

O SR. ITAMAR FRANCO — Agradeço, nobre Senador Jorge Kalume, a intervenção de V. Ex^a

Sr. Presidente, portanto, ao defender este nosso projeto...

O Sr. José Ignácio Ferreira — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Pois não, Senador.

O Sr. José Ignácio Ferreira — É brevíssimo. Apenas para dizer que o projeto de V. Ex^a, em meio a outros tantos que estão existindo e outros mais que virão nesses primeiros dias da Nova República, após esse longo período trevosos de 20 anos que vivemos, marca, assinala um momento importante em que vivem as instituições, independentemente de posicionamentos político-partidários. O que vai ocorrer, nos primeiros tempos da Nova República, é um quase conflito entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, na medida em que, repetindo, independente de coloração partidária daqueles que integram cada uma das Casas do Congresso Nacional, haverá um anseio de todos, ou de quase todos, pela afirmação do Poder Legislativo. Então, realmente esse quase conflito entre o interesse do Poder Legislativo e a índole do Poder Executivo, pelo menos até agora, é inevitável, e nós esperamos que na Nova República a compreensão do Presidente Tancredo Neves prevaleça no sentido de favorecer, de facilitar o processo de retomada, pelo Legislativo, dos seus predicamentos sem os quais ele não é, em absoluto, o órgão representativo que precisa ser dos anseios e dos reclamos da Nação brasileira.

O SR. ITAMAR FRANCO — Assiste inteira razão a V. Ex^a. Creio que esses choques serão benéficos à democracia que vai ser implantada neste País. Assim já o destacou o Senador Henrique Santillo, bem como o Sena-

dor Jutahy, e mais ainda, o Senador José Ignácio, o voto favorável do eminente Senador Virgílio Távora, que nesta Casa tem pautado a sua atuação pela seriedade com que defende os seus princípios e que honra o seu mandato.

Sr. Presidente, esperamos, portanto, que o Senado da República possa realmente, nesta tarde, eu não diria dar o primeiro passo, mas o passo decisivo para mostrar ao novo Governo a nova postura do Legislativo brasileiro, particularmente do Senado da República.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MILTON CABRAL NA SESSÃO DE 13-3-85 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. MILTON CABRAL (PFL — PB. Para discutir.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Considero este projeto do nobre Senador Itamar Franco uma tentativa de solução de velho problema que este Senado enfrenta há muito tempo. Mas, no meu fraco entendimento, a proposta encerra alguns equívocos que o Senado não está apreciando devidamente.

Este projeto trata de apreciação de contrato já celebrado, portanto de exame a posteriori. O que interessa ao Senado é que o Executivo solicite uma autorização para realizar um aumento do endividamento externo e justifique essa solicitação, mas não apreciar o mérito após o contrato efetuado.

Em verdade, como está a redação do art. 3º, vamos entrar em conflito permanente com o Poder Executivo. Este artigo manda suspender os efeitos do contrato enquanto o Senado não se manifestar, o que propiciará um permanente conflito com o Executivo.

Daí a razão do meu apelo para que esta matéria continue em discussão, que ela seja adiada para permitir um acordo das lideranças, a fim de que se possibilite uma emenda de redação, que o próprio Senador Itamar Franco poderia se encarregar de fazer, para viabilizar o projeto, de tal modo que ele permita a prévia autorização de endividamento externo e não a manifestação a posteriori, porque assim sendo, ela é geradora de conflitos e duvido que o Poder Executivo aceite uma lei dessa natureza. Certamente haverá um veto porque é evidente que o Poder Executivo não irá aceitar a constante ingerência em matéria de sua competência.

Daí o apelo que faço, para que haja uma maneira qualquer de fazermos uma emenda nessa redação, a fim de que a manifestação do Senado seja sempre por antecipação, sob a ótica do mérito e da capacidade de endividamento externo, exatamente como nós procedemos em relação aos Estados e Municípios.

O Sr. Cid Sampaio — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MILTON CABRAL — Pois não, com muito prazer.

O Sr. Cid Sampaio — Queria, Sr. Senador, esclarecer que é impossível encontrar e determinar as cláusulas de um contrato sem que ele seja tentado previamente. Cabe ao Executivo buscar as condições, negociar as condições; ele não pode, previamente, mandar essas negociações para o Senado; inclusive, correria o risco de, uma vez aprovadas pelo Senado, não serem totalmente aceitas pelo credor, provocando, então, a anulação e a destruição de todo o esforço feito para a contratação do empréstimo, ao passo que negociado e submetido ao Senado, ele será modificado ou não, mas dentro de cláusulas reais existentes que permitem a conclusão ou a anulação do contrato submetido à apreciação do Legislativo.

O SR. MILTON CABRAL — Respondo a V. Ex^a da seguinte maneira Senador Cid Sampaio, pelo respeito que tenho a V. Ex^a, pela sua experiência, pelos seus co-

nhecimentos de economia, mesmo assim me permita discordar da sua argumentação, porque ao Senado não cabe discutir cláusulas de contratos mas examinar o mérito do empréstimo, exatamente como fazemos com os governos estaduais e municipais. Nós opinamos quanto ao mérito, a conveniência...

O Sr. Cid Sampaio — Nós não entramos na análise das condições. Este Senado não entra, este Senado apenas examina o mérito da questão?

O SR. MILTON CABRAL — Nobre Senador, e as condições podem destruir...

O Sr. Cid Sampaio — Não pode deixar de entrar.

O Sr. Roberto Saturnino — V. Ex^a está enganado, V. Ex^a está equivocado.

O SR. MILTON CABRAL — Então, peço a V. Ex^{as} que leiam o preceito, a regulamentação da matéria, e V. Ex^{as} verão que ao Senado cabe examinar, dar autorização para endividamento. Se manifesta quanto ao mérito do endividamento...

O Sr. Cid Sampaio — Todas as condições vêm, são encaminhadas, acompanhando o pedido.

O SR. MILTON CABRAL — Quem analisa as condições é o Banco Central; agora, nós exigimos que a matéria, ao ser apreciada, ela seja antes, examinada pelo Banco Central. Essa é uma exigência.

O Sr. Cid Sampaio — Se ela é antes examinada pelo Banco Central, é para alguma coisa.

O SR. MILTON CABRAL — Peço a V. Ex^a que leia o que está escrito no Regimento.

O Sr. Itamar Franco — V. Ex^a é que precisa ler.

O SR. MILTON CABRAL — Eu convido a quem já foi relator dessa matéria para que me conteste.

O Sr. Roberto Saturnino — Eu contesto, eu já fui relator.

O SR. MILTON CABRAL — Então leia o dispositivo.

O Sr. Roberto Saturnino — Nobre Senador Milton Cabral, a informação é enviada ao Senado, completa, com as condições, o parecer do Banco Central...

O SR. MILTON CABRAL — Mas para instruir.

O Sr. Roberto Saturnino — ... Mas para instruir o quê? Instruir a decisão do Senado, que aprecia tudo, as condições, inclusive. O Senado pode achar que a finalidade, o objeto do contrato é meritório, mas as condições são abusivas e o rejeita por causa das condições. O Senado tem essa prerrogativa.

O SR. MILTON CABRAL — Quando o Senado entra na discussão dos detalhes do contrato está exorbitando das suas funções.

O Sr. Cid Sampaio — A viabilidade de um contrato, Senador, depende, inclusive, do prazo de pagamento.

O SR. MILTON CABRAL — Mas nós não somos Poder Executivo, somos Legislativo.

O Sr. Roberto Saturnino — Mas temos a obrigação de exercer esse controle.

O SR. MILTON CABRAL — O brilhante argumento do Senador Roberto Saturnino, nesta tarde, que está nos Anais do Senado, se V. Ex^a o ler, vai verificar que é todo montado na idéia de que o Senado vai opinar previamente sobre um pedido de empréstimo externo. Não é a pos-

teriori. O detalhe é esse, é porque estamos tratando de uma manifestação a posteriori, contrato já celebrado. Meu Deus do Céu, isso é claro!

O Sr. Itamar Franco — V. Ex^a não leu o projeto inteiro.

O SR. MILTON CABRAL — Sr. Presidente, não vou continuar a discussão, porque, realmente, não quero mais estender o debate. Gostaria, entretanto, que os Senadores pusessem a mão na consciência e examinassem que se aprovarmos essa matéria, tal qual está redigida, talvez percamos a oportunidade do Senador Itamar Franco, modificando essa redação, apresentar um projeto viável e tão necessário.

O Sr. Itamar Franco — A Câmara dos Deputados se entender, como sabemos que está errado, poderá proceder às modificações.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALOYSIO CHAVES NA SESSÃO DE 14-3-85 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ALOYSIO CHAVES — (PDS — PA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com o início do Governo Tancredo Neves, afastam-se do Senado da República 3 ilustres companheiros: o Senador Pedro Simon, o Senador Marco Maciel e o Senador Afonso Camargo. A todos sobejam qualidades, reconhecidas nesta Casa, pela sua competência, pela sua vida pública, pelas reiteradas demonstrações que já deram de amor a este País. O fato de saírem desta Casa 3 ilustres Senadores para compor o ministério do novo Governo, tem, sem dúvida alguma, uma grande significação política, porque implica na valorização da classe política, no seu prestígio e no recrutamento no seio do Congresso, de legítimos e autênticos valores para compor o novo Governo.

Mas, traz consigo, sem dúvida alguma, uma responsabilidade adicional que não é menor. Os ilustres Parlamentares, Deputados e Senadores que passam a integrar o Ministério Tancredo Neves, têm uma responsabilidade especial com o Congresso brasileiro, com a Nação brasileira. E, se de um lado representam a valorização e o prestígio da classe política, de outro, a necessidade de concretizarem no exercício de suas funções administrativas, as promessas e os compromissos solenemente assumidos na praça pública com o povo brasileiro.

O nobre Senador Pedro Simon declarou que essa transição se faz sem rancor, sem vindicta, sem ódio. É verdade e, acrescento, sem ruptura, mas normal e pacificamente essa transferência do poder.

Como falar-se em arbítrio, como falar-se em remover entulho, quando, em todo o País, a vida política nacional transcorre em clima de absoluta normalidade? Desde as mais simples, nas mais modestas câmaras de vereadores, espalhadas em distantes regiões em todos os quadrantes do Território nacional, até o Senado da República, nada se faz que fira a Constituição; nada se faz que arranhe, nem de leve, as prerrogativas e os direitos individuais; nada se faz que perturbe a liberdade do cidadão. E essa transição pacífica, ordeira, é a grande obra que coroou o Governo do Presidente João Figueiredo, que amanhã encerra o seu mandato, mas que o seu Partido — o PDS — não poderia deixar de registrar nesta Casa e de exaltar a sua obra singular.

Lembrei há poucos dias, quando presidia a instalação da Comissão Interpartidária para Reforma da Legislação Eleitoral e partidária, um pensamento de Croce, de que "somente o juízo histórico, que liberta o espírito da estreiteza do passado, mantém sua neutralidade". E o julgamento da História já se antecipa pela voz de expres-

sivas figuras da Oposição que têm proclamado o mérito da grande obra de redemocratização deste Brasil, executada sob a égide e inspiração do Presidente João Figueiredo.

Este País não está desorganizado, como aqui se afirmou, ele está estruturado solidamente em todos os setores. No setor das comunicações demos um gigantesco passo, desde os aparelhos mais empíricos satélite geostacionário. No setor da energia, com a libertação de nova dependência externa, que cresce dia a dia pelo êxito do programa executado pelo Ministério das Minas e Energia. No próprio setor da agricultura, tão maisinado com a expansão da área cultivada, com a elevação dos índices de produtividade e com uma ampliação crescente, constante da produção de grãos do País. No setor das exportações um êxito que causa espanto, senão perplexidade e, ao mesmo tempo, um misto de admiração em todos os países, quando conseguimos, em 1 ano, ampliar em 30%, todas as exportações brasileiras. No setor institucional com a revogação gradual, mas constante, correta, adequada para essa transição pacífica daquelas medidas que caracterizaram o Estado de arbítrio e que abriram as portas para a consolidação do estado democrático. A revogação dos atos institucionais; o abrandamento da Lei de Segurança nacional; a revogação dos Decretos-Leis nºs 477 e 228 no âmbito universitário; a abertura sindical; a revogação das leis limitativas da organização sindical, ampliando-se o direito de greve; as eleições diretas para o governo dos Estados; e a anistia que abriu todas as portas deste País aos brasileiros que se encontravam no exterior e, nas prisões, aqueles que haviam praticado graves delitos submetidos a julgamentos e condenados pela justiça comum. Este País, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que agora se transfere ao novo Governo. Dentro do Ministério nossos três eminentes colegas, e destaque em particular o eminente Senador Pedro Simon, que usou da palavra para se despedir desta Casa, a Sua Ex^a como aos demais companheiros sobejam qualidades — repito — de competência, de dedicação a este País e de experiência na vida pública nacional.

Almejamos a S. Ex^a como ao Governado do Dr. Tancredo Neves, todo êxito, porque nós visamos o interesse deste País, o interesse do povo brasileiro. Não somos masoquistas para estarmos pensando no insucesso mas, apenas, no sucesso que se há de abrir ao Governo do presidente Tancredo Neves, do mesmo modo que este sucesso coroa a obra política e administrativa do Presidente João Figueiredo.

Não vou dar a S. Ex^a nenhum conselho, nunca o fiz, não me abalancaria a acrescentar nenhum conselho especial ao eminente Senador pelo Rio Grande do Sul, porque o conselho é como o sol do inverno, ilumina mas não aquece. V. Ex^a tem a sua experiência, a sua competência e tem uma nítida visão dos problemas nacionais e há de utilizar o seu discernimento e todas as suas faculdades para imprimir à Pasta da Agricultura as diretrizes e os rumos necessários.

Esperamos que o PDS continue a cumprir a sua missão importante, esperamos que a obra institucional se ultime e estaremos vigilantes para que esta obra não sofra nenhuma interrupção, para que essa escalada no sentido da consolidação do regime democrático prossiga. Temos emendas importantes à Constituição e, entre elas, destaque a Emenda Figueiredo e tantas outras que poderão concorrer para o aperfeiçoamento das nossas instituições políticas. O PDS tem um compromisso maior, que é com a institucionalização do regime democrático neste País, para o qual serviu de suporte, de apoio político ao Governo, nas duas Casas do Congresso, durante esses 6 anos. Sem o PDS, não se teria feito a abertura democrática no Brasil, a abertura que ensejou a Oposição a alcançar o poder, que permitiu esse rodízio no poder, porque a abertura se fez através de emenda da Constituição,

de leis complementares e de leis ordinárias, que encontraram sempre, no nosso Partido, o apoio necessário para a sua concretização. A abertura democrática não se fez com Atos Institucionais, mas começou, precisamente, com a revogação desses Atos Institucionais. Foi um grande processo legislativo e a ponte do Governo, para a realização desta gigantesca obra política, foi o nosso Partido, que disso tem legítimo orgulho e, coerente com seu passado, continuará no futuro a lutar pelo aprimoramento das nossas instituições políticas.

Mas, não são as instituições que fazem a democracia. Ela resulta da consciência dos homens. É preciso que cada um de nós fique imbuído desta certeza e possam Governo e Oposição hoje, amanhã Oposição e Governo juntos, trabalhar para a consecução desses objetivos, desses propósitos, em benefício desse País, e sobretudo em benefício do grande povo brasileiro. (Muito bem! Palmas!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALOYSIO CHAVES NA SESSÃO DE 14-3-85 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ALOYSIO CHAVES (PDS — PA) — Sr. Presidente, quero declarar a V. Ex^a e à Casa que a posição da minha Bancada a respeito desse assunto é aberta. Não há questão fechada, é uma matéria de grande importância, de indiscutível gravidade; cada um dos Srs. Senadores

deverá ajuizar a respeito da conveniência política, da conveniência legal de aprovar ou não o projeto.

Cumpro o dever, entretanto, de trazer ao conhecimento da Casa o seguinte ofício que me foi dirigido na condição de Líder do PDS, no Senado Federal:

Exm^o Sr.
Senador
Aloysio Chaves
Senado Federal
Praça dos Três Poderes
70160 — Brasília DF.

A bancada do PMDB, com assento na Assembleia Legislativa deste Estado, após exaustivos e metuculosos estudos concernentes à oportunidade e à necessidade de se proceder à criação do Estado do Tocantins, através do projeto de Lei, ora em andamento no Senado Federal, vale-se do ensejo para formular veemente apelo a todos os Senadores da República, a fim de que acolham a mencionada proposição, pois a mesma traz em seu bojo não só uma justa reivindicação dos habitantes da amazônia legal, mas, também, os sagrados interesses nacionais.

O Estado, a ser criado com o desmembramento do setentrão goiano, é fruto de uma antiga luta de tantos quantos almejam o desenvolvimento da região amazônica, com a sua consequente integração social, cultural e econômica no contexto desta Nação.

Os vazios demográficos do Norte de Goiás, com a instalação do Estado do Tocantins, em que a proximidade do comando administrativo se fará sentir, terão a sua face completamente transformada, pois a região, que dará lugar ao surgimento do novo Estado, experimentará, sem dúvida, extraordinário e harmônico desenvolvimento sócio-econômico, com significativos reflexos benéficos em todos os Estados limítrofes.

Vale ressaltar que a população do Norte Goiano será previamente consultada e a ela caberá a decisão final sobre a conveniência da criação da Nova Unidade Federativa.

Assim, respeitada a vontade livre e soberana do povo do Norte de Goiás, é de toda a conveniência que a Câmara Alta do Congresso Nacional conceda o seu beneplácito à criação do Estado do Tocantins, como medida que se faz imperiosa em prol da desejada integração nacional.

Goiânia, março de 1985.

Seguem-se as assinaturas de todos os membros da Bancada do PMDB na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

Esse documento eu apresento à Mesa para ficar fazendo parte integrante deste pronunciamento. É um dever que cumpro, de divulgar aquilo que recebi na condição de Líder do PDS.